

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTACATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

QUESTÃO RELIGIOSA CATARINENSE: AS
DISPUTAS PELO DIREITO DE INSTRUIR
(1843-1864)

THIAGO CANCELIER DIAS

FLORIANÓPOLIS
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

THIAGO CANCELIER DIAS

QUESTÃO RELIGIOSA CATARINENSE: AS
DISPUTAS PELO DIREITO DE INSTRUIR
(1843-1864)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na linha de pesquisa Migrações, Construções Sócio-Culturais e Meio-Ambiente, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: João Klug
Co-orientador: Norberto Dallabrida

FLORIANÓPOLIS
2008

Agradecimentos

Agradeço ao governo Federal, por me possibilitar estudar em uma instituição de ensino dito superior, em um curso que tive acesso a informações contundentes para um pensamento crítico, tão em falta nessa humanidade com seu centro de gravidade nos umbigos pessoais. Fico grato aos professores de História da UFSC pelo seu tratamento humano, pois traumatizado com os quatro anos passados no estudo de engenharia mecânica da mesma universidade, sentia-me temeroso em continuar estudando, nunca tinha sido tão humilhado antes por profissionais, que tem como profissão ensinar e ser exemplo. Deixo um obrigado a todos os professores da história que com paciência e empatia tratam seus alunos, que buscam os conhecer e tratar como iguais que são. Sou muito grato a professora Ana Lize Brancher por ser minha amiga e por ter me dado a possibilidade de adentrar no campo de pesquisa histórica, fornecendo-me uma bolsa com a qual tive acesso a arquivos e bibliotecas.

Um agradecimento com todo o meu carinho a Elisa Abrão por ter me incentivado na elaboração do trabalho que segue nestas páginas, pois foi com a sua leitura e auxílio que esta dissertação se tornou mais coesa e inteligível. A redação deste trabalho me demonstrou que ter idéias é algo bem diferente de expressá-las em papel e que uma leitura carinhosa do texto por outrem é algo essencial, e em certos casos uma demonstração de ternura e amor.

Há duas pessoas, Antonio e Clara, que são onipresentes em todos os momentos de minha vida, estão em boa parte de minhas lembranças agradáveis e me mostraram com seus atos que ser uma pessoa boa é o caminho mais gratificante e fácil de percorrer a vida que se segue. O sentimento de amor que têm por mim é algo que não consigo dimensionar e que certamente é recíproco. Deveria haver uma lei natural que dê a certeza a todas as pessoas que terão ao menos em um momento de em sua vida a sensação de ser amado de forma intensa e incondicional. Agradeço também aos meus irmãos de coração, em especial a Fábio e Aline, que junto com meus pais são o porto-seguro de minha vida. Aprendi nestes anos que o vivenciar com pessoas a quem se ama e se quer bem é a Cura, o caminho para a paz e elucidação individual, por isto, agradeço do fundo do meu ser a todos meus amigos e colegas que em meio ao turbilhão de possibilidades que é a vida humana, em algum momento tiveram um bom pensamento sobre a minha pessoa. E também aquelas que nunca pronunciaram uma palavra a mim, mas que com o seu carinho e empatia estão em minha vida, são gente como qualquer ser vivo deveria ser a nós, as minhas cadelas e filhas Preta e Pequena.

Agradeço a meus amigos de coração, que espero conviver por toda vida: Ricardo, Philipe, Jian, Thiago, Eduardo, Vitor(s), Carol, Luciano e o desejo de todo meu coração que os bons ventos da vida encaminhem meu amigo Tadeu para uma vida mais plena. Um abraço sincero a todos que por ventura estão com minha dissertação em mãos, nela há mais do que letras, está contido nessas páginas o sentimento de finalização de uma etapa, que foi uma feliz escolha no campo de possibilidades que é minha vida.

Thiago Cancelier Dias

RESUMO

QUESTÃO RELIGIOSA CATARINENSE: AS DISPUTAS PELO DIREITO DE INSTRUIR (1843-1864)

Autor: Thiago Cancelier Dias
Orientador: João Klug
Co-orientador: Norberto Dallabrida

Resumo:

O presente trabalho investiga as disputas pelo poder de instruir, entre grupos organizados politicamente na província catarinense, entre os anos de 1843-1864. Analisam-se a partir da micro-historia os contextos e as trajetórias de vida de pessoas que ocasionaram uma alternância entre colégios secundaristas conventuais e laicos, eram esses: Colégio RR. PP. Jesuítas (1845-1855), Colégio Lycêo (1857-1864) e Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869). Tendo como objetivo central compreender as motivações que ocasionaram o fechamento do Colégio Lycêo. Houve contendas entre grupos “estabelecidos” e “*outsiders*” em esferas de poder, que abrangiam desde a religião, a pedagogia, a política e a filosofia, que influenciaram no destino dos colégios. São analisadas, para tal feito, atas de reunião da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, falas dos presidentes de província, os jornais **Despertador** e **Mercantil**, documentos presentes no cartório Kotzias, a poesia “Assembléa das Aves”, dentre outras fontes. Além de serem realizados estudos bibliográficos. O texto inicia com uma análise das ações religiosas e políticas realizadas por um grupo de jesuítas espanhóis, que se estabeleceu na Província entre 1843-1855. Esses jesuítas pregaram em espaços como as missões populares, a igreja da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e o Colégio RR. PP. Jesuítas. Pretende-se compreender quais foram os contextos, os discursos e as ações políticas e religiosas desses jesuítas e o impacto sobre a população, o clero e sobre os grupos “estabelecidos” e “*outsiders*”, que dominavam a política catarinense no período do estudo. Essa análise serve para possibilitar uma caracterização adequada dos grupos “estabelecidos” e “*outsiders*” e fomentar hipóteses que possam auxiliar no exame que é feito sobre as disputas em torno do segundo colégio secundarista fundado na Província, o Colégio Lycêo. Esse colégio foi amplamente combatido por parte da elite socioeconômica e política catarinense, por possuir professores ditos luteranos. Por fim, o Colégio Lycêo foi substituído por outro colégio jesuíta, o Santíssimo Salvador.

Palavras Chave: educação, disputas políticas, estabelecidos-*outsiders* e Desterro

RELIGIOUS ISSUE CATARINENSE: THE DISPUTES OVER THE POWER OF TEACHING (1843-1864)

Abstract:

The present work investigates the disputes over the Power of teaching, between politically organized groups in the catarinense province, between 1843 and 1864. Having Micro-History as theoretical basis, this work analyses the contexts and the lives of people which caused an alternation between catholic and lay secondary schooling in educational institutions such as Colégio RR. PP. Jesuítas (1845-1855), Colégio Lycêo (1857-1864), and Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869). This work also has, as a central objective, to understand the motivations that caused the shutdown of Colégio Lycêo. There were disputes between “established” and “outsiders” groups within power spheres, which comprehended religion, pedagogy, politics, and philosophy, and influenced the fate of the schools. In order to achieve such an effect, the work analyses some of the minutes of meetings at Nossa Senhora do Rosário and São Benedito Brotherhood, some speeches given by the province presidents, the newspapers **Despertador** and **Mercantil**, some documents found in the Kotzias registry office, the poem “Assembléia das Aves”, and some other sources and bibliographical studies. The text begins with an analysis of religious and political actions taken by a group of Spanish Jesuits which settled in the Province between 1843 and 1855. These Jesuits preached in places such as the popular missions, the church of Nossa Senhora do Rosário and São Benedito Brotherhood, and Colégio RR. PP. Jesuítas. The work also has the intention of understanding the contexts, the discourses, and the political and religious actions of these Jesuits, and the impact they had over the population, the clergy, and the “established” and “outsiders” groups which dominated the catarinense politics during the period which is being studied. This analysis makes an adequate characterization of the “established” and “outsiders” groups possible, and also provides hypotheses which shall help to examine the disputes over the second secondary school founded in the Province, which is Colégio Lycêo. This school was largely fought against by part of the catarinense political and social-economic elite because they employed professors who were said to be Lutherans. At the end, Colégio Lycêo was replaced by another Jesuit school, which was called Santíssimo Salvador.

Keywords: education, political disputes, established-*outsiders* and Desterro

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	07
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	08
1. A permanência, os contextos e as implicações da presença dos jesuítas espanhóis na província de Santa Catarina (1843- 1855).....	25
1.1 Os jesuítas espanhóis na província catarinense.....	26
1.2 As missões populares	28
1.3 Os conflitos relacionados ao colégio RR. PP. Jesuítas (1845-1855).....	35
1.4 A população africana e descendente na ilha de Santa Catarina e continente próximo.....	44
1.5 As barracas e quitandas no Largo da Matriz.....	60
2. As contendas entre “estabelecidos” e “outsiders” em relação à existência do Colégio Lycêo, e sua substituição pelo Colégio Santíssimo Salvador.....	77
2.1 Um panorama sobre a vinda dos <i>Achtundvierziger</i> (os de 1848) e a situação de cidadania não plena no qual estavam acometidos.....	80
2.2 O naturalista e professor Fritz Muller	89
2.3 Os conflitos relacionados à substituição do Colégio Lycêo (1857-1864) pelo Santíssimo Salvador (1865-1869).....	92
2.4 Os regimentos do Colégio Santíssimo Salvador e as críticas do professores do Colégio Lycêo: Amphilóquio Nunes Pires, Fritz Müller e João José das Rosas Ribeiro d’Almeida.....	109
2.5 A situação de cidadania não plena dos acatólicos alemães	116
2.6 <i>Achtundvierziger</i> (os de 1848)	119
2.7 As críticas feitas pelos <i>Achtundvierziger</i> e pelos liberais exaltados	121
2.8 O combate ao luteranismo realizado pelo arcepreste Paiva	129
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
FONTES CONSULTADAS.....	142
Anexo I (Regimento do Colégio Santíssimo Salvador -1864)	149

LISTA DE SIGLAS

AINSR – Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

BPESC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

CK – Cartório Kotzias – 1º Ofício de Notas – Florianópolis.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dissertação que segue, tem muito de seu autor, por isto, o texto iniciará com algumas informações da trajetória de vida do mesmo, para facilitar a compreensão das questões pessoais que ocasionaram a escrita do texto. Desde muito cedo, fui educado para ser um bom católico, freqüentava com meus pais missas e orações, rezava a novena, cumpria os sacramentos e estudava em um colégio católico. Meus pais são membros de uma organização católica leiga, conhecida como equipes de Nossa Senhora. Esta instituição marianista tem como foco a família e como método o “refletir em comum sobre o matrimônio”¹. Reuniões são feitas mensalmente, momento que é discutido a religião e a família. No colégio, a religião estava presente, nas aulas de religião, nos crucifixos nas paredes, nos discursos, ações e vestuários das irmãs, na estrutura do colégio e nos seus alunos. Em uma aula de biologia, um amigo chamado Jefte Zanatta, fez uma pergunta à professora que colocou em xeque, minha crença no catolicismo, perguntou ele: Jesus nasceu por partenogênese²? Naquele momento, percebi quanto à ciência e a religião poderiam ser díspares e conflitantes. A professora e a irmã responsável não chegaram a acordo nenhum sobre a questão, divagando de maneira evasiva, deixaram os alunos sem resposta. Nesse momento, ficou claro, que o melhor seria colocar tudo em dúvida.

A minha amada irmã caçula sofreu durante quinze anos de uma doença degenerativa. Com o convívio com sua doença e seu respectivo falecimento, ficou ainda mais difícil acreditar em respostas religiosas para a vida. No ano seguinte, mudei-me para Florianópolis, fui cursar engenharia mecânica. Nunca fui tão humilhado em minha vida, como nas aulas de alguns professores doutores, nesse momento, perdi a fé em respostas advindas da ciência.

Desisti da engenharia e passei a cursar história, foi o xeque-mate em minha crença em religiões ou ciências. Analisando hoje, percebo que muito de meus medos e anseios vieram das crenças religiosas que possuía e da fé em uma ciência, que hoje percebo, é tão passível de erro, quanto qualquer outra criação humana. A contestação, apesar de ser um caminho tortuoso, é emancipatório. Percebo que a dissertação que segue, em muito, veio para fechar o ciclo que iniciou com uma pergunta, em uma aula de biologia.

¹ <<http://www.ens.org.br/site/index.php?secao=14>> acesso em 27.jul.2008

²“**Partenogênese, partenogênese** ou **partogênese** ("nascimento") refere-se ao crescimento e desenvolvimento de um embrião ou semente sem fertilização, isto é, por reprodução assexuada, sem a contribuição gênica paterna. São fêmeas que procriam sem precisar de machos que as fecundem.” <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Partenog%C3%A9nese>> acesso em 27.jul.2008

Na graduação em história, pesquisei com auxílio da professora Ana Lize Brancher, literatura catarinense do século XIX. Na leitura de jornais de época, ficou claro que havia um conflito pelo modelo de instrução pública, que a província catarinense deveria subsidiar. A partir desta pesquisa, redigiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Collegio Lycêo (1857-1864): a disputa pelo poder de instruir**³. Deu-se continuidade à pesquisa no mestrado, sobre o caso do Colégio Lycêo, pela complexidade do tema. Procurou-se, portanto, aprofundar a metodologia e analisar outros determinantes envolvidos no fechamento desse colégio. Assim, manteve-se a pergunta: por que o Colégio Lycêo foi combatido por parte da elite socioeconômica e política da Ilha de Santa Catarina?

Responder essa problemática implica em analisar as disputas por cargos públicos e pelo domínio administrativo de instituições subsidiadas pelo governo da província catarinense, entre 1843-1864. O foco da análise serão as instituições de instrução secundarista mantidas pelo governo. Pretende-se esclarecer as disputas políticas e religiosas que propiciaram uma alternância de colégios conventuais e laicos subsidiados pelo governo da Província. Eles foram: “Collegio do RR. PP. Jesuítas” (1845-1855)⁴, “Collegio Lycêo” (1857-1864)⁵, “Collegio do Santíssimo Salvador” (1865-1869) e “Atheneu Provincial” (1874-1883)⁶. Procurar-se-á nesta dissertação compreender a contenda que ocasionou a alternância dos três primeiros colégios.

Percebe-se, na leitura de fontes e bibliografias, que houve uma disputa entre agrupamentos políticos por poder. Poder referente a possibilidade de ter a supremacia em

³ DIAS, Thiago Cancelier. **Collegio Lycêo (1857-1864): a disputa pelo poder de instruir**. 2006. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

⁴ RR. PP. Jesuítas significa reverendíssimos padres jesuítas. No trabalho, será mantida essa grafia por ser a mais encontrada nas fontes.

⁵ O Colégio Lycêo foi fechado com o decreto nº 540 de 05 de abril de 1864 (**Sumário dos relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores. Ano de 1864**). Algumas bibliografias, entretanto, afirmam que até o ano de 1867 a abertura de aulas do Colégio Lycêo era anunciada nos jornais, de maneira fictícia, por despautério dos professores, por terem perdido seu emprego. A leitura de jornais possibilitou inferir outra hipótese. O que se percebeu foi que o Colégio Lycêo foi oficialmente fechado por esse decreto, mas havia a questão: o que fazer com os professores? Os professores reivindicavam, em um processo contra o governo da Província, serem considerados professores vitalícios. Essa ação judicial foi requerida por Fritz Müller, João José das Rosas Ribeiro de Almeida e Amphiloquio Nunes Pires. Amphiloquio Nunes Pires foi despedido em 1864, para evitar que ficasse mais de quatro anos no cargo, outro professor de inglês, foi contratado em seu lugar. Esse professor, mais Fritz Müller e José Almeida foram alocados, pela Assembléia Legislativa, em um prédio alugado para que ministrassem aulas. Então, todo ano, esses professores anunciavam o início de suas aulas nos jornais, como sendo pertencentes ao Colégio Lycêo. Isso durou até 1867, quando a questão foi resolvida judicialmente. Com o final do processo, os professores Fritz Muller e João de José das Rosas Ribeiro Almeida foram remanejados, o primeiro receberia para fazer pesquisas da fauna, flora e recursos minerais como naturalista da Província, o segundo, ao que parece, foi remanejado para dar aulas em Lages. Já Amphiloquio Nunes Pires não reouve o emprego, por não cumprir um dos pré-requisitos para ser professor vitalício, que era estar há mais de quatro anos no cargo.

⁶ Por respeito às fontes e bibliografias consultadas, haverá uma tentativa de manter todas as grafias dos textos referendados.

esferas de influência política, religiosa, pedagógica, filosófica e identitárias. A questão da disputa relacionada à instrução pública é percebida, neste trabalho, como uma janela na qual se podem constituir os embates políticos e identitários de diferentes grupos e sujeitos sociais encontrados na Ilha de Santa Catarina, em meados do século XIX. A leitura desse embate, em torno da instrução pública, é o que permite perceber a multiplicidade dos sujeitos e contextos que propiciaram uma alternância no domínio sobre o poder de instruir.

A dissertação focaliza o período compreendido entre 1843-1864. A data inicial foi demarcada por identificar dois eventos importantes: primeiro em âmbito nacional, o fim das revoluções em Minas Gerais e São Paulo, tais movimentações levaram o Imperador Dom Pedro II a apoiar a alocação de bispos com concepções católicas ultramontanas⁷ nas dioceses brasileiras, como maneira de evitar novas revoltas, conduzidas em alguns casos por padres “iluministas” (jansenitas e galicanos)⁸. Segundo, por ser a data da vinda dos jesuítas espanhóis para Desterro. Esses acontecimentos são representativos do processo de romanização da Igreja Católica Brasileira⁹. O ano de 1864 foi escolhido para limitar o recorte temporal por ser o ano do fechamento legal do Colégio Lycêo e da assinatura do contrato com o jesuíta italiano Jaques Razzini, para a fundação do colégio Santíssimo Salvador.

O Colégio Lycêo, foco desta pesquisa, foi fundado pelo presidente de província João José Coutinho em 1857. Entre os professores, havia quatro alemães percebidos como luteranos. Esse fato ocasionou movimentações da elite socioeconômica e política contra e a favor da instrução feita nesta instituição laica. Os professores “luteranos” eram estigmatizados

⁷ “Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende, portanto, o pleno poder papal.” Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm> acesso em 26 jan.2008. Com a Revolução Francesa, discursos liberais se disseminaram. Nos discursos eram apresentados ideais que foram combatidos por conservadores católicos franceses que “sonhavam com um retorno de um país cristão e monárquico, mediante a união entre o Trono e o Altar. Seu projeto era a restauração da fé católica como crença oficial, com amparo da aristocracia e do poder real. [...] Este romantismo católico passou a idealizar a Idade Média, cujos princípios básicos eram a crença, a ordem e a hierarquia.” Estes conservadores católicos defendiam a necessidade de subordinação do homem a ordem sobrenatural, eram conhecidos como ultramontanos, por deverem obediência ao papa, como autoridade máxima. AZZI, Riolando. “**O Altar Unido ao Trono**: um projeto conservador.” São Paulo: Paulinas, 1992, p. 6.

⁸ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987, p. 52.

⁹ Um texto elucidativo sobre o processo de romanização: AZZI, Riolando. **O Altar Unido ao Trono**: um projeto conservador. São Paulo; Ed. Paulinas, 1992. O processo de romanização consistia em uma tentativa de uniformização dos ritos e crenças católicas, baseadas em concepções ultramontanas. Pretendia-se que todas as igrejas católicas seguissem os mesmos parâmetros e dogmas, utilizados em Roma. Desejava-se a menor variação possível, apesar das características díspares de cada país e região. A romanização teve grande impacto na Igreja Católica Brasileira a partir de meados do século XIX.

por ocuparem cargos públicos, preteridos pela elite catarinense. O Lycêo era, naquele período, o único colégio secundarista público da Província. O Colégio Lycêo, por fim, foi substituído pelo Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869), fato que representou uma vitória dos católicos avessos a imigração de luteranos.

O grupo que condenava o Colégio Lycêo era reconhecido como o dos “homens bons” da Ilha, eram os *estabelecidos*¹⁰ e, em sua maioria, descendiam de portugueses. Pertenciam, pois, a famílias de prestígio, estabelecidas na Ilha desde o século XVIII, como as famílias Costa, Livramento e Luz. Eram famílias de ricos comerciantes, que possuíam lojas no centro urbano de Desterro. Essas famílias ganhavam muito dinheiro com a navegação de cabotagem, por possuírem navios que utilizavam para fazer comércio entre o Rio de Janeiro, Pernambuco, Montevideú e Bueno Aires com a província catarinense. Possuíam familiares e escravos filiados a irmandades e confrarias religiosas presentes em Desterro. Muitos desses *estabelecidos* ocupavam cargos políticos e posições no governo. Esse grupo deteve dois partidos políticos, primeiramente o Partido Cristão, ou Livrametista (1847-1860), e depois o Partido Liberal (após 1860). No período estudado, foram esses os partidos que dominaram a política catarinense.

A manutenção do Colégio Lycêo, por outro lado, era defendida por pessoas que, em sua maioria, provinham de outras localidades da Ilha, de outras províncias, e mesmo de outros países. Havia, certamente, pessoas que eram de Desterro, mas que não pertenciam ao grupo dominante local. Na pesquisa são identificados dois grupos *outsiders*¹¹. O primeiro apresentava diversas pessoas que pertenciam à Sociedade Patriótica¹², e que, em sua maioria,

¹⁰ Com base na leitura da introdução escrita por Norbert Elias (Ensaio teórico sobre as relações “estabelecidos-*outsiders*”), do livro de Norbert Elias e John Scotson, será estabelecida categorias que possibilitem compreender a figuração dos grupos politicamente organizados, encontrados no presente estudo. O termo “estabelecido” advém da tradução do conceito inglês *establishment*, que é definido por Federico Neiburg, na apresentação à edição brasileira do livro como: “um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência; os *established* fundam seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.” ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 7

¹¹ *Outsiders*: os não-membros da “boa sociedade”. São um “conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*” NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. In ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 7.

¹² A Sociedade Patriótica, presente em Desterro, foi criada por Jeronymo Coelho em 04 de outubro de 1831. A primeira sociedade patriótica, criada no Brasil, foi fundada por Antonio Borges da Fonseca, no Rio de Janeiro, no mesmo ano. Essa Sociedade Patriótica destinava-se a ser “instrumento de ordem, de preservação social, de orientação política, que suprisse as deficiências do Estado”. É possível que a Sociedade Patriótica fundada em Desterro seguisse as mesmas designações. REIS, Sara Regina P. dos (Org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis; EDUFSC, 2004, p. 257-8. Em um plano nacional, pode-se afirmar que a Sociedade Patriótica era o nome dado à associação feita por políticos liberais moderados. Os

eram maçônicos e/ou liberais exaltados¹³. O outro grupo era formado por alemães imigrados, reconhecidos como *Achtundvierziger* (os de 1848)¹⁴. O segundo grupo era formado, em sua maioria, por alemães fugitivos da repressão decorrida da mal sucedida Revolução de 1848. Constituíam-se, na maioria, de livres pensadores, intelectuais que participaram da revolução e, por isso, tiveram que emigrar para fugir da perseguição dos governos monárquicos germânicos contra os revoltosos.

Para compreender os fatores que propiciaram o fechamento do Colégio Lycêo, e sua substituição pelo colégio jesuíta, Santíssimo Salvador, analisa-se o colégio jesuíta que antecedeu a esses dois colégios. A disputa pelo domínio sobre a instrução pública secundarista teve início com o Colégio RR. PP. Jesuítas (1845-1855). Na análise dos conflitos políticos que envolveram esse colégio, é possível caracterizar e identificar as pessoas e grupos que influenciaram, também, no destino do Colégio Lycêo.

As principais críticas à existência do Colégio RR. PP. Jesuítas eram decorrentes de argumentos nacionalistas, pois os jesuítas, além de não serem brasileiros, estavam subordinados à Sé Romana. Os jesuítas eram padres independentes do governo, não obtinham a formação em seminários do governo, ou recebiam cômmodas pagas por ele. Essa independência em relação ao governo, e dependência à Sé Romana, propiciou discursos nacionalistas que permearam várias páginas de diversos jornais. O governo da Província era condenado pelos críticos da Companhia de Jesus, por não inspecionar o colégio dos jesuítas, por não poder indicar os compêndios e por não poder contratar ou demitir professores.

Houve uma alternância nas posições tomadas pelos grupos *estabelecidos* e *outsiders* encontrados nesta pesquisa, frente ao modelo de instrução secundarista, que deveria ser subsidiado pelo governo. Os *estabelecidos* se organizaram contra o primeiro colégio da

liberais exaltados se filiavam à Sociedade Federal, enquanto os conservadores se filiavam preferencialmente à Sociedade Conservadora, que mudou o nome para Sociedade Militar. Ibid, P.258. Cabral afirma que a Sociedade Patriótica de Desterro influenciou na administração pública e na política, e que, entre 1831-1835, essa instituição praticamente governou a Província de Santa Catarina. Ibid, p.262. Cabral acredita que a Sociedade Patriótica de Desterro durou apenas de 1831 a 1835, porque os únicos documentos encontrados por ele sobre essa associação foi um Livro de Atas, nº 4, datado de 1831-1834. Ibid, p. 259. Entrementes, as leituras de jornais de época e da dissertação de Carla Laner possibilitam inferir que a Sociedade Patriótica durou, pelo menos de 1831 até fins da década de 1865. É possível inferir a hipótese de que essas associações políticas (Sociedade Patriótica, Federal e Conservadora) eram associações civis que funcionavam como representações jurídicas da maçonaria, pois, sem uma representação civil, a maçonaria não poderia ter propriedades (escravos, prédios, tipografias e terrenos), por ser uma associação semi-secreta, sem vínculos jurídicos.

¹³ A leitura das fontes possibilita afirmar que os “liberais exaltados” eram políticos que defendiam tendências republicanas, como a liberdade de culto, de consciência, a separação do Estado e a Igreja, a laicização da instrução pública. Indícios possibilitam deduzir que esse pequeno grupo de políticos era filiado à maçonaria.

¹⁴ Era a disposição de época para indicar os intelectuais que fugiram da opressão dos Estados Alemães, em função da repressão à fracassada Revolução de 1848. Esse termo era utilizado pela comunidade alemã para diferenciá-los do resto dos imigrantes. Para mais informações, ver: HERKENHOFF, Ely. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural e Joinville, 1998.

Companhia de Jesus, RR. PP. Jesuítas, fundado no século XIX. Mantido por jesuítas espanhóis, esse colégio sofreu perseguições políticas de pessoas filiadas ao Partido Cristão. No período subsequente, esse grupo “estabelecido” foi contra a instrução laica apresentada no Colégio Lycêo (1857-1864), possivelmente, por ter nesse colégio alguns professores ditos luteranos. Apesar dos *estabelecidos* terem discursado e realizado ações políticas contra o primeiro colégio jesuíta, passaram a defender, após a fundação do Colégio Lycêo, a sua substituição por outro colégio da Companhia de Jesus. As ações e os discursos políticos foram tantos que o Colégio Lycêo foi substituído, em 1864, pelo colégio jesuíta Santíssimo Salvador.

Em contraposição, havia os grupos *outsiders*. O grupo *outsider*, formado por políticos brasileiros, foi a favor do primeiro colégio jesuíta. Com a fundação do Colégio Lycêo, esses políticos passaram a dialogar com o grupo *outsider* formado por *Achtundvierziger* (os de 1848). O colégio foi combatido pelos *estabelecidos* e, possivelmente, o motivo seria a presença de professores “luteranos”. Esse combate ocasionou o diálogo entre os dois grupos *outsiders*. Os *outsiders* discursavam e agiam em favor de um maior incentivo ao incremento da imigração alemã para a Província. Percebiam o fechamento do Colégio Lycêo, e a sua substituição por um colégio da Companhia de Jesus, como sendo prejudicial a um tão desejado crescimento da imigração alemã¹⁵. Nesse contexto, duas pessoas se destacaram do lado dos *estabelecidos*: Joaquim Augusto do Livramento¹⁶ e Joaquim Gomes d’Oliveira Paiva¹⁷. Já, pelo lado dos *outsiders* temos Marcelino Antonio Dutra¹⁸ e Fritz Müller¹⁹.

¹⁵ As categorias *estabelecidos* e *outsiders* são utilizadas por possibilitarem uma caracterização dos grupos envolvidos nas disputas políticas ocorridas neste período. Facilitando assim a narrativa dos eventos históricos. É preciso ter em mente que nem sempre é possível caracterizar os indivíduos, pela amplitude que é uma vida humana, com suas experiências mais diversas, seus tempos distintos, suas expectativas e frustrações. Por isto, é preciso ter claro que a fronteira entre ser *estabelecido* ou *outsiders* era o tempo inteiro negociada entre as pessoas e a comunidade. Com base nessa fronteira percebida na leitura das fontes, é concebível que as pessoas não se reconhecessem como pertencente a um grupo ou a outro.

¹⁶ Nasceu e faleceu em Desterro (1820-1883). Filho de Joaquim Luiz do Livramento e Ana Maria de Jesus, foi bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (1840-1843), Juiz Municipal de Pelotas (1843), de São José (1863) e de Desterro (1864-72). Foi deputado da Assembléia Legislativa Geral (1848-1849, 1850-1852, 1853-1856), deputado provincial (1846-1847, 1852-1853, 1854-1855, 1856-1857, 1864-1865), e também procurador provincial da fazenda (1857-1860). Juiz Municipal de São José (1863-1868), Juiz Municipal de Desterro (1869). Proprietário do jornal Mercantil. Filiado a Irmandade de Nossa Senhora dos Passos. REIS, Sara Regina P. dos (org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p.1716. PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)**. 2a edição. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 399-400.

¹⁷ O padre Paiva é uma das figuras centrais dessa pesquisa, por ter influenciado boa parte dos acontecimentos analisados nessa dissertação. É feita uma leitura da trajetória de vida dele, e de sua influência nos eventos ocorridos, no decorrer do texto.

¹⁸ Descendente de açorianos, nasceu em 1809, na freguesia de N.S. da Lapa do Ribeirão, na Ilha de Santa Catarina. Foi professor de primeiras letras (1832-1856), promotor público de São José (1853), promotor da Capital (1858-1868), procurador fiscal da fazenda (1868), advogado, jornalista e poeta. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1846-1847, 1852-1853, 1856-1857, 1860-1861, 1862-1863, 1864-1865, 1866-1867. REIS,

Joaquim Augusto do Livramento era o “intelectual” da família Livramento, e como tal, foi incentivado por essa rica família, a seguir a vida política. Ele, juntamente com o pai Paiva, eram os principais representantes políticos dos grupos dos *estabelecidos*. Marcelino Antonio Dutra era: poeta, professor, político e funcionário público. Ele é uma das pessoas que melhor representam o grupo *outsiders*, formado por políticos liberais exaltados. A importância nesse estudo de Fritz Müller está no fato dele ser professor do Colégio Lycêo, e por ser o principal articulador do grupo *outsiders*, formado por *Achtundvierziger*, nas disputas políticas em torno desse colégio.

Houve, entre os grupos políticos encontrados, uma disputa geral pelo acesso às fontes de poder oriundas do domínio político sobre o governo da Província²⁰. Principalmente, dois grupos se digladiaram pelos cargos administrativos e políticos do governo. O grupo formado pelos “homens bons” da Ilha deteve o poder político sobre a Província em boa parte do período estudado. O grupo *outsider* minava, contudo, o poder desses *estabelecidos*, assumindo todos os espaços políticos possíveis. A estigmatização do grupo concorrente era bastante utilizada como instrumento político. Na análise dos discursos encontrados, percebe-se que, da mesma maneira que no estudo realizado por Elias e Scotson, sobre a localidade de Winston Parva²¹, há “membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente ao próprio grupo”²². Mas qual a vantagem de se estigmatizar o outro

Sara Regina P. dos (org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p.1709. PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)**. 2a edição. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 260.

¹⁹ Faz-se uma explanação detalhada sobre Fritz Müller no segundo capítulo.

²⁰ O grupo político que dominava politicamente a Província possuía, em suas mãos, a possibilidade de distribuir cargos públicos, como os de delegado, subdelegado, juiz de paz, de órfãos, inspetor da instrução pública, da colonização, dentre tantos outros cargos, que estavam em disputa nas eleições. Entendem-se, nesse caso, fontes de poder como a possibilidade de assumir cargos na administração pública, devido à vitória nas eleições do partido ao qual se pertence. Mas não eram somente os cargos públicos as fontes de poder que estavam em jogo nas disputas políticas. Contratos feitos com o governo, como o do uso do teatro, como os realizados com as tipografias para publicarem informações oficiais em seus jornais, como os realizados para suprir a alimentação dos presos da cadeia pública, os remédios e alimentos do Hospital da Caridade, para a alimentação dos militares, etc. Contratos esses, que eram muito disputados pelos grupos *estabelecidos* e *outsiders*, estavam em jogo nas eleições para a Assembléia Legislativa Provincial.

²¹ Elias e Scotson estudaram os aspectos das relações *estabelecidos versus outsiders* presentes em Winston Parva (1959-60). A pesquisa realizada iniciou como uma análise sobre os diferenciais de delinquência entre os três bairros presentes em Winston Parva (Inglaterra). Um dos bairros era de moradores de classe média, enquanto os outros dois eram de operários. Um dos bairros operários, o mais novo, tinha um índice de violência relativamente maior. Entretanto, no terceiro ano da pesquisa, os diferenciais de delinquência entre os bairros operários se igualaram. O que não cessou, contudo, foi a imagem que os bairros mais antigos tinham do bairro mais recente como um local de delinquência. A partir disso, os autores estudaram as relações de poder e de *status* entre os grupos encontrados, e deram ênfase à sociodinâmica da estigmatização grupal. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 15.

²² *Ibid.*, p. 23

grupo? Concorde-se com os autores quando afirmam que ‘afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos [...] nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social’²³. A estigmatização, no caso, justificaria a aversão pelos membros do grupo, contra os grupos concorrentes²⁴.

Essa estigmatização social é coisificada nas relações sociais e na cultura, pois as vivências das pessoas estão relacionadas a aspectos materiais e socioculturais, que são dependentes da possibilidade de se acessar fontes de poder²⁵. O grupo dominante acaba aproveitando o maior acesso a essas fontes para barrar o acesso dos outros grupos. A estigmatização do outro é parte de um mecanismo de diferenciação, utilizado para barrar ascensão sociopolítica e cultural dos grupos concorrentes. Serve, também, para afirmar uma possível superioridade, legitimando assim os atos políticos e administrativos em favor do grupo de pertencimento.

Em relação à cultura, a auto-imagem das pessoas e dos grupos é mudada pelas diferenciações decorrentes da estigmatização. Ser considerado pertencente à camada social ideal proporciona *status* e possibilidades econômicas e políticas. Entretanto, ser considerado inferior, menos atraente, incapaz, ou mesmo diferente, por aqueles que pertencem à camada da população percebida como “ideal”, detentores esses do poder socioeconômico e político, é capaz de propiciar a organização do grupo de “despossuídos” de *status*, condições sociais adequadas, ou mesmo de uma aparência ajustada às exigências sociais.

Elias, na introdução do livro, afirma que a figuração *estabelecidos versus outsiders* deriva do diferencial de poder, decorrente da distribuição desigual dos recursos de poder²⁶. Elias e Scotson percebem que a identificação social que as pessoas e grupos possuem em Winston Parva, é caracterizada pela luta por recursos de poder. Os autores analisaram uma pequena população da Inglaterra, em um período pós-Segunda Guerra Mundial. Os *outsiders* eram, em sua maioria, londrinos recém-imigrados, fugitivos da destruição e da fome que imperava na capital da Inglaterra. Os *estabelecidos* e os *outsiders* encontrados em Winston Parva, provavelmente, diferiam pouco etnicamente. É plausível, por isso, entender o fato de Elias e Scotson tratarem como fator secundário, o estudo de variáveis raciais ou étnicas. Elias afirma que

²³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 24

²⁴ Ibid, p.35

²⁵ Nesse caso, entende-se fontes de poder como os meios necessários para a manutenção de uma vivência social humana adequada as necessidades construídas ou inatas.

²⁶ Ibid, p.32.

[..] quer os grupos a que se faz referência ao falar de 'relações raciais' ou 'preconceito racial' difiram ou não quanto a sua ascendência 'racial' e sua aparência, o aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a uns recursos de poder muito maiores que os do outro e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro ao centro dos recursos de poder e ao contato mais estreito com seus próprios membros, com isso relegando-os a uma posição de *outsiders*²⁷.

Na análise realizada sobre os grupos *estabelecidos* e *outsiders*, encontrados na Província de Santa Catarina, percebe-se que há questões étnicas envolvidas. Em uma sociedade excludente como a catarinense do século XIX, a identificação²⁸ que as pessoas têm de si, de seu grupo de pertencimento e das outras pessoas e grupos, é vital para compreensão do sistema de estigmatização e exclusão que mantém a fronteira do que é ser *estabelecido* ou *outsider*. É, também, importante para um maior entendimento dos laços de solidariedade encontrados nos grupos analisados.

Em Desterro, a identificação social dos grupos e pessoas encontradas na pesquisa deriva de uma leitura dos discursos proferidos por elas, ou sobre elas, nas fontes consultadas. A leitura possibilita inferir que era muito utilizado um mecanismo de discurso, que delimitava quem era quem nos grupos encontrados. Uma fronteira identitária, política, religiosa e social separavam os grupos. Havia uma tentativa de enquadrar o outro grupo, no qual não se pertence, em um estigma social, baseado em um rótulo de inferioridade. E, procurava-se afixar qualidades positivas ao grupo na qual se tem algum pertencimento. Nisso, enquadra-se as designações políticas: Cristão e Judeu; as étnicas: branco, preto, pardo e crioulo; as religiosas: luterano e católico; as políticas: conservador saquarema, conservador, liberal moderado e liberal exaltado, dentre outras encontradas nessa pesquisa. É plausível propor que esse mecanismo possuía certa eficácia, pois fomentava uma subjetivação²⁹ dos discursos proferidos pelas pessoas envolvidas.

A identificação utilizada pelas pessoas, geralmente, derivava do reconhecimento de uma origem comum, de características peculiares dos grupos, ou mesmo devido a um ideal comum. Encontram-se, entre os *estabelecidos*, pessoas que em sua maioria de origem

²⁷ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 32.

²⁸ Será dado preferência ao termo identificações, ao invés de identidades, por concordarmos com Stuart Hall, quando ele afirma que o conceito identidade está saturado, e que por isso é necessário uma mudança do conceito, voltando-o mais a uma análise do discurso, e da respectiva subjetivação do mesmo. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 105.

²⁹ Compreende-se subjetivação como o processo de assimilação e incorporação dos discursos proferidos pela pessoa sobre ela mesmo, ou por outros, sobre a pessoa. Podendo ocorrer não somente na esfera individual, mas também em relações grupais.

açoriana ou madeirense, pertenciam a famílias que há gerações estavam instituídas na cidade. Eram ricos escravistas que detinham o poder político da Província. A maioria era católica praticante, participava de irmandades e confrarias religiosas. Por outro lado, há os *outsiders*, que são diferenciados por pertencerem a uma pluralidade de grupos. Formados, em sua maioria, por pessoas vindas de outras regiões, pertenciam a grupos dos mais variados. Havia entre eles, desde católicos brasileiros, livres pensadores brasileiros e alemães, imigrantes luteranos, maçônicos brasileiros e alemães, liberais exaltados, conservadores saquaremas, pretos, pardos e crioulos, dentre outras diversas identificações.

Essas identificações eram voláteis e dependiam das estratégias e contingências das pessoas envolvidas. Dependendo da situação e momento, as pessoas eram levadas a assumir identificações diferentes. Essas identificações fragmentadas e construídas ao longo dos discursos dependiam dos recursos materiais e simbólicos envolvidos³⁰. Possuíam força pela sua capacidade de excluir o outro, transformando o diferente em exterior, estabelecendo uma hierarquia que define quem o nós e os outros³¹. Essa política de exclusão, identificação ou estabelecimento de diferença, dizia quem era quem, através de fronteiras simbólicas que delimitavam os agrupamentos³². A afirmação das identificações e das diferenças entre as pessoas e grupos, eram relações de poder que traduziam “o desejo de diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”³³.

A metodologia proposta como perspectiva de análise advém da micro-história italiana, mais especificamente a abordada na obra: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. A obra organizada por Jacques Revel reúne historiadores e antropólogos que vêem, no jogo de escalas, um mecanismo eficiente para elucidar a história da sociedade, tendo como objeto de estudo as relações interpessoais. Escala essa entendida como uma variação na amplitude da análise sobre o fenômeno histórico. Percebe-se, com essa variação, a multiplicidade de contextos que possibilitam que indivíduos agenciem³⁴ suas relações sociais e modifiquem historicamente a sociedade que os cerca. Para Revel, a proposta do jogo de escalas é de

³⁰ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In. SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p.106.

³¹ Ibid, p. 110.

³² Ibid. P. 106.

³³ SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 81.

³⁴ Quando é dito que pessoas ou grupos agenciam algo, não se está querendo passar a falsa percepção de que os agentes sociais são claros e agem e discursam como sujeitos centrados em si, cômico de seus atos.

“constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados”³⁵.

A variação de escalas possibilita que um acontecimento social seja constituído nos diversos contextos que o propiciaram, fornecendo assim uma visão panorâmica do objeto de estudo. A micro-história propõe escalas de interpretações de fenômenos, com quadros explicativos que vão do micro a amplitudes variadas. Cada escala é permeada de contextos, com estruturas um tanto autônomas entre si. O entendimento micro é contraposto sucessivamente com outros de maior amplitude, considerados por Revel tão pertinentes quanto o micro. A riqueza analítica estaria no cotejo de escalas, não no privilégio de uma escala em relação a outra.³⁶ Alguns autores do livro citado consideram, entretanto, o micro como contexto fundamental.³⁷ De uma maneira ou outra, a variação de escalas possibilita que se pensem objetos de estudo complexos, pertencentes a estruturas multifacetadas. Objetos esses permeados de escolhas, dentro das infinitas possibilidades de uma vida humana. Trajetórias de vidas que podem ser mais bem compreendidas quando contrapostas aos diversos contextos que as propiciaram.

A trajetória de vida dos agentes sociais que influenciaram na alternância de colégios secundaristas é contraposta a contextos macros que influenciaram suas vidas, e contextos micros nos quais essas pessoas foram atuantes. Essa variação de escalas propicia um melhor entendimento sobre o fenômeno estudado, e, no caso, faz-se fundamental para a compreensão dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, que fizeram parte das contendas relacionadas ao Colégio Lycêo.

No primeiro capítulo, enfoca-se os contextos que levaram agrupamentos políticos a se institucionalizarem como partidos políticos (1843-1855). Partidos que tomaram posições a favor e contra a substituição do Colégio Lycêo, pelo Santíssimo Salvador. Nesse primeiro momento, o centro das discussões é a análise das relações estabelecidas entre os padres pertencentes à Companhia de Jesus, com irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito³⁸, com políticos do Partido Conservador (Cristão) e do Partido Liberal (Judeu). Esse período foi marcado pelo início da intervenção ultramontana sobre as irmandades, pelas missões populares realizadas pelos jesuítas espanhóis, pela fundação do

³⁵ REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 27.

³⁶ Os autores que defendem essa perspectiva no livro são: Jacques Revel, Marc Abélès, Alban Bensa e Bernard Lepetit.

³⁷ Os autores são: Maurizio Gribaudi, Simona Cerutti, Paul-André Rosental.

³⁸ Até 1842, a irmandade era conhecida como Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, após essa data passa a ser chamada de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

colégio conventual R.R. P.P. Jesuítas (1845-1855), por tensões sociopolíticas ocasionadas pelo aumento da população de libertos e pela formação dos primeiros partidos políticos. Esse capítulo possibilita caracterizar pessoas e agrupamentos políticos envolvidos nas disputas políticas que ocorreram em todo o período da pesquisa. Essa caracterização fornece uma base para uma análise dos contextos e das trajetórias de vidas, das pessoas que foram contra e a favor do fechamento do Colégio Lycêo, e da sua substituição pelo Colégio Santíssimo Salvador.

Nesse capítulo há, ainda, uma tentativa de compreender as relações que a elite socioeconômica e política catarinense possuía com o grupo de jesuítas espanhóis, que se estabeleceu em Desterro. O estudo referente a esse primeiro grupo de jesuítas viabiliza uma maior compreensão, em um segundo momento, das motivações que levaram parte da elite socioeconômica e política a defender a substituição do colégio dos “luteranos”, pelo colégio dos jesuítas italianos.

Os jesuítas espanhóis se estabeleceram em Desterro com o intuito de promover a romanização e a moralização do clero, e da população na província catarinense. Essas ações foram realizadas em dois locais fixos: Igreja do Rosário e colégio RR. PP. Jesuítas. E, em um terceiro contexto: as missões populares. Tanto a presença jesuítica, na Igreja do Rosário e São Benedito, quanto as missões populares e o colégio dos jesuítas são analisados no presente estudo. Objetiva-se compreender a relação destes jesuítas com a elite socioeconômica e política local, com os padres locais e com a população em geral. Pretende-se, com isso, compreender a imagem que a população possuía dos jesuítas e a relevância das ações religiosas e políticas realizadas por eles. Imagem e ações que provavelmente influenciaram na escolha da Companhia de Jesus para substituir o Colégio Lycêo.

Primeiro, analisam-se os contextos que permearam a vinda dos jesuítas espanhóis para a Província. Depois, examinam-se as missões populares realizadas por eles, ocorridas na Ilha e no litoral catarinense. Esse primeiro momento tem como base a leitura do texto: *Jesuítas Espanhóis no Desterro*, de Ferdinand Azevedo (SJ)³⁹. Azevedo transcreve várias cartas emitidas pelos próprios jesuítas e por diversas autoridades. O texto apresenta um panorama da permanência dos jesuítas na Província, permitindo uma avaliação da relação entre os jesuítas e os padres seculares⁴⁰ e a população em geral.

³⁹ SJ é a designação utilizada por autores da Companhia de Jesus, ao lado de seus nomes, para indicar que se trata de um jesuíta.

⁴⁰ Padres seculares era a designação dos clérigos formados em seminários mantidos pela Corte. Logo, não eram filiados a nenhuma ordem religiosa. Por outro lado, havia os padres regulares, que eram formados em

Depois, analisam-se o estabelecimento, e a permanência da Companhia de Jesus na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Percebeu-se que essa permanência foi um ato político das autoridades eclesiásticas superiores, de políticos catarinenses e dos próprios irmãos do rosário. Os jesuítas eram percebidos por muitos católicos como agentes moralizadores, capazes de conduzir a sociedade a uma civilidade católica, ordenada sobre as palavras edificantes do evangelho. Por outro viés, eram temidos por interferir em assuntos seculares, por combaterem hábitos apresentados como pecaminosos e por responderem somente ao Vaticano.

Foi o princípio das intervenções ultramontanas sobre as irmandades na província catarinense, momento no qual o catolicismo tradicional, que imperava na Província, passou, paulatinamente, a ser substituído por um catolicismo baseado em ritos romanizados. A realização dos sacramentos, as reuniões, os reisados⁴¹ e festas dos padroeiros, as missas, a confissão, a educação dos filhos dos sócios que ficavam órfãos, o enterro, e a possível compra da liberdade, com o uso da arrecadação de esmolas feitas pelos irmãos, eram os motivos que levavam indivíduos diversos a pagar jóia⁴² e a filiar-se a essa Irmandade. Possivelmente, esses eventos sociais foram modificados e, em alguns casos, condenados pela presença dos jesuítas.

Para estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a sua relação com os jesuítas e políticos locais examinam-se fontes cedidas por Claudia Mortari Malavota. Ela forneceu a transcrição de diversas Atas de reunião emitidas pela Irmandade. Essas atas são referentes a eleições da mesa diretora, ou relacionadas a festas e procissões. Na leitura das fontes, é possível verificar os nomes dos irmãos, algumas deliberações, e referências à presença dos jesuítas. Os jesuítas espanhóis assumiram o cargo de capelão⁴³ dessa irmandade de 1843 a 1855.

colégios conventuais mantidos por ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, ou as ordens religiosas: Franciscana, Lazarista, Dominicana, dentre outras.

⁴¹ Os reisados eram festas de cunho sacro e profano, que tinham como característica a inversão dos papéis sociais. Nos reisados, havia a prática de coroação de reis e rainhas africanas, pessoas que assumiam certa representatividade na comunidade africana e descendente, e que conduziam a preparação dos festejos.

⁴² A jóia consistia em um pagamento de uma anuidade, que era pré-requisito para que a pessoa fosse filiada às irmandades.

⁴³ A leitura das atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e dos jornais Mercantil e Despertador (1863-1864) possibilitam inferir que capelão era a designação do padre que firmava contrato com uma irmandade, ou confraria, para realizar sacramentos relativos à manutenção da igreja da respectiva associação religiosa. Os capelães recebiam salário pago por essas associações religiosas, e eram responsáveis pelo bom andamento das missas, confissões, comunhões, extrema-unção, enterros, e demais sacramentos. Respondiam diretamente à mesa diretora das irmandades, ou confrarias, ao arcepreste da província eclesiástica e ao juiz de capelas e resíduos. Encontra-se a figura do capelão nas Atas geralmente quando são tratadas questões relativas às missas, à igreja, e às festas religiosas. Além da figura do capelão, nas reuniões das irmandades, encontrava-se com frequência, o vigário da Igreja Matriz e o arcepreste da província eclesiástica.

A presença dos jesuítas é constante nas atas da Irmandade até 1846. Após esse ano, assinam as Atas apenas em dois momentos: em 1850, em uma ata de posse de mesa⁴⁴, e 1855, quando a Companhia de Jesus estava prestes a deixar Desterro.⁴⁵ As motivações dessa “não presença” são analisadas no primeiro capítulo. Sabe-se que os jesuítas assumiram o cargo de capelão (1843), por intermédio da pessoa do padre Miguel Cabeza, e que a presença de um capelão era de suma importância, principalmente nas decisões sacras, mas também havia uma relativa influência nas decisões administrativas.

Apesar dessa importância, o capelão passou a não freqüentar as reuniões após 1846. Na análise dessa “não presença” foi percebido que a questão era mais ampla. Envolve a presença dos irmãos do Rosário e São Benedito, políticos e padres locais, e jesuítas espanhóis em contextos de disputas políticas. O estudo desses contextos possibilita caracterizar as agremiações políticas que formaram os partidos Conservador (*estabelecidos*) e Liberal (*outsiders*). Partidos que tiveram posições políticas opostas em relação ao colégio dos jesuítas espanhóis (RR. PP. Jesuítas), colégio dos “luteranos” (Lycêo) e dos jesuítas italianos (Santíssimo Salvador).

O primeiro colégio de instrução secundarista da província catarinense, no século XIX, foi o colégio dos jesuítas espanhóis. Essa instituição de ensino sofreu oposição de algumas famílias pertencentes ao grupo identificado como dos *estabelecidos* da Ilha de Santa Catarina, representado, naquele momento, pelo Partido Conservador. A partir das eleições de 1847, esses políticos iniciaram uma oposição ao colégio e aos jesuítas, motivada provavelmente pelo apoio fornecido pelos jesuítas ao opositor Partido Liberal, nas eleições de 1847. Por outro lado, os *outsiders*, que eram representados pelo Partido Liberal e pela Sociedade Patriótica, passaram a defender a presença dos jesuítas na Província. Em 1855, os últimos jesuítas espanhóis partiram da Província. Esses dois grupos também entraram em divergência política, em relação à existência de barracas e quitandas⁴⁶ no Largo da Matriz.⁴⁷ Essas

⁴⁴ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de mesa de Posse** - 30 de Novembro de 1850, pág. 145.

⁴⁵ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. Desterro - **Termo de Mesa para se deliberar sobre uma carta dirigida a Mesa pelo Reverendo Senhor Padre Mariano Rueda, da Companhia de Jesus, e sobre outros abjetos abaixo declarados.** Pág.(166-167).

⁴⁶ As quitandas eram percebidas como “casas em que principalmente se vendem verduras, frutas, carvão, lenha, ovos, e outras miudezas semelhantes, ainda que nelas também se vendam alguns gêneros comestíveis da terra, como farinha, arroz, milho, etc., por peso ou medida em pequena quantidade”. BPESC. Decisão 61 – Fazenda – **Aviso de 31 de julho de 1844.** Coleção das Decisões do Império do Brasil de 1844. Tomo VII. Rio de Janeiro: Reimpressa na Typografia Nacional, 1865. p. 44. Apud MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil:** criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p.176.

⁴⁷ Matriz é a designação da principal igreja da Freguesia, mantida pelo governo. Havia uma matriz em cada freguesia. Largo da Matriz é a praça no qual se encontra essa igreja.

divergências são, igualmente, analisadas para propiciar um maior conhecimento sobre a figuração *estabelecidos versus outsiders* presente em Desterro.

No primeiro capítulo, são utilizadas principalmente três fontes: as atas de reunião da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a poesia *Assembléia das Aves*, de Marcelino Antonio Dutra, e documentos presentes no cartório Kotzias. As atas são importantes por fornecerem informações sobre os vínculos entre a Irmandade do Rosário e São Benedito com os jesuítas, e com o Partido Conservador. A poesia *Assembléia das Aves* foi um instrumento político utilizado pelos partidários liberais para fazer propaganda em favor do candidato Jeronymo Coelho nas eleições para deputado da Assembléia Geral, em 1847. A poesia evidencia quem eram os aliados e quem eram os opositores de Jeronymo Coelho. Na análise dessa poesia, é possível compreender as possíveis motivações que propiciaram alianças políticas entre irmãos do rosário e são benedito com o Partido Conservador, e jesuítas com o Partido Liberal.

Os documentos do cartório Kotzias são analisados para demonstrar o poder econômico de uma das famílias *estabelecidas* mais ricas da Ilha de Santa Catarina: a família Livramento. Nessa família, encontram-se escravistas, armadores, grandes comerciantes, padres, militares, bacharéis e políticos. Essa família foi uma das que condenou os jesuítas espanhóis, do colégio RR. PP. Jesuítas, e os “luteranos” do Colégio Lycêo. E foi a favor, da substituição do colégio Lycêo, pelo Colégio jesuíta Santíssimo Salvador.

O segundo capítulo trata do Colégio Lycêo. O texto inicia com uma análise de contextos macros, relativos à vinda de imigrantes reconhecidos como *Achtundvierziger* (os de 1848) para a Província de Santa Catarina. Bem como os fatores de expulsão que ocasionaram a imigração alemã, para, posteriormente, serem tratados os fatores de atração para o Brasil. Pretende-se possibilitar que o leitor tenha uma visão panorâmica sobre a trajetória de vida dessas pessoas, a fim de compreender quem eram, quais eram seus possíveis anseios e que posicionamentos políticos possuíam.

Após essa explanação, examina-se a trajetória de vida de um dos professores do Colégio Lycêo, que mais teve participação na contenda que ocasionou a substituição pelo Colégio Santíssimo Salvador. Analisa-se, principalmente, a posição de Fritz Müller quanto à religião e à política. Objetiva-se compreender o impacto da presença desse naturalista alemão, evolucionista, ateu, reconhecido como *Achtundvierziger*, como professor do Colégio Lycêo.

A partir deste momento, trata-se mais especificamente do Colégio Lycêo. São relatadas as contendas em torno desse colégio, por ter professores ditos luteranos. A defesa do Colégio Lycêo propiciou a união política entre dois grupos *outsiders*, um formado por imigrados alemães e outro, por políticos locais. Esses dois agrupamentos defendiam o incremento da imigração alemã e a laicização do Estado Imperial. A filiação entre *Achtundvierziger* (os de 1848) com políticos que se auto-intitulavam de “liberais exaltados” será analisada após o estudo pormenorizado do Colégio Lycêo.

É possível verificar, no jornal **Despertador** (1863-64), que grupos de políticos locais que se auto-intitulados de liberais exaltados mantinham relações sociais com imigrantes alemães, em sua maioria de luteranos. Isso propiciou, por conseguinte, diversas publicações em defesa da imigração alemã, uma vez que o combate feito ao Colégio Lycêo por católicos avessos à imigração luterana propiciou essa filiação. É provável que o intermédio tenha sido feita por duas lojas maçônicas: uma pertencente a um grupo de alemães da colônia Dona Francisca e outra pertencente a membros da Sociedade Patriótica de Desterro⁴⁸.

Para a análise presente nesse capítulo foram utilizados como fontes principais, os jornais: **Despertador** (*outsiders*) e **Mercantil** (*estabelecidos*), dos anos de 1863-1865. O dono do jornal **Despertador** era Jozé Joaquim Lopes Junior, que era filiado ao Progressista. Já o dono do jornal **Mercantil** era Joaquim Augusto do Livramento, filiado ao Partido Liberal. Os dois jornais possuíam dimensões e divisões semelhantes: duas folhas e quatro páginas. Cada página era dividida em três colunas. Na primeira página do jornal **Despertador**, ficavam as notícias políticas, enquanto na do jornal **Mercantil**, as publicações oficiais do governo da Província. Nas duas páginas subsequentes, eram publicados artigos particulares relacionados a questões políticas e privadas ocorridas na Província. A última página desses jornais trazia algo semelhante a um classificado, com ofertas e propagandas dos comerciantes locais.

Boa parte da arrecadação dos jornais advinha dos artigos publicados mediante o pagamento de pessoas que queriam expressar publicamente suas opiniões. As pessoas anunciavam quando iriam viajar, denunciavam devedores, faziam críticas a outras pessoas, davam palpites quanto à administração da Província, espalhavam boatos, anunciavam eventos sociais e debatiam artigos publicados em outros jornais. O jornal **Mercantil**, por representar a opinião do partido que dominava a situação política, possuía uma renda a mais, a fornecida pelo governo da Província para publicar informações oficiais.

⁴⁸ Provavelmente o nome da loja era “Concórdia”.

Os referidos jornais são utilizados como fontes pela riqueza das narrativas neles encontradas, referente à disputa em torno da instrução secundarista provida pela Província. Na leitura realizada, foi possível verificar quem eram as pessoas e grupos envolvidos nas contendas políticas, e quais foram os mecanismos, as ações políticas e argumentos pró e contra substituição do Colégio Lycêo, por um colégio jesuíta. Outras fontes foram utilizadas nos dois capítulos, como ofícios, relatórios e sumários endereçados ao presidente de província e falas dos presidentes de província a Assembléia Legislativa, entre outras.

CAPÍTULO I

A PERMANÊNCIA, OS CONTEXTOS E AS IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA DOS JESUÍTAS ESPANHÓIS NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA (1843-1855).

O texto que segue analisará os conflitos pelo poder socioeconômico e político, ocorridos na Ilha de Santa Catarina. A análise parte do ano de 1843, período do estabelecimento de um grupo de jesuítas espanhóis em Desterro. Jesuítas que assumiram o cargo de capelão na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Essa igreja pertencia à irmandade religiosa homônima. Os jesuítas se estabeleceram em Desterro, em um período de efervescência social. O número de escravos havia aumentando consideravelmente nos anos de 1811-1830, impulsionando a economia escravocrata catarinense. Os grandes comerciantes locais estavam se fortalecendo com o incremento no comércio, e com o aumento de embarcações que aportavam em Desterro à procura de víveres, água, e de comercializar suas mercadorias. O incremento no comércio e a possibilidade de assumir cargos na administração pública atraíram pessoas de diversas vilas, municípios, províncias, e mesmo de outros países, a vir morar na Ilha de Santa Catarina.

Na análise da política catarinense desse período, percebe-se que é possível caracterizar dois agrupamentos de políticos: os *estabelecidos*, e os *outsiders*. O primeiro era dos grandes comerciantes locais, com grande poder socioeconômico, cujos membros eram, em sua maioria, filiados a irmandades religiosas. Por outro lado, havia os *outsiders*, grupo fragmentado formado por pessoas de outras localidades da Ilha de Santa Catarina, de outras cidades, províncias e de outros países, com muitos membros da maçonaria catarinense. Havia, nesse agrupamento pessoas que eram da Ilha, mas que não eram reconhecidas como iguais pelos grandes mandatários *estabelecidos*. A fronteira que distinguia quem era *estabelecido* ou *outsiders* era constantemente negociada entre as pessoas e entre os agrupamentos.

A disputa entre esses dois grupos permeou todos os mandos e desmandos do governo quanto aos mais diversos espaços sociopolíticos no período de 1843-1864. Nesse contexto, analisa-se a presença do grupo de jesuítas espanhóis em espaços de atuação da Companhia de Jesus no período de 1843-1855.

Inicialmente, tratada-se da vinda dos jesuítas para Desterro, para depois serem evidenciadas as missões populares realizadas por eles na Ilha de Santa Catarina e no litoral da Província. Posteriormente, examinam-se os conflitos em torno do colégio RR. PP. Jesuítas.

Por fim, serão analisadas as relações entre os jesuítas, irmãos da Irmandade do Rosário e São Benedito, e com a formação dos primeiros partidos políticos catarinenses.

Pretende-se, com esse capítulo, caracterizar os agrupamentos de *estabelecidos* e *outsiders*, e averiguar quais eram as motivações a favor e contra a permanência da Companhia de Jesus, no período de 1843-1855. Objetiva-se, com isso, compreender quais eram as motivações que levaram o grupo de *estabelecidos* a assumir a posição de oposição ao Colégio Lycêo (1857-1867). Os *estabelecidos* se utilizam de discursos e ações políticas para substituir o Colégio Lycêo pelo Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869), pertencente à Companhia de Jesus. Para compreender o porquê da mudança de posição desse agrupamento, ora contra os jesuítas, ora a favor deles, analisam-se os discursos e as ações políticas dos jesuítas espanhóis, e dos políticos catarinenses.

Já o grupo *outsiders* foi a favor dos jesuítas espanhóis, de suas missões populares, de sua permanência na Igreja do Rosário, e, principalmente, de seu colégio RR. PP. Jesuítas. Com a fundação do Colégio Lycêo, esse agrupamento muda de posição política, passando a ser reconhecido como anti-jesuíta e pró imigração alemã. Essa mudança de posição política é analisada no Capítulo II.

1.1 OS JESUÍTAS ESPANHÓIS NA PROVÍNCIA CATARINENSE.

Um grupo de jesuítas espanhóis foi expulso da Espanha em 1835⁴⁹, estabelecendo-se em Buenos Aires em 1836.⁵⁰ O fato de os jesuítas não apoiarem o partido *federación*, ao qual pertencia o Presidente Rozas⁵¹, fez com que fossem coagidos e, por isso, o superior⁵² padre Mariano Berdugo e o irmão José Saracco partiram secretamente para Montevidéu, em 1841⁵³. Nesse mesmo ano, o padre Mariano Berdugo se estabeleceu no Rio de Janeiro “visando a possibilidade de os jesuítas espanhóis trabalharem na área das antigas reduções jesuíticas ou

⁴⁹ CABRAL, Oswaldo R. **Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província**, Florianópolis. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940, p.23.

⁵⁰ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 7.

⁵¹ Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio (1793-1877). Militar, político e grande proprietário de gado nos pampas, governou Buenos Aires (1829-1832, 1835-1840), com status de presidente da república. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Manuel_de_Rosas> acesso em 12 jan 2008.

⁵² A designação superior era utilizada tanto para o cargo que ficava responsável por uma Missão Jesuítica. Quanto, ao cargo assumido pelo padre responsável por uma comunidade jesuítica.

⁵³ AZEVEDO, *Op Cit*, p 8.

abrirem residência no Brasil”⁵⁴. O enfiamento dos jesuítas com Rozas levou, por fim, à expulsão de todos os jesuítas da Argentina (1843), sendo que alguns se encaminharam para o Rio de Janeiro, estabelecendo-se na residência do padre Mariano Berdugo⁵⁵.

Havia o interesse do internúncio⁵⁶ Ambrozio Campadônico de reintroduzir a Companhia de Jesus no Brasil, seguindo em linhas gerais o movimento de romanização que a Igreja Católica Romana estava conduzindo em toda a América Latina. Com esse importante apoio, a Companhia de Jesus reformulou suas atividades, em 1842, no Brasil. Quando o presidente da província do Rio Grande do Sul (Saturnino de Sousa e Oliveira) pediu ao bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araujo (Conde de Irajá), que enviasse sacerdotes a sua província, o bispo foi persuadido pelo internúncio que “cedeu e autorizou que dois Padres pudessem viajar ao sul, mas não como Jesuítas, iriam para lá como Sacerdotes a ele vinculados.”⁵⁷ Ao invés de dois padres, foram enviados quatro padres jesuítas espanhóis: João Corise, Jose Sato, irmãos Gabriel Fiol e José Saracco. Quando esses padres estavam indo para o Rio Grande do Sul, passaram em Desterro. No seguir do caminho, enfrentaram uma tempestade que os fez retornar. Com isso, ficaram algumas semanas na Ilha de Santa Catarina até enfrentar o caminho a pé até Porto Alegre, despertando, nesses dias de presença, o interesse das autoridades locais⁵⁸.

Os membros da Assembléia Provincial decretaram a Lei Provincial nº 182, de 29 de abril de 1843⁵⁹, que destinou verba para trazer missionários para educar a juventude e dar assistência religiosa. “Esta possibilitaria, através da ‘Association de la Propagation de la Foi’ a ida dos Missionários a sua Província, para promoverem a educação e as missões populares.”⁶⁰ Os deputados, possivelmente, entraram em contato com o padre Mariano Berdugo, apesar da preferência declarada por religiosos franceses, favorecendo o estabelecimento dos jesuítas na Ilha de Santa Catarina em 1843⁶¹.

O padre Mariano Berdugo enviou, para Desterro, os padres Miguel Cabeza e Antonio Barba, bem como o irmão Alonso Romero. Eles foram recepcionados e hospedados por

⁵⁴ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 8.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Agente diplomático do Vaticano, cargo semelhante ao de embaixador, sendo o representante maior da Sé Romana no Brasil.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid, p. 8.

⁵⁹ Essa lei deu base para que a Assembléia Legislativa, em 1856, alocasse padres lazaristas e irmãs da caridade no Hospital da Caridade. E, foi utilizada, também, para legitimar o contrato com jesuítas italianos para fundar o colégio Santíssimo Salvador, em 1865.

⁶⁰ Ibid, p.9.

⁶¹ Ibid.

alguns dias na casa do espanhol Tomas Martinez. Segundo Azevedo, tiveram dificuldade de encontrar residência em Desterro, “devido ao grande número de Argentinos que fugiram das garras de Rosas [sic] e ocuparam praticamente todas as moradias disponíveis na cidade”⁶². Com ajuda de Tomas Martinez, os jesuítas encontraram uma pequena casa perto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito⁶³.

O padre Miguel Cabeza assumiu o cargo de capelão na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito no período de 1843-55⁶⁴. Os jesuítas foram contratados para realizar os batismos, casamentos, as extremas-unções, eucaristias, confissões, missas, novenas, festas religiosas e devoções, pregações e outros sacramentos. Os jesuítas seguiam a ortodoxia tridentina, que disseminava valores e condutas embasadas no modelo defendido pela Sé Romana. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito era uma associação religiosa leiga, que recebia intervenções tanto da Coroa quanto da Igreja.

1.2 AS MISSÕES POPULARES

Os jesuítas espanhóis iniciaram, em 1843, seu programa de evangelização e de moralização dos costumes, com a realização das missões populares. As missões populares consistiam em uma ação de militância, objetivada pela Igreja Católica Romana, com o intuito de moralizar a população e o clero sob os moldes românicos. Rituais apresentados pelos jesuítas nas missas, rezas, cantos, comunhões, batismo, confissões, pregações, entravam em divergência com os rituais e com a conduta dos padres locais e da própria população.

Os padres jesuítas espanhóis realizaram diversas missões populares⁶⁵ na Ilha de Santa Catarina e em boa parte do litoral da Província⁶⁶. A primeira missão popular teve início em

⁶²AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 10.

⁶³ Ibid.

⁶⁴Não foi possível averiguar se o padre Miguel Cabeza foi um dos jesuítas que faleceu na epidemia de malária que assolou a Ilha de Santa Catarina em 1853. Mas, é provável que, caso ele tenha sobrevivido, tenha-se mantido no cargo de capelão até 1855.

⁶⁵ As missões populares serão analisadas, a partir da leitura do texto *Jesuítas Espanhóis no Desterro*, do jesuíta Ferdinand Azevedo. Esse foi o único texto encontrado com informações consistente sobre as missões populares ocorridas na Província. Azevedo teve como base para suas afirmações a leitura de cartas emitidas pelos jesuítas espanhóis, encontradas nos arquivos do Vaticano. As argumentações do, também, jesuíta, sobre os jesuítas espanhóis é sempre favorável a Companhia de Jesus. É interessante a interpretação que ele fez dos eventos narrados nas cartas e, a leitura delas, na ampla compilação delas que ele fez no texto.

⁶⁶ É provável que as missões populares ocorreram em boa parte do período de permanência dos jesuítas espanhóis na Província, sendo realizadas, provavelmente, de 1843 a 1853, ano da morte de diversos padres. Foi possível, entretanto, obter informações apenas sobre os dois primeiros momentos em que elas foram realizadas.

outubro de 1843, quando os padres Miguel Cabeza e Miguel Lopes percorreram a Lagoa da Conceição, o Rio Vermelho, Canasvieiras, Santo Antônio e o Ribeirão, localidades essas da Ilha de Santa Catarina. As informações relativas a essas missões foram compiladas das cartas emitidas pelo padre Miguel Cabeza para o padre Mariano Berdugo⁶⁷. No final de fevereiro do ano seguinte, as missões populares foram realizadas em: São José, São Pedro de Alcântara, Santa Ana (hoje Santo Amaro da Imperatriz), Enseada do Brito, Garopaba, Villa Nova (perto de Imbituba), Imaruí, Tubarão, Rio Araranguá, Laguna, São Miguel, São João Batista, Porto Belo, Itajaí e São Francisco do Sul⁶⁸. As informações sobre as quatro primeiras missões populares ocorridas no continente foram compiladas da carta enviada pelo padre Villá ao padre José Maria Delgado⁶⁹.

No momento em que Azevedo analisa a missão popular que ocorreu na freguesia do Rio Vermelho, encontra-se uma breve descrição das ações religiosas realizadas nas missões populares. Sabe-se, pois, que as missões populares duravam aproximadamente oito dias. Após os quatro dias iniciais de pregações, começavam as confissões, que duravam mais quatro dias. Aparentemente, o sacramento da comunhão era realizado a partir do início das confissões, momento em que os fiéis estavam aptos a receber o “corpo de Cristo”. É provável que, na maioria dos dias, pelas nove da manhã, fosse realizada a missa, com a pregação subsequente da doutrina realizada pelo padre Miguel Lopez. Com o término do doutrinamento, eram cantadas as músicas "Meu Jesus a vossos pes, y Santa M^a Mai de Deos"⁷⁰. À tarde, o padre Miguel Lopez explicava a doutrina às crianças por meia hora ou mais⁷¹. À noite, era o momento das orações, quando era rezado o rosário, e "la devocion de las llagas"⁷², e depois vinha o sermão, que era concluído com o canto de "misericordia, el perdon e Sta Maria Mai de Deos"⁷³.

No último dia da missão popular, era feita uma comunhão geral, e, por fim, a presença dos jesuítas na comunidade era demarcada por uma cruz⁷⁴, que era cravada na terra, na entrada principal da localidade. O ritual designava que a comunidade tinha sido purificada

⁶⁷ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 15.

⁶⁸ As visitas realizadas pelos padres, nas freguesias, ocorreram na seqüência enunciada nesse parágrafo. Uma missão popular consistia em pregações realizadas nas visitas realizadas em diversas freguesias da Província. A primeira que percorreu na Ilha de Santa Catarina, levou dois meses para ser finalizada. A título de facilitar à narrativa, cada visita a freguesia será intitulada de missão popular, apesar de que a visita apenas a uma freguesia, ser apenas parte da missão popular como um todo.

⁶⁹ Ibid, p. 24.

⁷⁰ Ibid, p. 18

⁷¹ Ibid, P. 17

⁷² Ibid, p. 18

⁷³ Ibid.

⁷⁴ A cruz era feita por pessoas da comunidade.

pelas ações e pregações religiosas dos jesuítas. Assim, muitas pessoas acabavam ficando até o último dia da missão popular pela importância do ritual da comunhão geral e da fixação da cruz. Após o término da missão popular, caso fosse necessário, os padres ficavam, pelo menos, mais dois dias para confessar as pessoas faltantes. Um número significativo de pessoas frequentava mais de uma missão popular ⁷⁵.

As missões populares eram ações de militância religiosa, fomentadas com o objetivo de doutrinar a população nos cânones tridentinos. Os padres, senhores escravistas, escravos e livres, em geral, eram condenados por cometerem concubinato, terem filhos fora do casamento, não batizarem seus filhos e escravos, terem vidas desregradas, não frequentarem missas e pregações, dentre outros atos condenados pelos jesuítas, que buscavam reformar, sob os princípios românicos, o catolicismo tradicional⁷⁶ brasileiro e os costumes da população. A regularização dos casamentos, e a intervenção nos conflitos de famílias pelos jesuítas, eram ações realizadas nas missões populares ⁷⁷. As pessoas que não tinham como contratar um padre e/ou uma igreja para a feitura do ritual do casamento, poderiam regularizar sua situação com a Igreja e com Deus nas missões populares.

As pregações, as confissões e a comunhão eram as principais ferramentas utilizadas para moralizar os costumes da população. As pregações enunciavam a graça de Deus, de Jesus Cristo e Maria, elucidavam o povo sobre as verdades religiosas católicas, decididas em Concílios⁷⁸ e Bulas Papais ⁷⁹. O povo era formado, em sua maioria, por pessoas simples, católicas, com devoção a santos diversos, carentes por palavras que elucidassem as vicissitudes da vivência humana.

A primeira missão popular ocorreu na localidade da freguesia da Lagoa da Conceição⁸⁰. Aparentemente, os padres jesuítas encontraram essa paróquia despreparada para

⁷⁵ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 18, 1982/83, p.16.

⁷⁶ O catolicismo tradicional encontrado no Brasil do século XIX possuía características herdadas do período colonial. Uma das características mais marcantes é a devoção a santos. Festas e Capelas eram realizadas e fundadas para homenagear os santos. Pessoas se reúnem em irmandades e confrarias religiosas para cultuar um santo. As irmandades e confrarias precisavam ter uma igreja como sede, por isto, muitas possuíam Capelas próprias, outras se associavam a outras irmandades ou confrarias para dividir o espaço da Igreja.

⁷⁷ Ibid, p.32.

⁷⁸ “Concílio é uma reunião de autoridades eclesásticas com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé, e costumes. Os concílios podem ser ecumênicos, plenários, nacionais, provinciais ou diocesanos, consoante o âmbito que abarquem.” Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio>> acesso em 12 abr 2008.

⁷⁹ Uma Bula Papal é um documento selado com o timbre do papa, no qual ele se manifesta sobre determinado assunto administrativo, religioso ou político da Igreja.

⁸⁰ AZEVEDO, *Op Cit*, p. 15.

a visita dos jesuítas. Apesar do apoio do bispo do Rio de Janeiro e do arcepreste⁸¹ locado em Desterro, o povo não foi informado pelo vigário local⁸² da chegada da missão popular. O vigário era um beneditino ex-clausurado, que foi pregador do Príncipe Miguel de Portugal. Ele era reconhecido pela sua boa eloquência em assuntos sagrados, empreendidos no púlpito⁸³ da igreja local. Recebeu os jesuítas em sua casa, participou da missão popular, mas, apesar disso, não permitiu que os jesuítas implantassem a cruz, momento considerado por Azevedo como um ato de piedade.⁸⁴ Azevedo, que é jesuíta, cita o historiador e padre da Companhia de Jesus, Rafael Perez, para tentar elucidar as motivações que levaram o vigário a não cooptar com a missão popular. O padre

[...] temia, com a presença dos Padres, perder, diante do povo, a fama de orador sacro. Apesar de seu desinteresse pela missão, o Vigário tratou bem os Padres, que se hospedaram em sua casa. Apenas divulgada a notícia da missão, o povo começou a chegar e, no terceiro dia, a Igreja da Paróquia de N. S. da Conceição já o não podia conter⁸⁵.

A leitura dos jornais **Mercantil** e **Despertador** (1863-1864) possibilita inferir que os jesuítas tinham como prática a condenação da utilização do púlpito pelos padres locais. A Companhia de Jesus era contra a proclamação de orações e de pregações no momento das missas. No momento que o padre assume a posição de orador, ele é levado a adotar posturas que, muitas vezes, são controversas à liturgia e ao modelo de missa pregada pela Sé Romana. Um dos objetivos das pregações dos jesuítas era a homogeneização da realização dos sacramentos e rituais sob modelo defendido pela Sé Romana, modelo esse percebido como ideal para ser utilizado em todas as igrejas católicas mundo. Assim sendo, fica mais compreensivo o fato de o vigário não cooptar plenamente com a missão popular, como tantos outros padres o fizeram. Além de que o vigário era experiente, deveria ter suas críticas e elogios às ações dos jesuítas. Ele tinha formação monástica⁸⁶ e, provavelmente, tinha relativa importância na hierarquia eclesiástica, quando morava em Portugal. Outro vigário que não acolheu bem os jesuítas foi o da freguesia de São Miguel, que se manteve à parte em relação à

⁸¹ Arcipreste era o cargo assumido por um padre, com o intuito de comandar uma Província Eclesiástica. O arcepreste era responsável pelo bom andamento de dezenas de igrejas, irmandades e confrarias religiosas. Em Santa Catarina, a província eclesiástica por muito tempo não correspondeu à província política, pois a vila de Lages por boa parte do século XIX, foi responsabilidade do bispo de São Paulo, enquanto o resto da Província era do bispo do Rio de Janeiro.

⁸² Vigário era a designação recebida pelo padre que era responsável pela Igreja Matriz, que era a principal igreja da Freguesia Eclesiástica a qual estava localizada.

⁸³ O púlpito era a tribuna, localizada nas igrejas, de onde os oradores sacros pregavam.

⁸⁴ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 18, 1982/83, p.16.

⁸⁵ Ibid, p.15

⁸⁶ Possuía formação eclesiástica semelhante dos jesuítas, possivelmente tridentina.

missão popular. Ele rejeitou o pedido de hospedagem feito pelos jesuítas, os encaminhando para se alojarem na cadeia pública da freguesia, deixando-os um tanto desconcertados ⁸⁷.

A missão popular ocorrida no Ribeirão da Ilha foi a menos concorrida, provavelmente devido à população ser mais dispersa que nas outras freguesias ⁸⁸. A moralização pregada pelos jesuítas possivelmente teve seus efeitos nessa freguesia, pois “o Vigário de Ribeirão, um sacerdote jovem, mudou completamente sua vida escandalosa” ⁸⁹. Outro local que os jesuítas se depararam com um padre que vivia de maneira pecaminosa, foi na Enseada do Brito. O vigário local vivia em concubinato, mas, aparentemente, “a combinação da manifestação da piedade do povo e o poder persuasivo dos Padres convenceram o Vigário a modificar sua vida”⁹⁰. Desse modo, a moralização dos costumes pregada pelos jesuítas, possivelmente, levou o padre local a deixar a pessoa com a qual tinha relações amorosas. Os jesuítas, certamente, utilizavam-se do respeito e fé, que a população tinha por eles, para promover a condenação dos padres que tinham cônjuge, perfilhavam seus filhos naturais⁹¹, que consumiam demasiadamente bebidas alcoólicas, utilizam o púlpito, ou eram políticos. Características relativamente comuns do clero catarinense encontrado nesse período.

Em Santo Antonio de Lisboa, o vigário da freguesia “preparou bem o povo, entretanto, nos primeiros dias o povo não correspondeu bem à missão” ⁹². Afirma Azevedo que, somente com o início das confissões, a população mudou a atitude de indiferença quanto à missão popular. A leitura feita por Azevedo, sobre a carta de Miguel Cabeza, é de que o motivo dessa indiferença foi que nessa freguesia, em anos anteriores, o vigário era homem de cor, que vivia em concubinato. Miguel Cabeza, no fragmento de carta publicada no texto de Azevedo, afirma que esse vigário “viviu entre sus ovelhas mas como lobo que como pastor”⁹³. Segundo a leitura de Azevedo, a comunidade perdeu o respeito com os sacramentos da igreja e com os atos de piedade, os pais aconselhavam os filhos a não freqüentar os sacramentos, as pessoas acabavam se confessando em outras paróquias. Azevedo, ainda, afirma “que a graça principal desta missão foi a recuperação da parte do povo para os atos de piedade e os sacramentos da Igreja”⁹⁴. É difícil inferir, no período estudado, o grau de desaprovação do povo quanto a um

⁸⁷ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 34.

⁸⁸ Ibid, p.19

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid, p.31

⁹¹ Perfilhar significava, no período estudado, assumir juridicamente a responsabilidade pelo filho natural, ou adotado.

⁹² Ibid, p. 19.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.

sacerdote que cometia concubinato e mais ainda, compreender o impacto de uma missão popular sobre uma freguesia, mas na leitura das afirmações de Azevedo, é possível perceber que os jesuítas espanhóis condenavam os padres que não rezavam a cartilha do catolicismo tridentino.

Os discursos dos jesuítas, aparentemente, tiveram efeito sobre a população. Para se ter uma idéia do número de pessoas atendidas pelas missões populares, pode-se afirmar que o número de pessoas confessadas em São José foi de mil e trinta pessoas, enquanto de São Pedro de Alcântara, quatrocentos e oitenta; Enseada do Brito, entre setecentas e oitocentas, e Santa Ana, mais de quinhentas pessoas⁹⁵. Um número considerável, mais de um quarto da população dessas localidades foi assistida, caso as informações elencadas por Azevedo estejam corretas. Inicialmente, as visitas feitas pelos jesuítas demoravam a ter repercussão, mas, com o passar dos dias, e com o apoio de alguns vigários, o povo tomou conhecimento das missões populares e, por isso, em localidades como Rio Vermelho, as pessoas recebiam os jesuítas “con la major devocion y respeto y fé a besar el santo cristo y nuestros manteos”⁹⁶.

Nessa mesma freguesia, o padre Miguel Cabeza descreveu que com a pregação feita pelos padres, tanto aos homens quantos as mulheres, brancos e negros, choraram de constrição e arrependimento pelos seus erros⁹⁷. O impacto dos sermões e das pregações era tal que

[..] he tenido, hombre, que banados sus ojos de lagrimas, me decia padre, de buena gana, confesaria mis pecados, por dar a mi dios satisfaccion por ellos, pues no puedo sufrir la grande pena y aflicion de mi corazon, considerando quanto tendo ofendido a mi dios, ruege a dios por mi para tenga misericordia de mi pobre alma⁹⁸.

Outro caso de arrependimento ocorreu na freguesia da Lagoa da Conceição, como se pode inferir com a leitura do seguinte relato:

En la mision de la Lagoa hube otro caso que me dio a conocerbien la eficacia de la gracia: um mozo soltero, rico y con su casa abierta, su vida era um tejido de toda a classe de desordenes; asistia a la mision y fue tanto el golpe que recibio su corazon, que ni de dia ni de noche podia hacer nada ni dormir ni comer, y aun estando em su roca, tenia que desejar el trabajo y puesto de rodillas em aquellos matos lloraba

⁹⁵ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 30.

⁹⁶ Ibid, p 16.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid.

amargamente sus pecados, pidiendo a Dios tubiese misericordia de su alma manchada con tantas ofensas⁹⁹.

O comportamento dos senhores, em relação aos seus escravos africanos e afrodescendentes, também foi alvo dos jesuítas. Eles condenavam os senhores (as) escravistas que não liberavam seus escravos para participar da missão popular, condenação que não foi necessária na freguesia do Rio Vermelho, pois "el concurso ha sido desde el primer dia grande: todos los señores dieron licencia a sus esclavos para que assistiessem todas las noches."¹⁰⁰ Os padres condenavam enfaticamente o concubinato em todas as esferas sociais e, no caso dos escravos, era uma "situação atribuída a atitude de cobiça"¹⁰¹ dos senhores(as) escravistas, "que queriam, assim aumentar o número de seus escravos"¹⁰².

Não houve missão popular em Desterro¹⁰³. As pregações, confissões, comunhões, missas e demais sacramentos eram realizados pelos jesuítas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, por isso não havia necessidade de haver uma missão popular na Capital da Província. Essa igreja pertencia à Irmandade do mesmo nome, que era formada, em sua grande maioria, por africanos e descendentes (escravos, livres e libertos), mas também, por homens e mulheres brancos.

A evangelização da população como um todo ocorria em três ambientes: nas missões populares, no colégio RR. PP. Jesuítas e na Igreja do Rosário e São Benedito. As missões populares eram ações de militância religiosa realizadas pelos jesuítas com o objetivo de moralizar a população em geral, conduzindo-a para valores romanizados. O colégio RR. PP. Jesuítas foi fundado para atender ao interesse da Assembléia Legislativa Província de ter um colégio capaz de formar clérigos e alunos capazes de passar nas provas necessárias para adentrar nos cursos mantidos pela Corte¹⁰⁴. O colégio era freqüentado principalmente por filhos da elite escravocrata local. Escravocratas que eram detentores de poder socioeconômico e político. No colégio, séculos de experiência acumulados pela Companhia de Jesus em instruir e evangelizar, seriam aplicados em um grupo representativo de futuros funcionários públicos, padres, políticos, militares, comerciantes e escravocratas da Província. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito era o local em que se reunia a população mais pobre e estigmatizada da Ilha; eram em sua maioria, africanos e descendentes, escravos ou

⁹⁹ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 15-16, 1982/83.

¹⁰⁰ Ibid, p.18

¹⁰¹ Ibid, p.16

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Desterro é hoje o espaço onde se localiza o centro de Florianópolis.

¹⁰⁴ Os principais cursos eram os de medicina, engenharia militar e direito.

forros. Frequentava, também, um número considerável de senhores(as) escravistas e funcionários públicos.

O texto que segue analisa a instrução pública secundarista da Província de Santa Catarina, de 1822 a 1855. Enfatiza-se o colégio RR. PP. Jesuítas, principalmente no que tange à relação dos jesuítas com os políticos locais. Demonstra-se, assim, que havia uma disputa política entre dois partidos políticos, em torno da existência do colégio jesuíta.

1.3. OS CONFLITOS RELACIONADOS AO COLÉGIO RR. PP. JESUÍTAS (1845-1855).

A partir da Independência do Brasil (1822), pouco a pouco foram sendo organizados cursos jurídicos, de Medicina e cursos militares mantidos pela Corte brasileira. Para poder frequentar os cursos, era preciso passar por um exame feito por dois professores da instituição na qual se desejava entrar. Schardong cita o Artigo 8º da lei que criou os cursos (11.08.1827), que “tornou obrigatória a apresentação de certidões de exame e aprovação das Línguas Latina e Francesa, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria”¹⁰⁵. O exame se tornou parâmetro para as aulas régias e para os colégios secundaristas. Parâmetro que seria adotado pelo colégio Dom Pedro II.¹⁰⁶ Nesse período, havia apenas três cadeiras avulsas sendo ministradas na Província: uma de Latim, uma de Anatomia e Cirurgia Prática (professor Dr. José Antonio de Lima), uma de Aritmética, ministrada pelo 1º Tenente reformado da Armada, José Maria Pinto¹⁰⁷.

Houve diversas modificações na organização administrativa, advindas da descentralização fomentada pelo Ato Adicional de 1834. Esse Ato Adicional permitiu a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, que passaram a ter grande influência sobre as decisões políticas quanto à instrução secundarista subsidiada pela Província. A partir desse momento, o presidente de província ficou com a designação de indicar “compêndios e silabários porque se deva ensinar [...] e dará quaisquer instruções que julgar necessário à regularização do ensino”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. **A instrução pública secundária em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. P. 16

¹⁰⁶ Em 1837, o Seminário de São Joaquim foi transformado no colégio Dom Pedro II (Rio de Janeiro), para que servisse de modelo às futuras instituições de instrução secundária.

¹⁰⁷ Ibid, p.15.

¹⁰⁸ FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: Edeme. 1975, p.32. Interessante notar que essa Lei não vigorou em relação aos colégios RR. PP. Jesuítas (1845- 1855) e Santíssimo

Em 25 de Abril de 1837 foi editada a "Lei provincial n.69"¹⁰⁹ para organização de duas cadeiras de ensino secundário. E assim, "creou na Capital as cadeiras de Filosofia racional e moral, Rhetorica e Geografia, e de Arithmetica, Algebra e Geografia Rectelinea"¹¹⁰. Coelho¹¹¹ acredita que essa Lei não foi efetivada, devido ao baixo ordenado de "500\$ annuaes"¹¹², oferecido aos candidatos a professor. Nesse período, pessoas letradas, capazes e dispostas a ministrar aulas deveriam ser pouquíssimas, pois, em boa parte, os alfabetizados, presentes na Ilha, eram militares e funcionários públicos. Fiori afirma, todavia, que o motivo, que levou a primeira cadeira a não ser efetivada, foi o fato de não haver alunos matriculados. A segunda: não havia professor. Assim, em 1837, foram enviados os primeiros estudantes catarinenses para se formarem como professores no Rio de Janeiro¹¹³.

Com a incapacidade de encontrar professores, o governo da Província resolveu custear pensões para alguns jovens que se dispusessem a freqüentar escolas e seminários na Corte, ou em outras Províncias. A intenção era formar o quadro de funcionários técnico-administrativos, político e eclesiásticos da Província.¹¹⁴ Diversos jovens foram encaminhados para seminários, retornando à Província não só para assumir cargos eclesiásticos, mas também administrativos e legislativos. O caso que nos interessa é o de Joaquim Gomes d' Oliveira e Paiva (1821-1869). Paiva formou-se padre no seminário de São José (Rio de Janeiro). Voltou a Desterro em 1842, momento em que passou a ministrar aulas de Latim e Francês até, aproximadamente, o ano de 1845.

Outra opção, para suprir a falta de professores, foi procurar os jesuítas espanhóis que estavam na Ilha desde 1843, e incentivá-los a fundar um colégio. Os jesuítas, inicialmente, eram contra essa fundação, principalmente, o padre Mariano Berdugo, que considerava o momento inoportuno. A reorganização da Missão Jesuítica na América do Sul (1844) levou, no entanto, o padre Mariano Berdugo a ser substituído do cargo de Superior da Missão Paraguaense (Brasil, Paraguai e Uruguai). Ele assumiu o cargo de Superior da Missão no

Salvador (1865-1869), pois os compêndios e toda a regularização do ensino eram organizados pela Companhia de Jesus. O governo da Província era impossibilitado de inspecionar, recomendar compêndios, ou contratar ou despedir professores dos colégios jesuítas. Situação evidenciada pelos políticos contrários à Companhia de Jesus, em seus discursos nacionalistas.

¹⁰⁹ COELHO, Joaquim D'Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina**. 2ª ed., Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1877, p. 24.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ O livro escrito por Joaquim Coelho teve sua primeira edição em 1858, por isso aborda a história de Santa Catarina até, aproximadamente, o ano de 1854.

¹¹² Ibid.

¹¹³ FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: Edeme. 1975, p.34.

¹¹⁴ SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. **A instrução pública secundária em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p. 21.

Chile, enquanto o padre Páres¹¹⁵ assumiu a Missão Paraguaiense. Ao contrário do padre Mariano Berdugo, o padre Páres era mais favorável à idéia de fundar um colégio¹¹⁶.

O padre Paiva, em 1843, ministrava aulas de Francês, Latim e Filosofia, sendo que ele contava com vinte e quatro alunos para as aulas de línguas e quatro para Filosofia¹¹⁷. Em 1844, o padre Paiva aceitou o convite para ser vigário de São José. Aparentemente, ele entrou em acordo com o padre Páres e “cedeu” seus trinta alunos e uma aula de Latim. Com essa aquisição de alunos do padre Paiva, o Superior da Missão Paraguaiense (padre Páres) incitou a fundação de um colégio jesuíta em Desterro. Indo ao encontro das reivindicações dos deputados provinciais. Os deputados incentivaram o superior da comunidade de Desterro (padre Miguel Cabeza) a aumentar o número de cadeiras. Com isso, Miguel Cabeza entrou em contato com o padre Parés, em Montevidéu (1845), que enviou os padres Luiz Costa e Mariano Rueda para reforçar o colégio¹¹⁸.

O presidente da província, Antero José Ferreira de Brito (1840-1848), proferiu um discurso na Assembléia Legislativa Provincial, em 1845, que auxilia na compreensão das motivações que muitos políticos tiveram para defender a permanência dos jesuítas na Província, e incentivá-los a fundar um colégio¹¹⁹. Em seu discurso, fez um retrospecto da situação da Província no ano de 1844, propondo possíveis soluções. Em um dado momento, avaliou a situação da instrução pública. A instrução primária era deficitária, com falta de professores, com poucas escolas femininas e com muito descaso aos professores¹²⁰. Havia, entretanto, um grande número de escolas privadas, sendo que as mais reconhecidas eram as de "Jozé Joaquim Lopes"¹²¹, a casa de educação de D. Felicidade Candida da Conceição, e a escola do emigrado Argentino D. Mariano Moreno"¹²².

¹¹⁵ Não foi possível saber o nome completo do padre Páres.

¹¹⁶ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 44.

¹¹⁷ Ibid, p. 45

¹¹⁸ Ibid, 44.

¹¹⁹ BRITO, Antero J. F. de. **Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária, em o 1.º de março de 1845.** Desterro: Tipografia. Provincial, 1845. (932 AN), p. 1. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/932/index.html>> acesso em 19 jan. 2008>

¹²⁰ Ibid, p.2-3.

¹²¹ José Joaquim Lopes é um importante político e jornalista, que teve grande importância nas disputas políticas da época, principalmente nas relacionadas à instrução secundarista. Ele era natural da Bahia (1803), militar, e chegou até a lutar na Guerra da Independência, no recôncavo baiano. Com a dissolução de seu batalhão, fixou-se em Santa Catarina, passando a ser professor de primeiras letras em Laguna (1831), período que fundou o jornal Pirilampo. Posteriormente, passou a residir em Desterro, sendo professor de primeiras letras (1839). Adquiriu em hasta pública a Tipografia Provincial, fundando o jornal **O Argos da Província** (1856 – [1861?]), **Conservador** (1855) e o **Despertador** (1863-1885). Foi deputado de 1850 a 1855, e de 1860-1863. PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)**. 2ª ed. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 408. Ele, primeiramente, pertenceu

A permanência dos jesuítas na Província de Santa Catarina era bem quista por muitas autoridades, não somente pela possibilidade de eles suprirem a falta de professores na instrução secundarista, mas também por eles proverem outras áreas de interesse do governo. O “culto público” era uma das preocupações do governo que mais demandava esforços. Antero de Brito afirma que havia diversas paróquias sem padre, e que seis eram regidas por estrangeiros¹²³. E que, o número de pensionistas era apenas um, devido à penúria do orçamento, embora devessem ser seis, para suprir a falta de padres na Província.¹²⁴ Com pesar, diz que “he um extremo sensível a falta de sacerdotes para as preencher, e nenhuma esperanças ha para de prompto remediar esta precisão”¹²⁵. Sem padres, as pessoas dessas freguesias estavam impossibilitadas de realizar batismo, casamentos ou extrema-unção, devendo executá-los em outras localidades, ou não os realizar. Outros motivos desses incentivos do governo para com a religião ficam mais claras na afirmação de Antero de Brito:

He verdade sabida, Senhores [deputados provinciais], e estou de convicção intima que ella vos anima, de que a Religião he o grande e poderoso movel do coração humano, que impondo além da morte regula na vida a conducta do homem nas differentes condicçoens sociaes, tornando-o amigo da ordem, do Throno, e respeitador das authoridades.¹²⁶

A fundação de um colégio jesuíta poderia vir a suprir a falta de padres, pois uma das principais funções do colégio era formar padres regulares. Outro fator importante do apoio de Antero de Brito, e de muitos políticos catarinenses, era a grande aceitação das missões populares feitas pelos jesuítas. Embasado nos seus bons resultados, Antero de Brito propôs que se continuasse a pagar aos jesuítas a subvenção que paga o aluguel de suas casas, conforme se percebe no relato a seguir:

Com interesse vos participo continuarem a residir nesta Provincia os Missionarios Espanhoes, que com a maior dedicacão, e zelo religioso tem percorrido os districtos do Norte, e Sul, desta Ilha, missionado, e administrando os Sacramentos, fazendo assim serviço á Deos, e beneficio aos povos mormente áos de lugares mais remotos, e dezertos onde até então não tinha penetrado a vóz, e a luz do Evangelho. O Povo continua a ouvil-os com fervor, e devoção, e até mais se tem fortalecido a Fé por ser acompanhada a sua pregação de edificante exemplo. Em attenção ao seu bom

ao Partido Conservador, opositor ao colégio RR. PP. Jesuítas, depois passando ao Partido Progressista que, a partir de 1862, foi a favor do colégio Lycêo e contra a fundação do Santíssimo Salvador.

¹²² BRITO, Antero J. F. de. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirige á Assembléa Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinária, em o 1.º de março de 1845.** Desterro: Tipografia. Provincial, 1845. (932 AN), p. 4. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/932/index.html>> acesso em 19 jan. 2008>

¹²³ Ibid, p. 6.

¹²⁴ Ibid, p. 5.

¹²⁵ Ibid, p. 6.

¹²⁶ Ibid.

serviço são estes Padres, credores de quem lhe continueis o socorro para cazas, e nesta conformidade assim o proponho no orçamento ¹²⁷.

Em setembro de 1845, os jesuítas espanhóis fundaram o seu colégio. O diplomata suíço Johan Jacob von Tschudi, em sua publicação datada de 1861, afirma que ‘foi fundado em uma chácara no Bairro Mato-Grosso comprada com a “ajuda” de um benfeitor¹²⁸ da Companhia, um comerciante inglês que morava no Rio de Janeiro, chamado Sr. Diogo Andrew¹²⁹. A compra foi feita no valor de 4:860\$660 mil réis. No ano de 1845, ainda foram ministradas aulas (gratuitas) no prédio da Câmara¹³⁰. As aulas na chácara Mato Grosso iniciaram somente em 1846¹³¹. A partir de 1846, os jesuítas passaram a receber uma subvenção de 600\$000 réis do governo da Província, para pagar o aluguel das casas que ocupavam em torno da Igreja do Rosário e São Benedito¹³². Nesse mesmo ano, a Missão do Chile foi fechada, e o padre Mariano Berdugo partiu para Montevidéu, para, em um momento posterior, viajar para Desterro. Chegando a Desterro, assumiu, no colégio jesuíta, a cadeira de Filosofia e o cargo de Prefeito de estudos¹³³.

Desterro, em 1848¹³⁴, passou a ser o centro da Missão Jesuítica no Brasil, com a expulsão dos últimos jesuítas da Argentina por Rosas. O superior interino, Ramón, enviou de Córdoba dois noviços e cinco escolásticos para continuarem seus estudos de Letras e Filosofia, sob orientação do padre Mariano Berdugo. O padre José de Leon dava aula de Latim, enquanto Mariano Berdugo ensinava filosofia.

A maioria dos deputados da Assembléia Legislativa eleitos em 1847, era do Partido Conservador, opositor aos jesuítas. A subvenção paga pelo governo para manutenção do colégio jesuíta se tornou um grande motivo de discussão. Alguns a defendiam por ser um

¹²⁷ BRITO, Antero J. F. de. **Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirige á Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária, em o 1.º de março de 1845.** Desterro: Tipografia. Provincial, 1845. (932 AN), p. 6. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/932/index.html>> acesso em 19 jan. 2008>.

¹²⁸ Aparentemente, a Companhia de Jesus para evitar aborrecimentos e complicações legais com a Coroa, usou o nome de um procurador. AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 48.

¹²⁹ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina.** Blumenau, Ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p.85.

¹³⁰ AZEVEDO, *Op Cit*, p. 47.

¹³¹ LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade:** tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. (Trabalho de Conclusão de Curso - UDESC). 2005, p. 20.

¹³² *Ibid*, p.20.

¹³³ *Ibid*, p.49.

¹³⁴ É interessante a informação de que uma pessoa da alta hierarquia da Igreja, como o Internúncio Campadônico, tenha passado o mês de janeiro de 1848, na chácara. Momento que ele autorizou a Capela doméstica da nova residência jesuítica. Demonstrando, a importância estratégica da Missão de Desterro, com suas missões populares e com a fundação do primeiro colégio jesuíta do Brasil (no século XIX). AZEVEDO, *Op Cit*, p. 48.

pequeno valor, que pagaria, no máximo um professor de aulas avulsas. Outros utilizavam-se, principalmente, de discursos de cunho nacionalista para atacar a instituição jesuítica. O colégio jesuíta não era inspecionado pelo governo da Província, como designava a Lei, os compêndios não passavam sob o outorga do presidente de província, e o governo da Província não tinha a opção de contratar ou demitir professor. Os jesuítas não respondiam a Corte, mas sim ao Vaticano. Além de tudo, eram estrangeiros.

Com a saída do presidente de província Antero José Ferreira de Brito, os jesuítas perderam seu principal aliado. O vice-presidente dr. Severo Amorim de Vale (Partido Conservador) assumiu e, ele na Assembléia Legislativa, em 01.03.1849, afirmou:

Não é licito duvidar da utilidade, que se pode tirar de um estabelecimento tal nesta Capital, e tanto mais, quanto ele importa apenas a medíocre despesa de 600\$000 réis, decretada anualmente para aluguel de casa aos Padres; mas também não se deve omitir a conveniência, a necessidade mesmo, de que o colégio esteja muito imediatamente sujeito a inspeção do Governo da Província, que este reconheça seus estatutos, e que exerça na educação que se aí dá à mocidade Brasileira toda a fiscalização. [...] Senhores somos Brasileiros, e Brasileira deve ser a educação de nossos filhos: é sobre este assunto, mais que todos, que reclamo a vossa solicitude, e o vosso patriotismo¹³⁵.

A sétima legislatura (1848-1849)¹³⁶ da Assembléia Legislativa suspendeu a ajuda anual que deveria servir para pagar o aluguel da chácara, onde ficava o colégio. Em contrapartida, nesse mesmo ano, a Sociedade Propagadora de Fé auxiliou a Missão Jesuíta Paraguaiense com seis mil francos. Não é possível saber, no entanto, quanto dessa quantia foi para Desterro¹³⁷. O Partido Conservador tinha a maioria da Assembléia Legislativa Provincial, além de ter, o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, eleito como deputado a Assembléia Geral, havia o vice-presidente da província, chefe do partido conservador: Severo Amorim do Valle. O padre Paiva era um dos mais fortes opositores. Schardong, por sua vez, indica que há vários artigos publicados pelo padre contra o colégio nos jornais¹³⁸.

¹³⁵ SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. **A instrução pública secundária em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p. 29.

¹³⁶ Os deputados provinciais dessa legislatura foram: José Bonifácio Caldeira de Andrada, João de Sousa Melo e Alvim, José Maria da Luz, José Mendes da Costa Rodrigues, Francisco Honorato Cidade, Silvério Candido de Faria, Carlos Maria Duarte Silva, Antônio Carlos de Carvalho, Severo Amorim do Valle, Francisco de Paula Lacerda, Aires da Serra Carneiro, Francisco de Oliveira Camacho, Manoel Joaquim de Almeida Coelho, Manoel Pinto Portela, José Luciano de Oliveira, Eleutério José Velho Bezerra, José Pereira Sarmento, Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, Sérgio Lopes Falcão e Agostinho Leitão de Almeida. PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994)**. 2ª Ed, Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 107.

¹³⁷ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 51, 1982/83.

¹³⁸ Por falta de tempo, não serão analisados os jornais deste período.

O presidente da província, dr. Antônio Pereira Pinto, em 1849 suspendeu qualquer ingerência do padre Paiva na construção da Igreja Matriz de São José. Em consequência, ele abandonou seu vicariato em São José.¹³⁹ Por fim, abre o colégio de Bellas Letras (1849-1852) em concorrência aos jesuítas, mesmo ano que o colégio RR. PP. Jesuítas parou de receber a subvenção fornecida pelo governo da Província.

O jornal **Novo Iris** foi fundado em 1850, sendo que um de seus redatores era o padre Paiva. Diversos artigos foram publicados contra os jesuítas nesse periódico, e encontra-se, inclusive, até um folhetim “tardes de um pintor ou as intrigas de um Jesuíta”, de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861), publicado certamente com a intenção de atingir os jesuítas¹⁴⁰. Por outro lado, o jornal **Conciliador Catharinense**, pertencente à Sociedade Patriótica desde 1849, defendia a subvenção e o apoio ao colégio jesuíta. Como exemplo há um artigo, datado de 16 de fevereiro (1850), no qual se encontra a seguinte afirmação:

[..] que melhores meios tem a nossa Assembléa dispor, no presente, que não seja o favor e ajuda aos Reverendos Missionarios da Companhia de Jezus? Pense hum pouco a Assembléa, e cada hum de seus dignos membros, e reconhecerá, que não he possivel ter-se um collegio de bellas letras e humanidades mais barato. [...] Na nossa Província mediocres são as fortunas, raras as riquezas, e muito abunda a pobreza; a natureza distribuiu o talento indistintamente pelos ricos e pelos pobres; força he portanto, que se proporcione aos pobres o ensino gratuito¹⁴¹.

Segundo Cabral, no Colégio Bellas Letras, pertencente ao padre Paiva, havia as matérias: “francês, inglês, latim, geografia, história, matemáticas, retórica, poética, filosofia racional e moral, física, química, botânica, música vocal e instrumental, desenho e escrituração mercantil”¹⁴². No quadro de professores, havia “o cônsul Carlos João Watson, o conhecido médico Dr. Manoel Pinto Portela, o bacharel João Silveira da Souza, o professor Francisco de Paula Silveira e o engenheiro Don Mariano Moreno, um dos grandes e gloriosos nomes da república Argentina”¹⁴³.

Já Tschudi visualiza um quadro muito diferente do Colégio Bellas Letras e do padre Paiva, pois afirma que essa instituição teve “duração efêmera”¹⁴⁴, apesar de ter sido

¹³⁹ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p. 53.

¹⁴⁰ Ibid, p. 57.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² CABRAL, Oswaldo R. (Oswaldo Rodrigues). **Historia de Santa Catarina**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, p. 144.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau, Ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p.85.

“anunciado com muita pompa”¹⁴⁵, que as matérias seriam Latim, Francês e Filosofia. É provável que o Colégio Bellas Letras não tenha resistido à concorrência do colégio dos jesuítas. É interessante a afirmação de Tschudi sobre o padre Paiva, quando diz que ele era “um pároco talentoso, contudo, sem caracter e imoral”¹⁴⁶. Em 1851, o colégio jesuíta tinha trinta e cinco alunos, enquanto o colégio do padre Paiva, dezenove.¹⁴⁷ Já o colégio do RR. PP. Jesuítas, em 1852, contava com quarenta alunos internos e vinte e oito externos, havendo onze da Província, quatro do Rio de Janeiro, quatro do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, onze da República Oriental e dois da República Argentina¹⁴⁸.

O colégio jesuíta teve um salto qualitativo, no ano de 1852, pois os quatro escolásticos terminaram seus estudos e começaram a ensinar às classes menores¹⁴⁹. Além disso, nova ala do colégio acabara de ficar pronta, com capacidade para vinte internos¹⁵⁰. O colégio passou a ter, ainda, um apoio importante do presidente da província João José Coutinho (conservador, 1850-1859), que se esforçou para reaver o subsídio ao colégio. Ele tecia vários elogios à pedagogia empregada no colégio jesuíta, como se nota no trecho a seguir:

Não se dá castigos corporais quer aos externos, quer aos internos. Conseguem os RR. PP. inspirar nos meninos o amor ao estudo, e os princípios de moralidade, e de boa educação por meio da emulação nas aulas, exortações, práticas religiosas e privações de recreios. Tão bem me parece o regime do Colégio, que estes anos para ali mandei três dos meus filhos.¹⁵¹

No ano de 1853, o colégio ministrava as seguintes matérias: “Latinicidade, Rhetorica e Poesia, Philosophia, Physica, Mathematicas, Lingoas Franceza e Ingleza, Geografia, História, Arithmetica Commercial e Escripuração Mercantil”¹⁵². Nesse ano, a instituição jesuíta sofreu

¹⁴⁵ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau, Ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p.85.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). Jesuítas Espanhóis no Desterro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina** Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 57, 1982/83.

¹⁴⁸ **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por ocasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.º de março de 1853**. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853. P. 3 Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/940/000004.html>> acesso em 07 abr. 2008

¹⁴⁹ AZEVEDO, *op cit*, p 57.

¹⁵⁰ Ibid, p. 58.

¹⁵¹ Falla à ALP pelo Presidente da Província João José Coutinho. 01 mar.1853. SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. **A instrução pública secundaria em Desterro - o Atheneu Provincial (1874-1883)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p. 33.

¹⁵² **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o exm. snr. dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia, por ocasião da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.º**

um revés quando atendia 75 alunos¹⁵³, com a epidemia de malária que tirou a vida em Desterro de “66 Brasileiros, 11 estrangeiros e 10 escravos”¹⁵⁴. Sobre o fechamento do colégio jesuíta, Tschudi afirma que “ele [o estabelecimento] acabou em maio de 1853 como vítima da febre amarela, a qual, neste ano, afligiu a cidade e matou quatro dos padres missionários”¹⁵⁵. O colégio parou de funcionar oficialmente em 1854, mas os três padres e dois irmãos restantes foram removidos de Desterro em 1855. Segundo Tschudi, os jesuítas e suas aulas eram bem recebidas, e que “as vozes do Presidente da Província, bem como dos ex-alunos, concordavam no elogio a este estabelecimento de ensino”¹⁵⁶.

Sobrou apenas uma aula de Latim que já tinha sido ministrada interinamente, desde 1853, pelo padre Sebastião Antonio Martins¹⁵⁷. Ele iniciou seu trabalho com trinta e quatro alunos¹⁵⁸, em 1854 havia cinquenta e dois alunos¹⁵⁹, e em 1855 havia quarenta e três alunos¹⁶⁰. Nesse mesmo ano pediu dispensa, deixando o cargo em aberto, por não ter ninguém para substituí-lo. Tentou-se restabelecer um colégio jesuíta, mas, com a impossibilidade, em 1856, o Governo abriu aulas de francês e inglês, sendo o embrião do futuro Colégio Lycêo, havendo também aulas particulares de latim, lecionadas pelo padre Paiva.

Circulou uma petição, em 1855, que solicitava o restabelecimento do colégio jesuíta. Sobre isso, opinou o jornal conservador **O Mensageiro**, que tinha como editor o padre Paiva:

Opinamos que mais vantajoso nos era criar a Assembléa, que dispõe de suficientes fundos, um liceu, com bons ordenados, que convidem as capacidades ao magistério; pois então poderemos contar com um estabelecimento de cor nacional, e permanente, sujeito a direção e inspeção do Governo, e por isso mesmo oferecendo mais garantias, vantagens que faltaram sem dúvida no Colégio, que se quer fazer estabelecer¹⁶¹.

de março de 1853. Cidade do Desterro, Typ. do Conservador, 1853. P. 3 Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/940/000004.html>> acesso em 07 abr.2008>

¹⁵³ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p.43.

¹⁵⁴ Ibid, p.40

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ COELHO, Joaquim D’Almeida. **Memoria Historica da Provincia de Santa Catarina**. 2ª ed., Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1877, p. 102.

¹⁵⁸ **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina em 19 de abril de 1854**. n.p. Typ. Catharinense, n.dp.5 Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/941/000006.html>> acesso em 07 abr. 2008>

¹⁵⁹ **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina em 1.o de março de 1855**. P.4 Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/942/000005.html>> acesso em 07 abr. 2008.

¹⁶⁰ **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1856**. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1856, p.5 Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/943/000005.html>> acesso em 07 abr.2008.

¹⁶¹ Jornal **O Mensageiro**, Desterro, 17 nov.1855. Apud, SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. **A instrução pública secundaria em Desterro - o Atheneu Provincial (1874-1883)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciencias da Educação, p.36.

O colégio RR. PP. Jesuítas foi fundado com o incentivo de diversos deputados provinciais. Até o ano de 1847, não foi possível averiguar nenhum tipo de conflito em relação à presença dos jesuítas na Província, com os deputados provinciais. A partir desse ano, o grupo de *estabelecidos*, em sua maioria formado pelos grandes comerciantes de Desterro, representados pelo Partido Conservador, passaram, todavia, a fazer oposição aos jesuítas. Por outro lado, a presença dos jesuítas passou a ser defendida por *outsiders*, grupo formado em sua maioria por maçonicos, representados pela Sociedade Patriótica e pelo Partido Liberal. Para uma melhor compreensão das divergências políticas que ocasionaram a secção da elite sociopolítica, em prós e contras aos jesuítas, explana-se a relação entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, jesuítas espanhóis, Mercado Público e formação dos primeiros partidos políticos da Província de Santa Catarina. Objetiva-se, também, elucidar historicamente os fatores que levaram o colégio RR. PP. Jesuítas a perder o subsídio fornecido pelo governo da Província e a ser combatido e defendido por parte da elite socioeconômica e política da Ilha de Santa Catarina. Com isso, pretende-se caracterizar as pessoas e os grupos envolvidos nas contendas políticas que ocasionaram a substituição do Colégio Lycêo, pelo Santíssimo Salvador.

1.4. A POPULAÇÃO AFRICANA E DESCENDENTE NA ILHA DE SANTA CATARINA E CONTINENTE PRÓXIMO.

Os jesuítas espanhóis foram contratados para servirem de capelão na Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Eles possuíam concepções de mundo que, certamente, contrastavam com as dos irmãos que, em sua maioria, eram africanos ou descendentes, escravos e forros, ou senhores(as) escravistas. Para compreender essa permanência de uma ordem religiosa ultramontana em uma irmandade baseada no catolicismo tradicional, analisa-se inicialmente, a população africana e descendente.

Os dados apresentados por Claudia Mortari Malavota, em sua tese, possibilitam uma leitura demográfica da população da Ilha de Santa Catarina e continente próximo. Ela apresenta vários mapas demográficos, que são baseados em registros oficiais¹⁶². Mapas de

¹⁶² Mortari afirma que em sua pesquisa, foram consultados “29 documentos oficiais da Câmara Municipal do Desterro, da Capitania e da Província (mapas de população, de movimentação do porto, correspondências da Câmara Municipal e do Governo da Capitania e Província, Relatórios de Presidentes de Província), bem como, 1 carta de alforria, 5.245 registros de batismo” de escravos. MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila**

grande valia por apresentarem indícios de como a população era identificada, principalmente pelos brancos, e por fornecerem dados que demonstram que havia uma diferenciação entre ser branco, preto, pardo, ou crioulo. A análise desses mapas é interessante para se pensar os conflitos encontrados na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, pois, na documentação, encontram-se agrupamentos de pessoas identificadas como pretas, pardas e crioulas. Esses grupos disputavam, num determinado contexto de alteração da composição étnica do grupo de africanos e afrodescendentes em Desterro, o domínio da Irmandade.

Pressupõe-se um grande diferencial de poder entre os grupos etnicamente identificados nessa pesquisa. Os descendentes de europeus possuíam maior acesso a armas e meios de produção, detinham o comando de um maior número de instituições, reduziam, ou mesmo impossibilitavam que outros grupos tivessem acesso a fontes de poder econômico, político e religioso. Comandavam o Estado, mantinham uma religião autoritária, além de serem legalmente donos da maioria da população escrava. Os africanos e descendentes dificilmente assumiam cargos na administração pública, tinham suas crenças pagãs combatidas, seu ir e vir vigiado e, no caso dos escravos, suas vidas administradas pelos senhores (as) escravistas.

As expressões branco, preto, pardo e crioulo são decorrentes da época estudada e, como tal, apresentam identificações sociais singulares, com características jurídicas, de procedência, instrução, estrutura familiar, religião, cor, *status*, bem diversas. No século XVIII, até meados do século XIX, os escravos e forros pretos¹⁶³, leia-se africanos, dominavam a Irmandade, grupo que é caracterizado na pesquisa como *estabelecido*. Ao longo do século XIX, tiveram, contudo, que dividir o comando com um grupo *outsider*, formado principalmente por pardos, sinal de que a figuração da população de procedência africana estava mudando.

A existência dos termos brancos, pretos, pardos e crioulos nos documentos oficiais, é uma evidência de que havia uma classificação social, percebida certamente pelos brancos redatores dos documentos oficiais e, provavelmente, também pelos africanos e afrodescendentes. Essa classificação tem uma fronteira tão tênue e tão ambígua que um mesmo indivíduo pode ser distinguido de maneiras diversas em documentos diferentes. Além disso, as pessoas poderiam se perceber de uma maneira totalmente diversa da atribuída por esses redatores.

portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 37.

¹⁶³ Eram encontrados africanos das “nações” “angolas”, “benguelas” e “congós”, e um pequeno grupo de “minas” na Ilha. MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. **Novas rotas do império:** eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 631.

Havia uma distinção entre as pessoas por sua procedência, condição jurídica, *status* e cor, mantida por um sistema social de estigmatização que definia quem somos nós e quem são eles. Segundo Mamigonian,

A hierarquização de uma pessoa segundo a sua ‘qualidade’ levava em conta uma combinação subjetiva de cor, condição social e status, e dava margem a que ela fosse seletivamente reclassificada, ‘embranquecendo’, se ganhasse *status*, ou ‘escurecendo’, se perdesse¹⁶⁴.

A partir da leitura e da interpretação das fontes, é plausível supor que, no período da pesquisa, ser considerado ou ser percebido como preto, significava ser africano, podendo ser de condição forra ou escrava. Por sua vez, o termo crioulo indica os sujeitos de condição escrava, nascidos no Brasil. A designação pardo é atribuída, na maioria das vezes, àqueles sujeitos de condição forra nascidos no Brasil, mas que possuem a descendência africana e a marca da escravidão passada. Dito de outra forma: os termos preto, crioulo e pardo significam tanto cor, quanto, origem e condição social. Preto: cor, origem africana, condição de escravo ou forro; crioulo: cor, origem afrodescendente, condição escrava; pardo: cor, origem afrodescendente, condição forra, preferencialmente.

No Mapa de 1750¹⁶⁵, podemos averiguar a figuração populacional da Ilha e continente próximo¹⁶⁶ quanto aos possíveis grupos etnicamente representados. Assim, temos o número de 7.670 desabrigados da quaresma¹⁶⁷, 4.505 casais e filhos das Ilhas (açorianos), 4.543 casais e filhos da terra (indígenas, mestiços e vicentistas), 65 militares com patente (provavelmente portugueses), e 1.442 soldados (possivelmente brancos pobres), além de 9 vigários. Aparentemente, não há africanos e descendentes nesses números, entretanto é plausível que eles estejam implicitamente alocados nos números relativos aos desabrigados da quaresma.

¹⁶⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. **Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 626-7

¹⁶⁵ MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades**. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, ANEXO I.

¹⁶⁶ Nesse período, as freguesias da Ilha eram N. Sa. do Desterro Capital, N. Sa. da Conceição da Lagoa, N. Sa. das Necessidades. Tratando-se de continente próximo, São José da Terra Firme e São Miguel da Terra Firme.

¹⁶⁷ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, seguindo as recomendações do Concílio de Trento, promoviam a desobriga. Era a realização do sacramento da confissão e da eucaristia, na época da Páscoa. Era a correção pública dos pecados, com o intuito de reformar os costumes da população, adequando-os aos preceitos católicos ultramontanos. Ibid, p.43.

Outro Mapa, relativo a 1805, mostra informações interessantes¹⁶⁸. Havia 5.989 brancos, 286 pardos (174 forros; 60,83 %), 2.972 pretos (57 forros; 1,91%) na região da Ilha, e continente. Já, em 1814, havia 18.250 brancos, 815 pardos (367 forros; 45,03%), 6.603 pretos (232 forros; 3,51%), 178 estrangeiros.¹⁶⁹ A questão não está em comparar os anos, mas sim nos percentuais de pretos e pardos, escravos e livres. A proporção do número de homens e mulheres categorizados como pardos e de condição forra (60,83%) é muito maior que aqueles categorizados como pretos e de condição forra (1,91%). O mesmo pode ser percebido em relação ao mapa de 1814, sendo a proporção de 45,03% em relação a 3,51%, respectivamente. Esses dados possibilitam supor que o termo pardo era preferencialmente utilizado para categorizar os sujeitos de condição forra.

O que se quer afirmar com esta análise dos Mapas é que a atribuição dos termos preto, crioulo e pardo, serve, principalmente para marcar o lugar social do sujeito. No caso do último, serve para diferenciá-lo ou, na melhor das hipóteses, afastá-lo da marca da escravidão presente. O sujeito denominado de pardo é forro e está situado, portanto, num degrau um pouco mais alto da hierarquia social do período.

Entre os anos da promulgação do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808) e a proibição do tráfico de escravos (1831), houve um aumento considerável na importação de africanos¹⁷⁰. A partir da segunda metade do século XIX, principalmente, houve um aumento concomitante do número de crioulos e pardos. O aumento, na Província de Santa Catarina, foi propiciado pelo incremento do contingente do exército¹⁷¹, como consequência das revoluções liberais¹⁷² e, também, pela proibição do tráfico atlântico de africanos. Essa

¹⁶⁸ MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, Anexo III.

¹⁶⁹ Ibid, Anexo 8.

¹⁷⁰ Cf. MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. **Novas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 622. Cf. MORTARI, *op cit*, p. 71.

¹⁷¹ A leitura dos jornais dos anos de 1857-1864, principalmente do jornal **Mercantil**, nas colunas que falam dos óbitos ocorridos, dá a percepção de que a grande maioria dos militares mortos, seja pelos motivos mais diversos, era de crioulos advindos de outras Províncias.

¹⁷² O período do governo regencial (1831-1840) e o início do governo de Dom Pedro II foram marcados por inúmeros conflitos nas repúblicas vizinhas e por diversos tumultos ocasionados pelas revoluções liberais: Farroupilha (1835-1845), República Juliana (1839), Bahia (Sabinada, 1837/38), São Paulo (1842), Minas Gerais (Revolução Mineira de 1842). Alguns conflitos que levaram a Corte a investir em um exército formado por descendentes de africanos, sendo que os próprios africanos viam sua inclusão no exército como uma possibilidade de angariar a própria liberdade. Era mantido um considerável contingente do exército na Ilha de Santa Catarina, por que a Ilha era um local estratégico em relação à navegação entre o Rio de Janeiro e Pernambuco; com o Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, e por ser um importante local para o reabastecimento de água e suprimentos, além de ser um ótimo porto natural. A Ilha foi também um respeitável

proibição, com efeito, estimulou a cobiça dos senhores(as) escravistas, que incentivaram seus escravos a terem filhos, com isso, aumentando o patrimônio.

Para tentar manter a população sobre controle, havia mecanismos de policiamento e de controle de condutas. Pode-se destacar a força policial como uma instituição de controle, mas também é admissível considerar as irmandades dos africanos e descendentes. Apesar de essas irmandades serem instituições capazes de propiciar a solidariedade entre seus membros, eram também espaços de controle de conduta.

O sistema de policiamento teve início com a criação de um corpo de guardas voluntários em Desterro (1831). Esses voluntários foram substituídos por uma força policial estatal em 1835. Essa segunda força policial era composta de “um primeiro e segundo comandante, um cabo, oito soldados da cavalaria, montados a sua custa, e de quatro cabos, trinta e seis soldados e um corneta de infantaria”¹⁷³. As funções dessa força policial eram:

1° prender os criminosos em flagrantes 2° dispensar os ajuntamentos de escravos e de quaisquer pessoas que com eles estejam de mistura, empregando a força se necessário, 3° acudir aos incêndios 4° conduzir os embriagados a lugar onde estejam seguros até que passe a embriaguez e mesmo prendê-los se estiverem em estado de reacear-se deles algum desatino 5° apalpar de noite e mesmo de dia as pessoas desconhecidas ou suspeitas prendendo as que encontrar com armas proibidas, ou instrumentos próprios para roubos ou alguma malfeitoria 6° dar parte das infrações que observarem das posturas, sobre fatos transitórios. Todas as prisões serão feitas à ordem do Juiz de Paz do Distrito a cuja presença se conduzirá o preso se estiver em estado disto e se as horas o permitirem (grifos meus)¹⁷⁴.

Apesar de a polícia ser legalmente encarregada de coibir as práticas de “ajuntamentos”, é improvável que essa designação tenha sido cumprida satisfatoriamente, visto o número de denúncias encontradas nos jornais. A legislação condenava essa prática quando dizia que escravos, ou mesmo libertos, não poderiam sair em grupos à noite, como pena de ser açoitado ou levado a exercer trabalhos forçados¹⁷⁵. Os escravos e forros eram considerados promíscuos e sujos, na leitura do Decreto emitido pela Assembléia Legislativa, é

mercado de abastecimento de farinha de mandioca, exportando também feijão, mel, milho, fava, amendoim, goma, trigo, milho, cevada, centeio, açúcar e café. MORTARI, *Op Cit*, p.57, MAMIGONIAN, *Op Cit*, , p. 621

¹⁷³ Centro de Memória da ALESC. **Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840**. Lei nº, 12 de 5 de maio de 1835, apud. GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)**. Florianópolis: Dissertação (UFSC), 2006, p. 129.

¹⁷⁴ Centro de Memória da ALESC. **Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840**. Lei nº 31, de 2 de maio de 1836, p. 46, apud, GARCIA, *Op Cit*, p. 130.

¹⁷⁵ A Lei e o policiamento não deveriam ser suficientes para conter a prática de ajuntamento, visto o tamanho da população de africanos e descendentes (próximo de um terço da população catarinense) e o pequeno aparato policial.

possível evidenciar o preconceito de época quanto aos africanos e descendentes, como se pode perceber no trecho a seguir:

Fica proibido depois de anoitecer, todo o ajuntamento nas praças, ruas e estradas de quatro ou mais escravos ou libertos africanos, sós ou **promiscuamente**. Os que assim forem encontrados serão presos e punidos; os escravos corporalmente no dia seguinte à arbtrio do juiz, não excedendo o castigo ao número marcado na última parte do artigo 60 do código penal, sendo logo entregues a seus senhores; e os libertos com prisão correlacional por quinze dias, empregados no reparo das ruas, ou no serviço das fortalezas (grifo meu) ¹⁷⁶.

A força policial era imbuída de dispersar os escravos, retirando-os dos agrupamentos, em uma tentativa de extinguir qualquer organização grupal. Em certos momentos, os cativos cumpriam, todavia, funções que possibilitavam “ajuntamentos” e que não podiam ser condenadas. Eles buscavam a água nas cariocas, jogavam os dejetos acumulados nos tigres no mar ao anoitecer, faziam compras para seus donos nas quitandas, freqüentavam missas, além de que muitos eram escravos de ganho, ou de aluguel, trabalhando como sapateiros, vendedores, pedreiros, carregadores, caixeiros, quitandeiros, jornaleiros, amas-de-leite, cozinheiros e padeiros. Apesar das tentativas de cerceamento, havia certa autonomia, que camuflava a condição de escravo ou liberto.

Um dos poucos locais que era legítimo o “ajuntamento” de africanos e afrodescendentes era na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Segundo Wernet, essas irmandades serviam “para isolar os choques e atenuar os conflitos e eventuais violências, oriundas da sociedade escravocrata”¹⁷⁷. A Irmandade era, pois, um ambiente em que os africanos e descendentes poderiam propiciar momentos de reunião e diálogo, sem estar sobre os olhares dos senhores escravistas e padres. As irmandades designavam, contudo, certo controle de condutas sobre os irmãos, para que fossem bons católicos, por outro lado, essa poderia ser uma preocupação, também, dos próprios irmãos, para que fossem vistos de maneira positiva pela sociedade.

As irmandades surgiram, efetivamente, como associações religiosas, formadas por indivíduos com interesses comuns¹⁷⁸, baseadas em relações de solidariedade, cumprindo muitas vezes funções sociais assistencialistas. Além disso, no Brasil, cumpriam um papel

¹⁷⁶ Centro de Memória da ALESC. **Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848**. Decreto nº 10, folha nº 13, apud GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro**. (1831-1864). Florianópolis: Dissertação (UFSC), 2006, p. 104.

¹⁷⁷ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo** (1851-1861). São Paulo, Editora Ática, 1987, p.24.

¹⁷⁸ Ibid.

administrativo e sacro, assumindo uma área de junção entre as esferas do Estado e da Igreja. Nessas associações, eram feitas certificações dos rituais de passagem civis e religiosos. Todas as irmandades ministravam os sacramentos, rezavam missas e terços, enterravam seus mortos. As certidões de batismo, de casamento e da extrema-unção¹⁷⁹ tinham um cunho sacro, e um secular, pois confirmavam rituais de passagem tanto da vida religiosa católica, quanto da vida civil.

As irmandades, em geral, eram símbolos de distinção sociopolítica e religiosa. Em igrejas próprias ou agregadas a outras irmandades, essas instituições religiosas leigas cumpriam um papel referente ao Estado e à Igreja, mas, sobretudo, nas relações sociais existentes. Pertencer a uma irmandade era sinal de distinção social. Eram, igualmente, espaços de discussão política e religiosa, mas também um lugar para fazer amizades, comércio, propor alianças, espalhar boatos, estigmatizar o outro.

Havia outros fatores que levavam um africano ou descendente, forro ou escravo, a pagar, ou ter a jóia paga pelo senhor(a) escravista, para se associar a uma irmandade como a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Segundo o bispo ultramontano D. Antonio Joaquim de Melo (1791-1861)¹⁸⁰, o meio utilizado para conservar os africanos e descendentes, na igreja, era permitir que eles se filiassem às irmandades, com a filiação, o bispo afirma que eles teriam “um ser social, moral e religioso”¹⁸¹, ou seja, os africanos e descendentes filiados às irmandades tinham um lugar social demarcado, como de alguém que tem a obrigação institucionalizada de seguir os preceitos católicos. Assim, assume-se como um ser social aceito pela sociedade, legítimo, possibilitando, desse modo, uma ascensão na sociedade excludente do século XIX.

Muitos senhores(as) escravistas pagavam jóia para ter seus escravos na Irmandade. É provável que houvesse certa negociação entre os senhores(as) escravistas e escravos, com concessões e exigência de ambas as partes¹⁸². Ter escravos em uma Irmandade poderia ser rendoso ao escravista, provavelmente, sua mercadoria seria valorizada, visto os preceitos

¹⁷⁹ O padre, juntamente com uma autoridade policial, confirmava oficialmente a morte das pessoas.

¹⁸⁰ Foi bispo de São Paulo nos anos de 1852-1861. Com concepções ultramontanas buscou moralizar o clero, com o uso de visitas pastorais e com maior controle sobre os seminários.

¹⁸¹ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo** (1851-1861). São Paulo, Editora Ática, 1987, p.24.

¹⁸² Como exemplo, citamos Dona Maria Joaquina do Livramento, que pagou jóia na Irmandade em 1870, filiando também três escravos: João Isabel, Rosa do Livramento e Maria do Livramento. SIMÃO, Maristela dos Santos. **Lá vem o dia a dia, lá vem a virge Maria agora e na hora de nossa morte: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)**. 2006. 98 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 27. Há também o “Major Domingos José da Costa Sobrinho, membro da Irmandade desde 1866, que teve registrado o pagamento de jóia de entrada para nove de seus cativos: Manoel, Feliciano Jose de Jesus, Constança Maria da Conceição Costa, Sebastião, Violante, Eva, Rafael, João e Geraldo.” Ibid, p. 51.

católicos, possivelmente, tornarem os escravos mais dóceis em relação ao seu estado de submissão, assim aumentando o preço de mercado. Pelo lado do escravo, seria uma maneira de atenuar sua situação de cativo, pelo abrandamento de seu estigma social e pela maior capacidade de usufruir de mecanismos de salvaguarda, baseados em relações de solidariedade. O pagamento da jóia possibilitava que senhores(as) escravistas, escravos e forros dividissem o mesmo ambiente de devoção, que era dirigido pelos africanos e descendentes e por homens brancos também, principalmente nos cargos de tesoureiro e de procurador.

O Compromisso de 1842 fornece alguns indícios dos mecanismos de salvaguarda que os africanos e descendentes poderiam esperar de sua associação à Irmandade do Rosário e São Benedito. Nesse regimento, consta que a Irmandade deve sepultar e sufragar os irmãos falecidos, cuidar da educação dos órfãos¹⁸³ e promover a liberdade dos irmãos cativos (com o uso do recolhimento de esmolas)¹⁸⁴. Em uma sociedade excludente como a do século XIX, os poucos benefícios que os africanos e descendentes conquistavam por sua filiação à Irmandade, poderia abrandar o peso de ser cativo ou forro.

Na Igreja da Irmandade, os irmãos recebiam batismo, comunhão, confissão, extrema-unção, caixão e uma cova em terreno da Irmandade, além de participarem de celebrações, missas, reuniões e festas. Rituais como o batismo eram de suma importância nas relações de compadrios, tão valorizadas no século XIX. No batismo, era necessário haver um padrinho e uma madrinha. Poderia ser uma estratégia familiar apadrinhar os filhos com pessoas, consideradas pais espirituais, que ajudariam também na vida terrena, através da possibilidade de eles influenciarem de maneira positiva na vida de seus afilhados. Possivelmente, o espaço da irmandade possibilitava que relações de compadrios mais fortes e duradoras fossem realizadas.

Uma questão delicada é a do concubinato. Para os senhores (as) escravistas, não era um bom negócio que seus escravos fossem legalmente casados, pois o casamento dificultava o usufruto pelo senhor de seu direito de propriedade. Dentro das condutas católicas bem-vistas pelos irmãos do rosário e são benedito, provavelmente esteja a do casamento. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1720) estabeleciam que o casamento era um direito humano e divino, e que os senhores(as) não poderiam impedir o matrimônio dos escravos, não poderiam tratá-lo pior, ou mesmo vendê-lo para lugares remotos, que o outro

¹⁸³ MORTARI, Cláudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860), Dissertação: PUCRS, 2000, p. 95.

¹⁸⁴ *Ibid*, p. 96.

não pudesse ir junto¹⁸⁵. Alguns poucos escravos casavam, talvez o fizessem por afeto, mas quiçá, também, como estratégia para que os senhores (as) escravistas respeitassem seus grupos familiares¹⁸⁶, por receio da Lei canônica. É provável que os jesuítas incentivassem os senhores(as) escravistas a casar seus escravos, aos invés de os deixar cometendo concubinato.

O primeiro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito é datado de 1750. Mas há indícios que aproximadamente em 1726, os irmãos já se reuniam¹⁸⁷. Apesar disto, a primeira capela começou a ser construída somente em 1787¹⁸⁸. Em 1807, é firmado um novo Compromisso, que define as especificações dos cargos presentes na Mesa da Irmandade. As atribuições do cargo de juiz¹⁸⁹ são estipuladas segundo a prerrogativa que “como a dita Irmandade é mais derivada de **Homens Pretos** [grifo meu], e desde sua fundação o Juiz dela foi Homem daquela qualidade, justo é que assim fique praticando para o futuro, fazendo-se eleição no Irmão que se conhecer de mais consideração e capacidade”¹⁹⁰. Assim, em um momento que o número de pretos, era maior que o de crioulos e pardos, a Irmandade correspondia aos desejos dos africanos: escravos e libertos, de deter o cargo de comando.

Os pretos, *estabelecidos* na Irmandade do Rosário e São Benedito, tiveram sua hegemonia contestada, com maior ênfase, por um agrupamento *outsiders* formado por pardos e crioulos, após a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Parto de Irmãos Crioulos em 1833. A irmandade do parto, nesse ano, aloca a imagem de sua padroeira em uma das paredes laterais da Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Ficou estabelecido um acordo no qual é definido que a possível transferência da imagem para outra igreja era de responsabilidade do tesoureiro da Irmandade do Rosário e São Benedito, que

¹⁸⁵ MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 99.

¹⁸⁶ Ibid, p. 102.

¹⁸⁷ SIMÃO, Maristela. **História da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/ Florianópolis**. <www.udesc.br/multiculturalismo/irmandades/historiadairmandade.htm> acesso em 09 out.2007.

¹⁸⁸ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). **Jesuítas Espanhóis no Desterro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, p. 10, 1982/83.

¹⁸⁹ O cargo de juiz do rosário era o de presidente da mesa, tendo como função assistir e presidir todas as mesas. Além de ter como uma das principais metas manter a irmandade sem dívidas. Para assumir o cargo, a pessoa mais votada deveria pagar dezesseis mil reis (16\$000), de jóia de cargo. SIMÃO, Maristela dos Santos. **Lá vem o dia a dia, lá vem a virge Maria agora e na hora de nossa morte**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). 2006. 98 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 38.

¹⁹⁰ AINSR. Pasta Documentos. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1807. Artigo 3, Apud MORTARI, op cit, p.179.

também ficou responsável pelos bens da irmandade do parto e pelas esmolas recolhidas pelos seus irmãos¹⁹¹.

Alguns irmãos crioulos, em 1837, obtêm com o governo provincial a autorização para transferir a imagem da sua padroeira, para a igreja Matriz¹⁹². Os crioulos conseguem também a permissão do governo para construir sua capela na rua do Príncipe, no bairro Figueira¹⁹³, em contrapartida, o arcepreste nega o pedido de transferência para a Igreja Matriz. Com a negação, o juiz do rosário e são benedito, entra em contato com o vigário capitular¹⁹⁴ do Rio de Janeiro, que delibera a favor do retorno da padroeira para a Igreja do Rosário¹⁹⁵. Um conflito recorrente entre esferas de poder ocorre, por um lado, as autoridades civis deliberam em favor dos irmãos crioulos, enquanto as autoridades eclesiásticas em favor da mesa diretora da Irmandade do Rosário e São Benedito. As irmandades leigas respondiam aos poderes civis e eclesiásticos. As autoridades civis entendiam que a hierarquia eclesiástica tinha delegação somente sobre as coisas sacras. Já as autoridades eclesiásticas, muitas vezes, percebiam-se como plenos responsáveis sobre essas associações religiosas católicas.

Os irmãos do Parto conseguem, em 1838, autorização com o juiz de paz de Desterro, para esmolar em prol da construção de sua capela¹⁹⁶. Recolhiam esmolas, que estavam utilizando na construção da capela, em vez de entregar ao tesoureiro do rosário e são benedito, como firmado inicialmente. A mesa diretora da Irmandade do Rosário e São Benedito tentou cassar as autorizações com os eclesiásticos responsáveis. Desejava, também, que a padroeira saísse da capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito somente quando a capela de Nossa Senhora do Parto estivesse pronta. Ao que parece, alguns irmãos crioulos queriam seu espaço próprio. A liderança contra essa secessão foi feita pelo pardo Luiz de Miranda Ribeiro, juiz da Irmandade do Rosário e São Benedito¹⁹⁷.

O pardo Luis de Miranda Ribeiro ocupou por vários anos (1838-1841) o cargo de juiz, apesar de o compromisso de 1807 estipular que o juiz deveria ser “homem preto”. Em um primeiro momento, ele deliberou contra os crioulos, diretamente ao vigário capitular do Rio

¹⁹¹ MORTARI, Cláudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860). Dissertação: PUCRS, 2000, p. 104-5.

¹⁹² MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)**. In: Fragoso, João Luis Ribeiro *et al.* *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 610.

¹⁹³ MORTARI, *Op Cit*, p.106.

¹⁹⁴ Vigário Capitular era a designação do padre que tinha o direito de voto nas assembleias eclesiásticas feitas no Brasil, para decidir sobre questões internas da hierarquia católica.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ MAMIGONIAN, *Op Cit*, p. 610.

¹⁹⁷ *Ibid.*

de Janeiro, contra a construção da capela e contra o não repasse das esmolas recolhimento pelos irmãos crioulos. Entretanto, em 1840, inverte seu discurso, entrando em contato com o juiz de paz, e juiz de capelas e resíduos, pedindo autorização para que os irmãos do Parto retirassem esmolas em prol do culto a sua padroeira¹⁹⁸. Permite, em 1841, que a imagem da padroeira dos crioulos vá para a Igreja Matriz, com aquiescência do arcepreste¹⁹⁹.

Ao que parece, essa inversão de atitude desagradou a um grupo de pretos (*estabelecidos*) que, sob o nome de Luis José Pereira de Souza Meireles, entrou com um requerimento ao arcepreste, acusando o juiz do rosário e são benedito de ir a favor dos crioulos (*outsiders*), em vez dos interesses da Irmandade do Rosário e São Benedito. No requerimento, fica explícita a fronteira de cor e procedência, quando os pretos afirmam que “desde já nunca mais de conferirem Empregos aos **mulatos** [grifo meu] que se acharem na Irmandade embora sejam Irmãos, por ser isso conforme a boa inteligência sobre estas Irmandades, e práticas geralmente seguida”²⁰⁰. Miranda Ribeiro protagoniza, em 1841, outra crise: seu grupo se recusou a empossar os novos integrantes da mesa eleita em dezembro de 1840. Aparentemente, Benedito José Francisco Pereira (preto, forro) foi eleito como juiz, mas impedido de assumir, pela tentativa de Miranda Ribeiro de se manter na direção da irmandade. Com isso, um grupo formado por Benedito Pereira, mais os pretos Antonio Gomes da Luz (mina), Luiz José Pereira Meireles (mina), Francisco de Quadros (forro) assumiram a posição de resistência aos crioulos e ao pardo Miranda Ribeiro.

O arcepreste tomou, declaradamente, partido de Miranda Ribeiro quando, sob seu pedido, deu respaldo à sua atitude e proibiu a Mesa de “[...] se reunir e deliberar sobre qualquer questão referente à Irmandade”²⁰¹. Já o juiz municipal Severo Amorim do Valle tomou a frente em defesa dos pretos, mas principalmente do mando do Estado sobre a Igreja. O juiz afirma:

[...] parecem que á nenhuma outras autoridades, lhes é permitido, pela legislação vigente, intrometer-se em negócios alheios, de suas atribuições, como seja olvidar-se a reunião de Irmãos de Mesa para suas eleições, e mais deliberar que pretendam fazer na conformidade de seu Compromisso, e para cujos atos faz-se desnecessário a autorização Eclesiástica²⁰².

¹⁹⁸ MORTARI, Claudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860). Dissertação: PUCRS, 2000, p. 111.

¹⁹⁹ Ibid, p. 115.

²⁰⁰ AINSR. Pasta da Irmandade de Nossa Senhora do Parto. **Requerimento ao Reverendo Senhor Arcipreste Vigário da Vara, 29 de janeiro de 1841**. Apud MORTARI, op cit, p.113.

²⁰¹ Ibid, p.129.

²⁰² MORTARI, *Op Cit*, p.130.

Com o respaldo do poder civil, uma nova eleição foi feita, e o preto Antonio José Gomes foi eleito, mas o grupo de Miranda Ribeiro, aparentemente, tentou mais uma medida para se manter no poder, enviando um novo Compromisso para substituir o de 1807²⁰³. Na reformulação, o nome da irmandade mudou para Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, foram abolidas as festas de rei e rainha, além de que foram alteradas as qualificações para o cargo de juiz, exigindo-se, agora, “zelo, possibilidade, caráter e alguma representação civil”²⁰⁴.

O Antônio Gomes da Luz e o Luís Meireles deliberaram uma ação judiciária contra o juiz de Nossa Senhora Luiz de Miranda Ribeiro por causa do novo Compromisso²⁰⁵. Em contrapartida, o juiz Miranda Ribeiro incumbiu ao irmão escrivão Luís Nunes Pires (branco) que “[...] nomeasse advogado para defender a injusta causa que os dados Irmãos Luz e Meireles propõem ao Juiz da Irmandade”.²⁰⁶ Alguns meses depois, o cônego e futuro arcepreste (1845-1851) Manoel Alves de Toledo ²⁰⁷ propôs a exclusão dos pretos da nação mina: o escravo Floriano da Silva²⁰⁸ e Antônio Gomes da Luz, “por terem semeado a discórdia” ²⁰⁹. A mesa aprovou prontamente, entretantes, na prática, eles se mantiveram na Irmandade, assumindo em outras eleições lugar na mesa.

No Compromisso de 1842, os escravos, especificamente os africanos, foram excluídos legalmente do cargo de juiz por não terem “alguma representação civil”²¹⁰, demonstrando uma disputa pela mesa diretora. Os irmãos pretos estavam prestes a perder um direito, mas

²⁰³ MORTARI, Claudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860). Dissertação: PUCRS, 2000, p.132.

²⁰⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)**. In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 611.

²⁰⁵ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 28 de Fevereiro de 1841, p. 79 (verso).

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ O vigário da Matriz, Manoel Alves de Toledo, em todas as representações feitas, foi a favor do grupo de Miranda Ribeiro. Ele aparece nos documentos relativos às reuniões até 1842, quando o grupo de “pretos” reassumiu a irmandade. A partir daí, ele não se apresentou mais, mesmo quando convocado. Ele assumiu o cargo de arcepreste em 1845. Em uma questão levantada pela Irmandade do Espírito Santo, nesse ano, no qual seus membros afirmavam que o seu compromisso era mais antigo do que o da Irmandade do Rosário e São Benedito, ele convocou a reunião, mas não compareceu. Demonstrou, assim, que ele não era bem-vindo na Irmandade, comandada pelos pretos.

²⁰⁸ Floriano da Silva era escravo pertencente a Anecleto José Pereira da Silva. AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 15 de Abril de 1841, p. 81.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Ao que parece a exclusão foi apenas legal, pois vários escravos assumiram o cargo de juiz do rosário, entre eles encontra-se João Pequeno Lobo AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa como abaixo se declara**. 24 de julho de 1859, p.181-2 e Camilo Rosa – 1872 – apud SIMÃO, maristela dos santos. **Lá vem o dia a dia, lá vem a virge Maria agora e na hora de nossa morte**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). 2006. 98 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, p.40.

não sem antes Benedito José Francisco Pereira mandar um documento, em defesa própria, à autoridade eclesiástica:

[..] conforme o Compromisso da dada Irmandade, e costume imemorial á seguramente oitenta anos, tudo isso se resulta a frívolos pretextos agitados por um **punhado de mulatos e crioulos, que apoiados por algumas pessoas** se tem descaradamente quer uns, quer outros, e que mesmo os **apoiadores**, conspirado contra a **dada Irmandade de Pretos da Costa**, sempre, e sempre os primeiros nela constituídos, tanto em Portugal quanto neste nosso Império [grifos meus]²¹¹.

Provavelmente, o golpe foi dado por Miranda Ribeiro para evitar uma possível secção na Irmandade, com o apoio de um “punhado de mulatos e crioulos”, mas também de alguns pretos como Guilherme Francisco de Campos, e alguns “apoiadores brancos” (eram irmãos também), como o escrivão Luiz Nunes Pires (fiscal da Alfândega), tesoureiro Pedro Antonio Paixão (Procurador da Câmara Municipal)²¹² ou José Manoel de Alvarenga²¹³. Os crioulos e pardos (*outsiders*) não tinham suas demandas por representações atendidas pelo Compromisso de 1807. Os irmãos eleitos pretos (*estabelecidos*) utilizaram de meios legais para contestar o novo Compromisso, referindo que os crioulos e pardos estavam tentando usurpar o “direito há tantos anos adquiridos”²¹⁴. Em um ofício, destinado ao Presidente da Província e à Assembléia Legislativa, os pretos afirmam:

[..] meia dúzia de homens que dirigidos pelo ódio, e pela intriga, os pretendem fazer despojar de um direito a tantos anos adquiridos, Como seja o de preferirem na qualidade de **pretos** ao Emprego de Juiz, e nem esses pretendentes cujos nomes os suplicantes ignoram ao certo e podem tentar sem manifesta usurpação dos diretos da Irmandade, aliás criada no tempo em que sendo este País habitado por **colonos brancos** vindos das Ilhas dos Açores, apenas passados anos haviam alguns **escravos africanos, sendo certíssimo que muitos tempos depois é que principiaram á haver ou aparecer pardos**, e alguns escravos que se iam libertando [grifos meu]²¹⁵.

²¹¹ AINSR. Pasta Documentos. **Requerimento ao Senhor Juiz de Capelas e Resíduos**, 05 de outubro de 1841, apud MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 181.

²¹² MORTARI, Claudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860), Dissertação. PUCRS, 2000, p. 127.

²¹³ Em uma Ata de reunião (AINSRS. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Março de 1845. Pág.(105v./106)), encontra-se um termo de mesa aprovando a abertura do cofres dos cativos para pagar José Manoel de Alvarenga, em uma quantia total de 276.230 réis. Parte da dívida foi feita em um empréstimo de 156.000 réis a Irmandade do Rosário e São Benedito, provavelmente em 1841. Ele utilizou o dinheiro na feitura e aprovação do Compromisso conhecido como de 1842, feito diretamente no Rio de Janeiro. O resto do dinheiro devido foi decorrente da compra de 24 tochas de cera, em 1844.

²¹⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina**: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragozo, João Luis Ribeiro et al. *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p.612.

²¹⁵ AINSR. Pasta Documentos. **Requerimento aos Senhores Presidente e Deputados da Assembléia**, 10 de março de 1842, apud MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando

A mudança no Compromisso, possivelmente, foi uma adequação da Irmandade do Rosário e São Benedito, presente em Desterro, a um movimento que paulatinamente ocorria em todo o País. A partir da segunda metade do século XVIII, as irmandades eram impedidas de fazer distinções por critérios de “pureza do sangue”. Os cargos de autoridade deveriam ser divididos sem distinção entre os participantes²¹⁶. Apesar disso, em Desterro, o Compromisso de 1807 instituiu critérios étnicos para o cargo de juiz de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que deveria ser assumido por um “Homem Preto”. Com a Independência, houve uma maior imposição de regras baseadas na moral católica aos associados, além de que os cargos paulatinamente passaram a serem distribuídos por critério de cidadania²¹⁷. Essa adequação, por si só, não responde à contenda entre os grupos presentes na irmandade. Os irmãos pretos não tiveram sucesso nas reivindicações, pois o Compromisso foi mudado com a autorização da Assembléia Legislativa e do bispo do Rio de Janeiro. Entrementes, os pretos detiveram os principais cargos da irmandade após 1842. Isso, evidência que há um poder político específico no espaço da Igreja e na Irmandade, que no caso, estava em disputa entre agrupamentos *estabelecidos* e *outsiders*, figuração social essa, que nesse momento, apresenta diferenciais étnicos.

Apesar de toda movimentação dos crioulos contra alguns pretos, os africanos acabaram reassumindo a direção da Irmandade do Rosário e São Benedito. O preto Antônio Gomes da Luz não é expulso, pelo contrário, foi eleito juiz nos anos de 1842, 1843 e 1844. Já Luís José Pereira Meireles foi juiz nos anos de 1846 e 1847, enquanto, o preto Francisco de Quadros em 1845, 1848, 1850, 1852. Os pretos, aparentemente, excluíram os crioulos e pardos dos cargos de juiz da Irmandade ao menos até o fim da década de 1850.

Muitas autoridades civis e eclesiásticas não viam com bons olhos os “ajuntamentos” e as festas dos africanos e descendentes. A proibição dos reisados, presente no Compromisso de 1842, foi motivada pelo bispo do Rio de Janeiro que, em linhas gerais, seguia o movimento de romanização da Igreja Católica Brasileira. O Compromisso de 1842 foi forjado com negociações não só entre os irmãos, mas também entre o grupo de Miranda Ribeiro e o bispo

vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 181.

²¹⁶ MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina**: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 632.

²¹⁷ Ibid.

do Rio de Janeiro²¹⁸. Desde o século XVIII, era tradição da Irmandade do Rosário e São Benedito realizar eleições de reis e rainhas. Os reis e rainhas, em muitas irmandades de africanos e descendentes, personificavam e presidiam as festividades em homenagem aos santos de devoção. Além de serem figuras que a comunidade negra se reportaria para resolver suas questões internas, eram respeitadas também pelos escravistas²¹⁹. No Compromisso de 1842, há uma tentativa de quebra da tradição do reisado.

As inversões culturais, com reis e rainhas negras, representavam ameaça à ordem pública, principalmente quando essas pessoas assumiam autoridade diante da comunidade negra. A Câmara Municipal de Desterro, em seu código de posturas²²⁰, proibiu os reisados três anos após o novo Compromisso (Artigo 38 do Código de Posturas de Desterro, 1845): “Ficão prohibidos d’ aqui em diante os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objetivos os supostos reinados africanos, que, por festas, costumão fazer”²²¹. Há evidência, portanto, de que a prática continuou a existir mesmo não sendo mais institucionalizada pela Irmandade.

Os jesuítas eram católicos militantes tridentinos e, possivelmente, posicionavam-se contra os reisados por serem festas que fugiam aos cânones românicos. É difícil verificar nos documentos essa afirmação. O Compromisso de 1842, provavelmente, foi efetivado apenas em 1843. Sabe-se que, em janeiro desse ano, em Desterro, apesar de ser contra o que está estabelecido no regimento da irmandade, houve “o divertimento de cantar os reis [...] em noites consecutivas conservavam [sic] em alvoroço a cidade”²²². Nesse mesmo ano, os jesuítas assinaram contrato assumindo o cargo de capelão. Em setembro participaram da discussão sobre a festa que seria realizada no dia três de outubro. Nessa, assinam um Termo de Mesa que tratava da festa do Santíssimo Rosário, no qual se ordenou que “a festa [fosse

²¹⁸ “Foi logo pelo dito Irmão Juís apresentado o Novo Compromisso da Irmandade existindo 24 Capítulos e 227 artigos; o qual se acha **aprovado por Provisão do Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano** [grifo meu] datado de 13 de Outubro de 1842, e confirmado por Carta Imperial assinada por I. M. o Imperador datado de 20 de Dezembro de 1842”. AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 12 de Março de 1843, p. 94v-96.

²¹⁹ MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)**. In: Frago, João Luis Ribeiro et al. *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 633.

²²⁰ O código de posturas era um conjunto de leis, votadas e outorgadas pela Câmara Municipal, com o intuito de normatizar a vida das pessoas dentro do perímetro do Município, no caso, Desterro.

²²¹ Lei Provincial n.º 222 de 10 de maio de 1845. MAMIGONIAN, *op cit*, p.634.

²²² Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis. Registro de Correspondência da Câmara Municipal, 1840/1843. NA n.º85 (143 B.C.). **Ofício da Câmara Municipal de Desterro para o Presidente de Província**. *Ibid*, p. 634.

feita] no Mencionado dia (compromisso) com a solenidade: Missa Cantada, Sermão e Novena”²²³.

Em 1844, seria realizada, novamente, uma Missa Cantada e um sermão na festa da padroeira, “com solenidade, decência e esplendor, que for compatível com as **circunstâncias atuais** da Irmandade”²²⁴. É difícil saber quais foram essas “circunstâncias atuais”, entretanto, provavelmente foram decorrentes da falta de dinheiro, mas também, é possível é que essas circunstâncias foram ocasionadas pelo novo Compromisso, que retirou as festas de reisados do regimento da irmandade. Esses reisados, provavelmente, eram condenados pelos jesuítas, por serem eles defensores de concepções tridentinas. Conseqüentemente, desejavam a substituição de uma prática comum, uma devoção pertencente ao catolicismo tradicional brasileiro, o reisado, por práticas sacramentais, que estariam sendo impostas pelo movimento de romanização, comandadas pelo Vaticano em todas as igrejas católicas do mundo.

Contra o argumento de que houve contendas por causa da moralização das festas, incentivadas pelos jesuítas, está o fato de o padre Miguel Cabeza ter sido escolhido para ser homenageado como juiz por devoção em 1844. O padre Miguel Cabeza esteve presente em uma mesa que discutiu a contenda entre a Irmandade do Rosário e São Benedito e a Irmandade do Divino Espírito Santo em 1845, quanto ao pedido feito pelos irmãos do Espírito Santo ao Arcipreste para ter a primazia “nos atos solenes, e acompanhamentos de Procissões”²²⁵, ou seja, a Irmandade do Espírito Santo desejava vir à frente da Irmandade do Rosário e São Benedito nos atos solenes, nos quais participavam todas as irmandades.²²⁶ Aparentemente, a Irmandade do Rosário e São Benedito venceu a contenda, e permaneceu sendo a segunda irmandade, ou confraria, a ser representada nos atos solenes, ficando atrás apenas da Ordem Terceira de São Francisco, por ser essa considerada a mais antiga.

Houve, em 1847, outra questão entre as associações religiosas. Por influência dos jesuítas, foi iniciada, na Igreja do Rosário e São Benedito, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Muitos irmãos da Irmandade do Rosário e São Benedito foram contra. Além da presença de uma terceira fraternidade em sua igreja, haveria a colocação da estátua em devoção ao Sagrado Coração de Jesus em uma das laterais da Igreja. Alguns irmãos pronunciaram que a colocação da estátua diminuiria a devoção a Virgem Maria. O Mordomo

²²³ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Setembro de 1843, p.98.

²²⁴ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 22 de Setembro de 1844, p.101 v.-102. (grifo meu)

²²⁵ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Procissões -Termo de Mesa Extraordinária** - 19 de Março de 1845, p.107-8.

²²⁶ A leitura em jornais e atas da irmandade possibilitam inferir que as irmandades assumiam posições nos atos solenes e procissões decorrentes do tempo de sua fundação, e que, em Desterro a Ordem Terceira de São Francisco era percebida como a mais velha, por isso era a primeira a sair. Depois, vinha a Irmandade do Rosário e São Benedito.

da irmandade leu uma carta dos padres, em uma das reuniões. Segundo Azevedo, na carta, constava a afirmação, feita pelos padres, que “este ataque contra a localização da estátua era, de fato, contra os padres, querendo que eles saíssem da Igreja”²²⁷.

A questão, talvez, não seja propriamente contra os jesuítas, mas sim uma divergência relativa à religiosidade e poder de representatividade. A presença de um terceiro santo de devoção na Irmandade implicaria um terceiro grupo de devotos a freqüentar a Igreja do Rosário. A devoção ao Sagrado Coração de Jesus poderia reduzir o número de devotos a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito. Além disso, esse terceiro grupo poderia instituir-se como fraternidade (como fez) e, a partir daí, buscar influenciar nos mandos e desmandos relativos à manutenção e existência da Igreja do Rosário, assim como faziam os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Parto.

Em 1855, uma carta de despedida, assinada pelo Padre Mariano Rueda e endereçada à Irmandade do Rosário e São Benedito, fornece mais informações sobre a questão da estátua do Sagrado Coração de Jesus. Mariano Rueda afirma que os jesuítas estavam entregando “a sua Irmandade os obséquios que os Devotos têm oferecido até o presente a Agregação do Santíssimo Coração de Jesus, regida desde o ano 47, conservada e aumentada por sua devota Igreja por Nós”²²⁸. Não são descritos os tais obséquios, mas pressupõe-se que se trata da estátua do sagrado Coração de Jesus, e outros objetos provavelmente oferecidos pelos fiéis. O jesuíta comenta que se forem retirados da Igreja do Rosário, iriam “contravir (como julgo) a intenção dos devotos que os ofereceram ao Santo Coração, que de novo peço a V. V. S. S. fique no lugar que a Santa Irmandade nos concedeu”. Aparentemente, o culto ao sagrado Coração de Jesus se firmou, na irmandade, ao menos até a partida dos jesuítas, mas com a estátua guardada dentro de um armário, ao contrário de sua locação em uma das laterais da Igreja, como ocorrido com a padroeira da Irmandade de Nossa Senhora dos Passos.

1.5 AS BARRACAS E QUITANDAS NO LARGO DA MATRIZ

O início do bipartidarismo, na Província, ocorreu em decorrência de divergências entre duas agremiações políticas encontradas na Ilha. Os partidos políticos Conservador e Liberal se organizaram a partir da eleição de 1847. Estas duas agremiações políticas disputavam,

²²⁷ AZEVEDO, Ferdinand (SJ). **Jesuítas Espanhóis no Desterro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83, p.59.

²²⁸ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para se deliberar sobre uma carta dirigida a Mesa pelo Reverendo Senhor Padre Mariano Rueda, da Companhia de Jesus, e sobre outros abjetos abaixo declarados**, p. 166-7.

todavia, espaços de poder muito tempo antes dessa eleição. Uma das disputas foi relativa às barracas e quitandas pertencentes ao governo, alugadas a pequenos comerciantes. Essa disputa é interessante por elucidar questões relativas ao Colégio Lycêo, pois possibilitam ilustrar e caracterizar os grupos *outsiders* e *estabelecidos* presentes na Ilha.

Os principais órgãos do governo da província e de Desterro se localizavam no Largo da Matriz: a Câmara Municipal²²⁹, a Igreja Matriz e o Palácio do Governo. O Largo também era espaço de comércio realizado principalmente nas barracas e quitandas. Era o local onde os africanos e descendentes poderiam vender peixes, frutas e verduras, para a população local, para marinheiros e viajantes diversos. Muito africanos livres tinham barracas ali. Em 1832, o jornal **O Catharinense** denunciou o aspecto dos africanos que vendiam o peixe e diversos outros produtos nas quitandas, solicitando a demolição que deveria ser realizada pela Câmara, visto “o estado de ruína em que se acham, a qualidade de seus moradores (a maior parte negros e negras quitandeiras) apresenta a quem desembarca na praça, um aspecto bem triste e ridículo”²³⁰. Partindo do princípio que o jornal pertencia à Sociedade Patriótica Catarinense, infere-se que a instituição fazia oposição às barracas e quitandas. Em uma Ata da Sociedade datada de 1832, ficou consignado que:

O Senhor Patrício Antônio de Sepúlveda Ewerard mandou a mesa um requerimento para que se oficiasse a Câmara Municipal, rogando-lhe a influir com o governo a fim de se demolirem as barracas instaladas em frente da praça, acabando-se enfim com esta guarida de **vagabundos e escravos vadios** [grifo meu]. Outrossim, que o novo trapiche em vez de ser onde existe fosse construído ao meio da praça, levantando-se muralhas com arvoredos para passeio público e colocando-se uma banca para a venda do peixe das citadas barracas²³¹.

O governo da província, em 1838, autorizou a construção de uma Praça de Mercado, que deveria ficar entre as ruas Livramento e Ouvidor, em um local de terreno de marinha, fora do Largo da Matriz. Apesar disso, as barracas e quitandas continuaram no Largo da Matriz. O local onde deveria ser instalada a Praça de Mercado foi um dos maiores motivos de controvérsias nesse período²³². De um lado, um agrupamento de *outsiders*, formado, em sua maioria, por pessoas de outras freguesias, de outras províncias, ou mesmo de outros países,

²²⁹ Abrigou por algum tempo a Assembléia Legislativa e a cadeia pública.

²³⁰ BPESC. Setor de Obras Raras. Jornal **O Catharinense**. Ano II, nº 22, de 25 de janeiro de 1832, p. 95. Apud, GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)**. Florianópolis; Dissertação (UFSC), 2006, p. 87.

²³¹ APESC. **Ata da Sociedade Patriótica Catarinense**. 6ª sessão, em 29 de abril de 1832. Ibid, p. 86-7.

²³² GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)**. Florianópolis; Dissertação (UFSC), 2006, p. 88.

com muitos membros pertencentes à maçonaria, e provavelmente a Sociedade Patriótica. Estes desejavam instalar as barracas e quitandas fora do perímetro urbano. Por outro lado, havia os grandes comerciantes de Desterro, pertencentes a famílias de *estabelecidos*. Esses escravistas tinham familiares filiados em todas as irmandades religiosas de Desterro. Os *estabelecidos* defendiam a permanência das barracas e quitandas, no Largo da Matriz. Laner cita Cabral para afirmar que a motivação dos *estabelecidos* em sua defesa da permanência das barracas e quitandas, no Largo da Matriz, foi o fato de suas lojas estarem localizadas próximas ao Largo da Matriz²³³ e por eles temerem perder freguesia com a retirada das barracas e quitandas²³⁴.

A visita de Dom Pedro II e do Bispo do Rio de Janeiro, em 1845, levou a Câmara de Desterro a tomar medidas, que iam ao encontro das solicitações da Sociedade Patriótica. O centro urbano foi higienizado, e as barraquinhas foram removidas para as proximidades do Largo Santa Bárbara, junto à Ponte do Vinagre, fora do perímetro urbano²³⁵. Os africanos e descendentes foram retirados do Largo da Matriz, espaço que, ao mesmo tempo, era centro administrativo, provável local de embarque e desembarque do porto, e espaço onde se encontrariam o Imperador e o bispo do Rio de Janeiro.

Ainda no ano de 1845, as Posturas Municipais passaram a estabelecer limites aos “ajuntamentos” de escravos e forros nas casas comerciais, com pesadas multas àqueles que as descumprissem. As barracas e quitandas eram, aparentemente, locais de encontro da comunidade africana e, portanto, de afazeres dos irmãos do rosário e são benedito, como o de Francisco de Quadros. Local em que os escravos e forros se encontravam para conversar, cantar, tocar e dançar, beber e comer, fazer compras ou vender produtos. Observa-se, pois, que as posturas afirmam:

Todo vendeiro que consentir dentro do armazém, taberna ou casa de quitanda, **vadios, escravos**, por mais tempo do que o necessário para a compra ou venda, ou consentir nas ditas casas de negócio, quitanda ou as suas portas **ajuntamentos** deles, toques, danças ou quaisquer vozerias, será multado em 10\$000 pela primeira vez, 20\$000 réis pela segunda e em 30\$000 pela terceira, ou tantos dias de cadeia quanto forem os mil réis de multa pecuniária (grifos meus)²³⁶.

²³³ Na rua do comércio, atual Conselheiro Mafra.

²³⁴ GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864).** Florianópolis; Dissertação (UFSC), 2006, p. 87.

²³⁵ Ibid.

²³⁶ Centro de Memória da ALESC. **Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847.** Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, artigo 35. Apud GARCIA, *Op cit*, p.65-6.

Com a controvérsia sobre a localização e existência das barracas e quitandas, duas agremiações políticas se digladiaram. A primeira, que deu origem ao Partido Conservador, era uma agremiação formada por ricos comerciantes da terra, estabelecidos na Ilha desde o século XVIII. Nesse trabalho, alguns deles têm suma importância para uma melhor compreensão dos contextos. Demonstra-se, pois, que esse partido tinha forte influência na Irmandade do Rosário e São Benedito. Aparentemente, os partidários conservadores apoiaram os pretos quitandeiros contra a retirada das barracas e quitandas e, conseqüentemente, contra o Partido Liberal, comandado pela Sociedade Patriótica. O Partido Conservador e o Partido Liberal entraram em sua primeira disputa eleitoral em 1846. Nesse, período,

[...] em todo o império é anno de lutas desabridas, de intrigas, de embustes, de vexações, de calumnias, de trapaças, adulações, combinações, coalisões, etc., etc.; é anno emfim de que foi dito, que – ficção suspensas as garantias da honra e da proibidade - ²³⁷

Para se compreender melhor a situação criada pela remoção das barracas e quitandas, utiliza-se a obra de Marcelino Antonio Dutra, que é uma das figuras centrais dessa dissertação. Ele publicou, em 1847, o poemeto eleitoral intitulado *Assemblea das Aves*. O poema foi impresso pela tipografia do Mercantil, no Rio de Janeiro. Foi publicado com o intuito de fornecer um panorama das eleições em prol do partido liberal, e para ser declamado na chegada de Jeronymo Francisco Coelho²³⁸ a Desterro. O objetivo era informar a Jeronymo Coelho quem estava ao seu lado, e quem estava contra, na eleição para a cadeira da Assembléia Geral. A poesia foi declamada por Marcelino Antonio Dutra no momento que Jeronymo Coelho aportou em Desterro.

O editor (desconhecido), no prólogo, descreveu a campanha para as eleições gerais de 1847. Aparentemente, a cidade estava em alvoroço pela longa duração da campanha. A eleição deveria ter ocorrido em 1846, mas foi adiada para o ano seguinte. O editor afirma que a “lei passou para o anno corrente; e a luta, em vez de arrefecer com o tempo, tem continuado

²³⁷ EDITOR, Prefácio. In DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil, 1847, p. I.

²³⁸ Nasceu em 1806, em Laguna. Faleceu em Nova Friburgo (R.J.) em 1860. Coursou a escola militar, formando-se como tenente do Batalhão de Engenharia, em 1823. Em 1831, fundou o jornal **O Catharinense**. Foi deputado provincial na primeira Assembléia Legislativa Provincial (1835) e vice-presidente da província catarinense em 1839. Foi ministro da marinha entre 1844-1845 e da Guerra em 1857, quando recebeu o título de conselheiro. Foi presidente da Província do Pará (1848-1850) e do Rio Grande do Sul (1856-1857). REIS, Sara Regina P. dos (org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p. 1703.

de mais e mais activa e crescente”²³⁹. A eleição era, também, para preencher as vagas para deputados provinciais existentes na Assembléia Legislativa Provincial.

As Assembléias Legislativas Províncias foram criadas em 1834. Aparentemente, até 1845, não houve a necessidade dos políticos catarinenses se dividirem em partidos políticos. Os candidatos à Assembléia Geral eram o conselheiro Jeronymo Coelho (deputado em exercício) e o bacharel Joaquim Augusto do Livramento. Os partidos foram apelidados, segundo o editor

[...] por malignidade estratégica, e pela referida *suspensão das garantias*, os Livramentistas se apellidão a si de Christãos, e alcunhão os Jeromistas de *Judeos*, querendo elles assim fanatizar os simplices, e supersticiosamente incedial-os contra seus adversários (grifos do autor) ²⁴⁰.

Os *estabelecidos* espalharam boatos que poderiam fomentar um estigma muito forte para época. Assim, ser chamado de judeu era ser apontado como não-católico, como inferior, como elemento de desintegração social, como perigo aos costumes e à própria existência da Igreja Católica e da Coroa. No Partido Liberal havia muitos membros da Sociedade Patriótica. Levanta-se a hipótese de que essa associação era a representação civil da maçonaria. A maçonaria era uma associação deísta, condenada pelo Vaticano desde o século XVIII, com forte poder político e econômico. Como associação deísta, é possível que houvesse a presença de judeus na loja maçônica de Desterro. Apesar de não ser encontrada nenhuma prova contundente sobre a relação entre maçonaria e Sociedade Patriótica, além do fato do maçônico Jeronymo Coelho ter fundado as duas instituições, em Desterro, pode-se afirmar que havia esse vínculo. Para ter propriedades, representantes e voz política e ainda continuar secreta, a maçonaria, talvez necessitasse de uma representação jurídica que não entrasse em confronto com a Coroa, ou com o Vaticano.

Jeronymo Coelho pode ser considerado o membro mais representativo do Partido Liberal. Ele era de Laguna e viveu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro. Marcelino Antonio Dutra²⁴¹ era outro partidário. Morava no Ribeirão da Ilha e era professor de primeiras letras e político. O chefe do Partido Liberal era o boticário Amaro José Pereira²⁴². Havia,

²³⁹ EDITOR, Prefácio. In DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro; Typografia do Mercantil, 1847, p. I.

²⁴⁰ Ibid, p. II.

²⁴¹ Ver: nota 17, página 11.

²⁴² Nasceu e morreu em Desterro (1814-1866). “Era farmacêutico e foi o mais influente chefe político liberal do 2º Reinado na Capital [...] Vereador e Presidente de Câmara, Juiz de Paz, Sub-Delegado de Polícia, Juiz Municipal Suplente, e Tte. – Cel da Guarda Nacional, Deputado Provincial de 1858-59” REIS, Sara Regina

ainda, os membros comendador Francisco Duarte Silva²⁴³, o dr. Francisco Honorato Cidade²⁴⁴, o senador José da Silva Mafra²⁴⁵. Em Laguna, o apoio era dado pela família de Jeronymo Coelho; em São Francisco, pelo coronel Antonio João Vieira²⁴⁶ e, em Lages, pelo coronel Córdova²⁴⁷. Os eleitores eram basicamente militares e pequenos funcionários públicos²⁴⁸. Pela leitura dos jornais da época (1863-1865), conclui-se que esse partido tinha grande número de eleitores nas cidades de Laguna e São José.

Já o partido cristão era formado pelos “homens bons” da Ilha, *estabelecidos*, como Joaquim Luis do Livramento²⁴⁹ e sua família, o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva²⁵⁰, João Francisco de Sousa Coutinho²⁵¹ e Joaquim de Almeida Coelho²⁵². Segundo Cabral²⁵³, contava também com a família Luz, cujo membro mais preeminente era do rico armador, comerciante e futuro comendador, João Pinto da Luz²⁵⁴. Havia, também, o ex-deputado Digo Duarte Silva.²⁵⁵ Em Laguna, os partidários eram a família França; em São Francisco do Sul, o coronel Oliveira Camacho²⁵⁶, em Itajaí Agostinho Alves Ramos²⁵⁷, em Lages o coronel Sousa.²⁵⁸ Seus eleitores eram comerciantes e altos funcionários públicos.

P. dos (Org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p. 1726.

²⁴³ Nasceu e faleceu (1874) em Desterro. Era negociante de secos e molhados. Foi Presidente da Câmara em 1845-1846 e 1852. Juiz Municipal em 1861. Administrador dos correios da Província (1869). Era Tenente-Coronel Honorário do Exército e Comandante do 1º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional. Foi deputado em 1844-1847. *Ibid*, p. 1732.

²⁴⁴ Não foram encontradas informações sobre ele.

²⁴⁵ Nasceu em Desterro (1788) e faleceu no Rio de Janeiro (1871). Foi capitão, major e comandante do forte de Anhatomirim, reformando-se como coronel do Exército em 1830. Foi secretário da junta do governo Provisório (1822-1824), deputado provincial de 1835 -1843 e senador (1844), sendo chamado para a Câmara Vitalícia pelo Imperador. *Ibid*, p. 1719.

²⁴⁶ Não foram encontradas informações sobre ele.

²⁴⁷ Não foram encontradas informações sobre ele.

²⁴⁸ CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3ª ed, Florianópolis; editora Lunardelli, 1987, p.146

²⁴⁹ Ver, nota 15, página 11.

²⁵⁰ Uma discussão sobre o padre Paiva é realizada no final do capítulo II.

²⁵¹ Filho do padre Domingos Francisco de Souza Coutinho (R.J) e de Genoveva Francisca de Souza (Desterro). Nasceu em 1804, faleceu em Desterro (1869). Foi funcionário da Fazenda Provincial (até 1840), inspetor da Tesouraria da Província, vice-presidente da Província, e presidente em exercício em 1862 e 1868. Foi deputado provincial (1838 a 1843, 1845 e entre 1854-1857). REIS, *Op Cit*, p. 1706.

²⁵² Nasceu em Desterro. Foi Membro do Conselho Geral da Província, era major do Regimento de Cavalaria de Milícias. *Ibid*, p. 1703.

²⁵³ *Ibid*.

²⁵⁴ Cabral cita Boitex, para afirmar que João Pinto da Luz investiu cerca de 40 contos na eleição de 1847, em prol dos candidatos do Partido Conservador, em especial da eleição do candidato Joaquim Luis do Livramento para a Assembléia Geral. REIS, *Op Cit*, p. 400. (Uma quantia um pouco exagerada para época.)

²⁵⁵ Interessante a afirmação de Cabral, de que tanto João Francisco de Sousa Coutinho, quanto João Pinto da Luz apoiaram a guerra dos Farrapos e Republica Juliana. CABRAL, 1987, p.124.

²⁵⁶ Nasceu em São Paulo no fim do século XVIII, faleceu em Joinville em 1862. Foi capitão-mor, vereador, presidente da câmara e capitão de milícias em São Francisco do Sul. Foi deputado provincial em 1835, e entre 1840-1855. REIS, Sara Regina P. dos (Org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p. 1.700.

²⁵⁷ Não foram encontradas informações sobre ele.

²⁵⁸ Não foram encontradas informações sobre ele.

A discussão política decorrente das eleições ocorreu em diferentes frentes e das maneiras mais diversas, pois “os partidos forão gradiar-se na imprensa da côrte; ahi tem gemidos os prelos por vezes repetidas, e a polemica tornou-se viva, animada, e forte, e ultimamente interessante e faceta”²⁵⁹. Vários ambientes foram palcos das discussões políticas, por isso, o editor da poesia afirma que “formão-se tambem reuniões populares á céu aberto, verdadeiros meetings á ingleza”²⁶⁰. Foram utilizados de “hymnos, caticos, poesia, e muzica, bailes, sarãos, passeios, romarias, e cavalgatas, tudo exclusivo para cada lado, ainda mais servem para exaltar o entusiasmo dos partidos”²⁶¹. O interessante é que

Moços, e velhos, grandes e pequenos, homens, e mulheres, meninos e meninas, casados, ou solteiros, bonitos, e feios, altos e baixos, gordos e magros, tortos e aleijados, surdos, ou cegos, sem distincção de sexo, idade e **côr**, estado, **condição**, **religião**, profissão ou senão, (salvas as já ditas excepções), todos se afervorão, todos discutem, todos se empenham, todos trabalham, todos, cada qual pelo seu partido, tomão a parte mais activa e decidida, todos emfim, votantes e não votantes (...)
(Grifo meu)²⁶²

Essa poesia era uma alegoria publicada e recitada com o intuito de fornecer a Jeronymo Coelho um panorama sobre as eleições que se seguiam, avisando-o das pessoas e grupos que estavam a favor de sua candidatura ou contra. A poesia serviria para deixar às claras as posições políticas de pessoas e grupos influentes na eleição de 1847²⁶³. O redator da poesia traz um indício que pode nos esclarecer sobre a posição política dos jesuítas, quando afirma que “até uns santos varões, padres jesuítas, que vierão prégar a fé e a palavra do Divino Mestre, são (lá no intimo d’alma, e no segredo de seus peitos) muito bons e venerados Judeos”²⁶⁴. Mesmo que os jesuítas não tenham declarado sua posição anteriormente, com a publicação da poesia, foram obrigados a tomar partido a favor ou contra o Partido Liberal. Em um momento de acirramento político, transparecer estar ao lado dos liberais pode ser

²⁵⁹ EDITOR, Prefácio. In DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil, 1847, p. V.

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Ibid, p VI.

²⁶² Ibid.

²⁶³ “Nas eleições primárias, só podiam votar os cidadãos brasileiros, católicos e com renda líquida anual superior a 100 mil réis, e, só podiam ser eleitos, para o Colégio Eleitoral, aqueles cuja renda anual ultrapassasse a 200 mil réis. Para a Câmara dos Deputados, exigia-se do candidato a renda mínima de 400 mil réis; para o Senado, a exigência era de 800 mil réis anuais. Com eventuais modificações, de pouco significado prático, o “voto censitário” permanece em vigor durante todo o Império. Em 1876, por exemplo, apenas 0,25% da população brasileira teve direito ao voto” <<http://www.cantoni.pro.br/historia/eleitores.html>> acesso em 26 out.2007.

²⁶⁴ EDITOR, Prefácio. In DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil, 1847, p. V.I.

entendido como uma menção de apoio à reivindicação da Sociedade Patriótica de remoção das barracas e quitandas freqüentadas e, em alguns casos, mantidas pelos pretos. A partir de 1847, ano da eleição e da publicação da poesia de Dutra, os jesuítas diminuiram em muito sua presença nas Atas da Irmandade do Rosário e São Benedito, indício de que algo mudará.

Quanto aos pretos, apesar de estarem na camada social dos despossuídos, tinham representatividade política como grupo, por isso foram chamados a tomar partido. No argumento do canto II, de Marcelino Antonio Dutra, vislumbra-se uma pista:

Para ao *Cysne* [Jeronymo Coelho] disputar
 Popularmente affeições;
 Chamão as reuniões
Negras aves d'ultramar
 Vão ali fezes vazar
 Aves de **bico damninho**;
 Aos Céos invoca um *Arminho*
 Que a terra o *Cysne* trouxesse;
 uma corveta aparece;
 Traz o *Cysne* ao patrio ninho. [grifos meus] ²⁶⁵

Jeronymo Coelho antecipou sua vinda a Desterro, e o motivo, provavelmente, foi o apoio dado pela comunidade africana ao Partido Conservador nas eleições de 1847. No prólogo da poesia, está escrito pelo editor que os liberais chamaram as “negras aves” para uma reunião, momento em que foi pedido o apoio para as eleições que se seguiam. Os africanos foram à reunião, mas, ao se interpretar a poesia de Dutra, pode-se inferir que não apoiaram os *outsiders*, saindo da reunião a “fezes vazar”. Dutra, provavelmente, refere-se à negação dada pelos africanos e descendentes ao apoio pedido pelos liberais. Aparentemente, era importante o apoio da comunidade africana. Os africanos passaram a apoiar o Partido Conservador, formado pelos *estabelecidos* que, em sua maioria, eram grandes escravistas. Nas estrofes 7 a 12, fica mais claro como os africanos poderiam agir politicamente:

7^a
Negras aves africanas ²⁶⁶
 Que de – *Anús* – o nome tem,
 Aos *Sericuás*, e *Tocanos* [conservadores]
 Se reuniram também.
 8^a
 Desta liga monstruosa
 Fez-se um club eleitoral;

²⁶⁵ DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exm^o Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro; Typografia do Mercantil, 1847, p. 9. (argumento do canto II)

²⁶⁶ Na nota de rodapé escrita por Dutra, lê-se o seguinte: “refere-se ao grupo de pretos libertos, e muitos d’elles Africanos que forão associados ao club Chrstião”. Ibid, p. 9.

Temeu logo as consequencias
 O poder policial
 9ª
 Eis ordena que de dia
 Só se possão reunir, pois da noite o negro manto
 Sões os crimes encobrir. [grifos meus]²⁶⁷

Por qual motivo um partido político faria reuniões com a presença de pessoas sem representação civil, sem direito a voto, com mínimas possessões, e com péssimo estigma? Um indício está na frase “aves de bico daninho”, que aparentemente, está relacionada a um possível boato²⁶⁸ dissipado pela comunidade africana e descendente. É plausível afirmar pela leitura dessas estrofes que o boato era uma arma política disponível aos escravos, forros e população em geral. No seguir da poesia, fica mais claro em que ponto a comunidade africana exercia ações políticas.

10ª
 Tinha a Fama por cem bocas
 Falsamente apregoado
 Todo o caso; até se afirma
 Que mentira seu bocado
 11ª
 Si uma boca só que mente,
 Muito mal faz produzir,
 Que de males não resultão
 De cem bocas a mentir?
 12ª
 Soube o eleito na côrte
 Do trama na terra urdido
 Por muitos, que só favores
 Delle havião recebido.²⁶⁹

Na poesia, Dutra demonstra que havia receio de que os africanos, juntamente com os partidários conservadores, disseminassem informações capazes de macular o Partido Liberal. No caso, os africanos, em comum acordo com os *estabelecidos*, poderiam exercer uma forma de poder, dependente da capacidade dos dois grupos de disseminar informações pejorativas a

²⁶⁷ DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro; Typografia do Mercantil, 1847, p.10.

²⁶⁸ O boato, por um lado, pode ser caracterizada como a disseminação de "informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras." ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p.121. Quando esse boato depreciativo é fomentado, por um grupo em relação a outro, pode incutir algo semelhante a uma desonra grupal sobre aqueles que pertencem ao grupo que sofre a fofoca. Entretanto, esse tipo de fenômeno é complementar ao uso do boato como instrumento de fomentação de carisma grupal, em relação ao próprio grupo. A valorização dos membros do próprio grupo é uma relação de solidariedade, que distingue quem pertence ao grupo e quem não. Ibid, p. 132.

²⁶⁹ DUTRA, *op cit*, p. 11.

respeito dos *outsiders* e valorativas em relação aos *estabelecidos*. Os *outsiders* e os *estabelecidos* seriam os objetos dos boatos. Ressalta-se, ainda, que os membros do Partido Liberal, eram, pejorativamente, chamados de judeu. Essa alcunha contrastava com a designação assumida pelos *estabelecidos*, que se auto-intitularam de cristãos.

O fato de os dois partidos políticos pedirem apoio aos africanos mostra que o grupo de pretos possuía uma integração grupal considerável, capaz de propiciar o uso do boato como instrumento de rejeição do grupo adversário. Os africanos e descendentes estavam em todos os ambientes que demandassem mão-de-obra; construía, consertavam, carregavam, colhiam e plantavam, cozinhavam e vendiam. Tinham contato direto com os senhores(as) escravistas, momento em que eles poderiam inferir informações capazes de interferir na eleição, no caso de 1847.

O uso do boato pelos africanos e descendentes demonstra que havia interesses comuns, que propiciavam certa “solidariedade grupal”, motivada pela necessidade de preservação, em uma sociedade excludente. O espaço utilizado pelos africanos e descendentes para fazer comércio estava em risco, pois as barracas e quitandas poderiam ser removidas do Largo da Matriz, para fora do centro urbano, caso o Partido Liberal ganhasse as eleições e colocasse em prática as reivindicações feitas há anos por membros da Sociedade Patriótica.

Mas qual era o vínculo entre a comunidade africana e o partido conservador? O editor do livro, em certo momento, classifica os grupos que apóiam os partidos. Diz que uns apoiaram o partido cristão “por espírito de família, e taes são parte dos parentes do candidato, outros por antigas e modernas desavenças individuaes”²⁷⁰, e ainda há os que fizeram por “ridículas questões de bairrismo”²⁷¹. A família Livramento tinha membros nos mais diferentes ambientes da Ilha, que estavam em todas as irmandades, ocupavam cargos públicos: muitos eram sacerdotes, políticos, donos de embarcações, comerciantes, mas principalmente eram escravistas estabelecidos na Ilha, desde o século XVIII.

Partindo do pressuposto que boa parte da família apoiava Joaquim Augusto Livramento em sua candidatura, levanta-se a hipótese de que os africanos e descendentes apoiaram o partido cristão também, devido à forte presença de seus partidários na Irmandade do Rosário e São Benedito, principalmente das famílias Livramento, Luz e Costa. O apoio poderia ser, contudo, uma maneira de angariar favores políticos para a comunidade africana, tais como a manutenção das barracas e quitandas no Largo da Matriz. Esse apoio poderia

²⁷⁰ EDITOR, Prefácio. In DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil, 1847, p. III.

²⁷¹ Ibid.

propiciar ganhos cotidianos na vida dos escravos e forros, devido à filiação deles com a agremiação formada pelos maiores escravistas de Desterro.

A Irmandade, nesse período, era comandada pelos pretos. Um dos membros mais atuantes da irmandade era o forro Francisco de Quadros (?-1853)²⁷². Ele possuía uma quitanda perto do porto, provavelmente no espaço considerado Largo da Matriz. Era “dono de escravos, padrinho de outros africanos e compadre de crioulas, que escolheu por padrinhos de seus filhos homens e mulheres livres sem o estigma da escravidão, casado com uma crioula”²⁷³. Ele era uma pessoa com influência na comunidade africana e na Irmandade do Rosário e São Benedito. Seu sucesso pode ser medido pelo grande número de afilhados que tivera: “27 ao total, sendo que destes apenas 2 eram forros”²⁷⁴. Francisco de Quadros ocupou o cargo de juiz da Irmandade do Rosário e São Benedito nos anos de 1845²⁷⁵, 1848²⁷⁶, 1850²⁷⁷ e 1852²⁷⁸. Foi também irmão da mesa por doze vezes e Procurador da Irmandade em 1841²⁷⁹, 1842²⁸⁰, 1843²⁸¹, 1846²⁸².

Com o seu meio de subsistência em perigo (a quitanda), é possível levantar a hipótese de que Francisco de Quadros tomou um direcionamento político que, pelas evidências, conclui-se que foi em apoio ao Partido Conservador. Tal, direcionamento pode ter influenciado a filiação entre os membros do Partido Conservador e os irmãos da Irmandade do Rosário e São Benedito, visto ser a Irmandade a instituição que fornecia subsídios para que os africanos e descendentes se organizassem. Assim, surge a questão: que força política, uma organização étnica africana e afrodescendente, estabelecida a partir de uma associação religiosa leiga, freqüentada principalmente por escravos e forros, e “comandada” por pretos poderia ter em uma eleição censitária?

O Partido Conservador com o apoio de um grupo de africanos e descendentes, provavelmente formado por irmãos pretos, *estabelecidos* na Irmandade do Rosário e São Benedito, foi o grande vencedor das eleições de 1847. Mas há a questão: qual a relação entre

²⁷² Francisco de Quadros era percebido como africano da nação benguela.

²⁷³ MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 187.

²⁷⁴ Ibid, p. 182.

²⁷⁵ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Março de 1845, p. 105v.-106.

²⁷⁶ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa de Posse** - 30 de Novembro de 1848, p. 134 v.-135.

²⁷⁷ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 05 de Outubro de 1850, p. 143-4.

²⁷⁸ Ocupou o cargo aproximadamente de outubro de 1851 a julho de 1852. O juiz eleito Guilherme de Campos por algum motivo foi eleito, e por isso convocado por diversas vezes para assumir o cargo. Aparentemente, Francisco de Quadros assumiu seu lugar até pedir exoneração por motivo de doença em 1852.

²⁷⁹ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 25 de Dezembro de 1841, p. 88-9

²⁸⁰ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 10 de Agosto de 1842, p.91(verso).

²⁸¹ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 12 de Março de 1843, p. 94v/96.

²⁸² Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 17 de Outubro de 1846, p. 114

o Partido Conservador e a Irmandade do Rosário e São Benedito? Para responder a essa indagação, primeiramente, centra-se na família Livramento para, posteriormente, serem tratados outros membros do partido que tiveram vida ativa na irmandade africana, como Manuel Joaquim de Almeida Coelho (1792-1871), João Francisco de Souza Coutinho e o padre Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva.

Traçar uma imagem da família Livramento é uma tarefa difícil, uma vez que há poucos documentos disponíveis, e não foi encontrado nenhum trabalho que faça um estudo específico sobre as elites catarinenses desse período. Por isso, alguns familiares foram rastreados em documentos encontrados no cartório Kotzias²⁸³ e na Irmandade do Rosário e São Benedito. Isso se faz necessário para que se possa entender a influência da família na comunidade de africanos e descendentes, mais especificamente na irmandade.

Sabe-se que o primeiro casal da família foi constituído por Tomás Francisco da Costa (1729-1796) e Mariana Jacinta da Vitória (1729 -?). Eram açorianos, nascidos nas ilhas do Faial. Provavelmente seus filhos eram: Antonio José da Costa (1751-?), Miguel Francisco da Costa (1752-?), Ana (1754-?), José Francisco de Farias Costa (1757-1811), Ana Maria (1759-1815), Manoel Francisco da Costa (1760-?), Joaquim Francisco do Livramento, Francisco Maria (1766-?), Tomás Francisco da Costa (1767-1843)²⁸⁴. O sobrenome Livramento foi adotado por parte da família, por devoção e homenagem a Nossa Senhora do Livramento.

Da terceira geração da família, conhece-se o major e comendador Francisco Luis do Livramento²⁸⁵, major João Luís do Livramento²⁸⁶, major Manoel Luis do Livramento²⁸⁷ e o bacharel Joaquim Augusto do Livramento (1820-1883)²⁸⁸. Francisco Luis do Livramento é encontrado na Irmandade do Rosário e São Benedito como dono do escravo Pedro²⁸⁹. João Luís do Livramento aparece como dono do escravo Antonio²⁹⁰. Encontram-se, ainda, os escravos Caetano do Livramento e Antonio Luis do Livramento²⁹¹. Da quarta geração da

²⁸³ Documentos solidariamente cedidos por Vitor Hugo Bastos Cardoso.

²⁸⁴ Victor Hugo Bastos Cardoso gentilmente forneceu informações que possibilitam estipular quem era os possíveis familiares que compunham os Livramentos.

²⁸⁵ Fez parte da junta governativa 1822-24, e foi Vice-Presidente de Província nos anos de 1831 e 1836. CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3ª ed, Florianópolis; editora Lunardelli, 1987, p. 382-3.

²⁸⁶ Assentou praça em Desterro no ano de 1798.

²⁸⁷ Foi deputado provincial nos anos de 1850-51 e reformado como Tenente-Coronel do 2º Batalhão da Guarda Nacional do Desterro (1853). PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 401.

²⁸⁸ Formou-se na faculdade de direito São Paulo (1840-1843). Foi deputado pela Assembléia Legislativa nos anos de 1846-47, 1852-53, 1864-65, Deputado da Assembléia Geral em 1848-49, 1850-52, 1853-56. Ibid, p. 399.

²⁸⁹ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 12 de Março de 1843, p.94v-96.

²⁹⁰ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 25 de Dezembro de 1841. Pg. 88 e 89.

²⁹¹ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Posse** - 09 de Janeiro de 1842. (Pág. 90/91).

família, são encontrados, na irmandade, o capitão Domingos Luís do Livramento²⁹², o vigário Francisco Luis do Livramento (1831-1891)²⁹³, e dona Maria Luísa do Livramento e dona Maria Thomasia do Livramento²⁹⁴.

Na análise dos documentos do cartório Kotzias, pode-se fomentar um panorama das áreas de atuação da família. Encontram-se alguns registros, basicamente das pessoas da terceira e quarta geração, da família Livramento. *A priori* é preciso ficar claro que apenas alguns negócios demandavam a certificação civil em cartório, principalmente os relacionados à propriedade. Além de que Kotzias era um dos vários cartórios presentes na Ilha e na região de São José, ou seja, os dados são muito falhos para serem pensados de maneira quantitativa. Assim, são apenas apresentados e enunciados como possibilidades de negócios da família, a partir do nome de algumas poucas pessoas representadas nos documentos. Desse modo, demonstram-se os campos de atuação da família e sua força socioeconômica.

Em nome de João Luís do Livramento, é encontrado um registro de venda da “Escuna Providencia” a Nicolao Fontana (entre 1829-1833)²⁹⁵. Acredita-se, pelas leituras, que a família Livramento trabalhava, desde o século XVIII, com serviços de cabotagem²⁹⁶. Em 1847, João aparece vendendo “vinte seis meia braças de terras sitas no Matto Groço [sic]”²⁹⁷. Já, em 1863, vendeu um terreno e “uma meia agoa dentro a Dona Rita Carolina de Cassia”²⁹⁸. A compra e vende era realizada também com escravos. Entre 1865-1867, João comprou uma escrava crioula de nome Maria, de Antonio de Sousa Cunha²⁹⁹ e a revendeu à dona Francisca Roza Severina³⁰⁰. Apesar de ser uma afirmativa difícil de ser provada, acredita-se que era uma das pessoas mais ricas de Desterro.

Um dos primeiros documentos encontrados com a assinatura de Manuel Luis do Livramento (1849) é uma procuração³⁰¹ que designa ao seu sobrinho Miguel Luis do Livramento a cobrança de uma dívida feita a crédito por “João Antonio Martins e companhia”, pela compra de fazendas. Manuel estava no Rio de Janeiro e precisava que Miguel depusesse judicialmente no caso da cobrança de hipoteca. O valor era muito alto para

²⁹² AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de eleição** - 05 de Outubro de 1844. (Pg. 102-103).

²⁹³ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 30 de Setembro de 1854. P. 160/161.

²⁹⁴ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 06 de Outubro de 1855. P. 164/165.

²⁹⁵ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 4 - 1829-1833 ¶ FLS. 126v-127.

²⁹⁶ A leitura das fontes leva a crer que Tomás Francisco da Costa tinha como uma de suas fontes de riqueza o transporte de cabotagem.

²⁹⁷ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 11 – 1847-1849. ¶ FLS. 7 e 7v e 8 08?/03/1847.

²⁹⁸ Ibid, Livro 25 - 1862-1863. ¶ Fls 58v e 59.

²⁹⁹ Ibid, Livro 3 de Notas de Escravos – 1865-1867. ¶ Fls. 96, 96v, 97.

³⁰⁰ Ibid, Livro 3 de Notas de Escravos – 1865-1867. ¶ Fls. 36v, 37, 37v.

³⁰¹ Ibid, Livro 12 – 1849-1851. ¶ Fls. 29v, 30 e 30v.

os padrões de Desterro. O que estava em jogo era a hipoteca de algumas casas nas ruas do Vigário e da Conceição, mas também alguns escravos. A dívida de Francisco Antonio de Souza constituía outra cobrança que deveria ser realizada. Ele devia uma quantia considerável a Manuel, pois parte da dívida poderia ser abatida com o recebimento de “algum escravo pelo que [logo] venderá pelo maior preço que puder obter, e como ultimo caso para aqui o vender [R.J]”. Nesse mesmo documento, Manuel se refere ao seu sobrinho Domingos Luis do Livramento, dizendo que ele recebeu o inventário do falecido capitão Ignácio de Andradas. Manuel pagou o funeral e os credores da família, por isso Miguel deveria cobrar de seu genro o sargento mor José Ignácio Bernardino. O total da dívida que Miguel deveria cobrar dos devedores era de “doze contos oito cento mil e vinte cinco reis”, e seu ganho seria de dez por cento das dívidas. Um valor que denota que Manuel era um grande comerciante da praça de Desterro.

Há mais um documento, de 1850, que demonstra que Manuel era dono e, provavelmente, comercializava escravos. O documento confere a liberdade da escrava crioula de nome Filippa. Ele recebeu setecentos mil reis de Laureano José Soares e cinqüenta mil reis de Francisco José Coelho Pinto, para que a escrava, que estava no Rio de Janeiro, recebesse a Escritura Pública de sua liberdade.³⁰² Outro documento, de 1860, confere a liberdade condicional ao crioulo Honorio, que a receberia, somente depois que servisse a Manuel por dezesseis anos. Esse escravo foi recebido por ele como herança de sua finada sogra, Maria Joaquina da Luz (seu valor na partilha da herança foi de dois contos, um valor bem alto para um escravo).³⁰³

O nome do vigário Francisco Luis do Livramento é encontrado em um documento no qual ele compra uma pequena casa e chácara de Manoel Luis da Silva Leal³⁰⁴ e, em um segundo documento, no qual ele recebe provavelmente por doação uma casa de Dona Jacinta do [Nascimento]³⁰⁵. Sobre o capitão Miguel Joaquim do Livramento, apenas se sabe que ele foi reconhecido como cadete, entre 1829-33³⁰⁶, e que, nesse mesmo período, pagou fiança a Francisca de Paula, para que ela pudesse soltar seu escravo José da cadeia.³⁰⁷ O que é interessante sobre ele é o fato de ser o único da família que se sabe que era filiado à Sociedade

³⁰² Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 12 – 1849-1851. ¶@ Fls. 89v 90 06/06/1851

³⁰³ Ibid, Livro 22– 1859 ¶ @ Fls. 38

³⁰⁴ Ibid, Livro 23 – 1859 ¶ Fls. 31v e 32

³⁰⁵ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 23 – 1859 ¶ Fls. 49v e 50

³⁰⁶ Ibid, Livro 4 -1829-1833 ¶ FLS. 75v-76

³⁰⁷ Ibid, Livro 4 -1829-1833 ¶ Fls. 185v-186

Patriótica³⁰⁸. Assim, supõe-se que ele era maçônico, ficando, com isso, claro o erro de pensar a família Livramento como um bloco monolítico.

Sobre Joaquim Augusto do Livramento, sabe-se que, em 1865, “libertou” o escravo crioulo Laureano, com o pagamento feito a ele por José de Medeiros. A quantia era de um conto³⁰⁹. Nesse mesmo ano, assumiu como “2º Offício de Tabellião do Termo desta Capital”³¹⁰. Sobre as mulheres da família, apenas se verificou dois documentos em seus nomes: o primeiro é uma escritura de venda que “Francisca [...] do Livramento faz de metade de um engenho provavelmente de arroz a Dona J [...] Livramento Campos”³¹¹. O segundo é a venda feita pelos herdeiros da finada Dona Maria Luiza do Livramento de uma casa na rua Livramento³¹² que a pertencia, a Antonio Francisco Faria³¹³.

É interessante notar a escolha das profissões dos familiares. Certamente, era uma escolha pessoal possibilitada pelas circunstâncias, mas se pode inferir que, implicitamente, era também parte de uma estratégia familiar. Dos homens da terceira e quarta gerações, a maioria era militar, enquanto apenas dois destoam dessa profissão: um sacerdote e outro advogado. Quando se parte para a análise dos tipos de empreendimentos que a família executava para a sobrevivência de seus membros, percebe-se, entretanto, que a gama de possibilidades poderia ser bem variada. Tanto as profissões quanto os negócios da família, certamente, colocavam a família Livramento em posição privilegiada em relação à política catarinense. Isso os tornava ótimos aliados dos pretos quanto à questão das barracas e quitandas.

Um dos cargos mais ilustres da irmandade era o de “juiz (a) por devoção”. É difícil saber qual era a sua função. Aparentemente, o compromisso de 1842 não especificava suas atribuições. É possível, contudo, analisá-lo como sendo semelhante a um apadrinhamento, uma homenagem àqueles que contribuíam com a Irmandade, por outro lado, pode-se pensar em uma estratégia dos africanos. As referências a esse cargo aparecem sempre nos momentos em que se está tratando das eleições, provavelmente por ser o cargo eletivo. A Irmandade sobrevivia financeiramente com o pagamento de jóia de seus membros, mas também de

³⁰⁸ Pertencia à “Sociedade Patriótica” do Desterro (1831-1836).

³⁰⁹ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), ¶@ Fls. 29 e 29v 23/11/1865 (17/01/1866)

³¹⁰ Ibid, Livro 29 [nota de abertura]

³¹¹ Ibid, Livro 23 – 1859 ¶ Fls. 44 e 44v.

³¹² Interessante notar que em um mapa datado de 1816, encontra-se a Rua Livramento, que só foi mudado o nome com o advento da República. Sendo mais um indício do poder familiar. MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007, p. 51.

³¹³ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 30 – 1866-1867 ¶ Fls. 31-32.

doações. Possivelmente, as doações feitas poderiam fazer certas pessoas serem eleitas como juiz (a) por devoção, em detrimento de outras.

Não é possível saber qual era o critério e mecanismo para a eleição do juiz (a) por devoção. O que se percebe é que escolhiam sempre pessoas diferentes e influentes. Na maioria, eram militares, comerciantes, funcionários públicos, padres. No caso das mulheres, muitas eram escolhidas por serem esposas de pessoas influentes. É interessante notar que, em 1844, o capitão Domingos Luís do Livramento foi eleito juiz de devoção de Nossa Senhora do Rosário³¹⁴. Já, em 1854, o eleito foi o reverendo³¹⁵ Francisco Luis do Livramento³¹⁶. O coronel da Guarda Nacional Manoel Luís do Livramento, por sua vez, foi eleito em 1861.³¹⁷

Uma das poucas pessoas a ser escolhida mais de uma vez, no período estudado, foi o militar e futuro major Manuel Joaquim de Almeida Coelho Sobrinho (1846³¹⁸, 1848³¹⁹ e 1851³²⁰). Ele tinha o cargo na administração provincial de juiz de capelas e resíduos. Era o funcionário da administração pública responsável pelo bom andamento das igrejas, cultos e irmandades, ou seja, tinha influência direta sobre a administração da Irmandade. Foi também, diversas vezes, tesoureiro da Irmandade (1845, 1851, 1854) e, por muitas vezes, é encontrada sua assinatura nas Atas. A sua presença na irmandade pode ser averiguada entre os anos de 1841-1854. Seu nome é interessante por ter ele grande influência na Irmandade, e por ser também filiado ao Partido Conservador. Não se sabe qual a proveniência da sua família, mas sabe-se que era dona de diversos terrenos, indício verificado pela grande quantidade de terrenos vendidos por ele. Provavelmente, sua família estava estabelecida na Ilha, desde o século XVIII, fato que possibilitaria o acúmulo de terras, repassadas por herança.

Na documentação do cartório Kotzias, encontra-se, em 1847, uma venda fixa feita por ele de “suas praças e meia de terrenos a Domingos Velloso de Oliveira”³²¹. Entre 1849-1851, fez três vendas de terras, uma *de* “25 braças de terras no Saco dos Limões³²², e outra de vinte e [meia] braças de terras citas na Praia de Fora desta Cidade a Antonio de Freitas, e uma de quarenta braças de terras no Saco dos Limões a Manoel José Vieira”³²³. Entre 1866-1867,

³¹⁴ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de eleição** - 05 de Outubro de 1844. (Pg. 102-103)

³¹⁵ Ele tinha vinte e três anos quando rezou sua primeira missa em Desterro (1853). PIAZZA, Op Cit, 1994, p. 398.

³¹⁶ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 30 de Setembro de 1854. Pg. 160/161

³¹⁷ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 19 de Outubro de 1861. Pg. 193/194

³¹⁸ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa de eleição** - 19 de Janeiro de 1846. (Pg. 110-111)

³¹⁹ Ibid, Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 30 de Setembro de 1848. (Pg. 124)

³²⁰ Ibid, R. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 04 de Outubro de 1851. Pg. 193/194

³²¹ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888). Livro 11 – 1847-1849 ¶ Fls. 16 e 16v (08/05/1847).

³²² Ibid, Livro 12 – 1849-1851. ¶ Fls. 49v e 50.

³²³ Ibid, Livro 12 – 1849-1851 ¶ Fls. 57v e 58.

vendeu uma propriedade a Dona Thozamia Francisco da Gama³²⁴ e, comprou uma casa na rua da Paz, de Justina Leopoldina da Luz³²⁵. Entre 1868-1869, vendeu uma morada ao largo do quartel ao capitão José Augusto Cardozo da Gama³²⁶. E, por fim, em 1880, encontra-se um documento de uma venda de “uma morada de cazas de sobrado sita á rua do Menino Deos desta Cidade á João Gonsalves da Silva”.³²⁷

Outra pessoa que foi homenageada com o titulo de juiz (a) por devoção é o conservador João Francisco de Souza Coutinho³²⁸. Em 1829, encontra-se um documento de perfilhação³²⁹ que o reverendo Domingos Francisco faz de seus cinco filhos (as) que teve com Genovessa Maria. Os nomes de seus filhos eram: Rita Francisca de Sousa Coutinho, Clara Francisca de Souza Coutinho, Joanna Francisca de Souza Coutinho, João Francisco de Souza Coutinho³³⁰ e Joaquim Francisco de Souza Coutinho. É interessante notar que, apesar de João Francisco de Souza Coutinho³³¹ ser filiado ao partido conservador, ele pertenceu à Sociedade Patriótica entre os anos de 1831-1836, demonstrando, assim, que nem todos os filiados a essa associação eram vinculados ao Partido Liberal.

O nome do padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva aparece diversas vezes nas Atas da irmandade. Esse filho de comerciante português estudou no seminário São José, na Corte. Em 1843, abriu um colégio de ensino secundário em Desterro. Entre 1844 e 1849, foi vigário de São José e, entre 1851 e 1861 foi vigário de Desterro. Entre 1851 a 1869, o padre Paiva assume responsabilidade direta sobre a Irmandade, pois passou a ser vigário de Desterro até o ano de 1861, quando assume o cargo de arcepreste, entre período de 1861-69³³².

³²⁴ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888). Livro 30 – 1866-1867 ¶ Fls. 106-107.

³²⁵ Ibid, Livro 30 – 1866-1867 ¶ Fls. 114v-115v.

³²⁶ Ibid, Livro 31 – 1868-1869 ¶ Fls. 98-99.

³²⁷ Ibid, Livro 48 – 1880 ¶ Fls. 05v-06v

³²⁸ AINSR. Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição - 17 de Outubro de 1846**. Pg. 114.

³²⁹ Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888), Livro 4 – 1829-1833 - ¶ fls. 17v-18 07/07/1829

³³⁰ Casou-se com Rita Maria de Lacerda. Ibid, Livro 11 – 1847-1849 -¶ Fls. 36v e 37 05/12/1847.

³³¹ Ele era famoso por compor e tocar músicas sacras e profanas.

³³² Uma discussão mais apurada sobre o padre Paiva será feita no capítulo II.

CAPÍTULO II

AS CONTENDAS ENTRE *ESTABELECIDOS* E *OUTSIDERS* EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DO COLÉGIO LYCÊO, E SUA SUBSTITUIÇÃO PELO COLÉGIO SANTÍSSIMO SALVADOR.

No primeiro Capítulo, foi analisada a presença dos jesuítas espanhóis na Província de Santa Catarina, sua atuação nas missões populares, no colégio RR. PP. Jesuítas e na Irmandade do Rosário e São Benedito. Um dos objetivos foi compreender quais foram às relações sociais dos jesuítas espanhóis com: clero, políticos, e povo em geral. Relações que influenciaram na disputa entre partidos políticos, pelo modelo de instrução secundarista, que a Província deveria subsidiar.

O Partido Conservador era formado por *estabelecidos*, pessoas pertencentes à família de ricos comerciantes, em sua maioria, filiados a irmandades religiosas, presentes na Ilha de Santa Catarina. Esse grupo foi contra, a partir de 1847, a presença dos jesuítas espanhóis na Província. O foco dos ataques realizados pelos *estabelecidos*, a Companhia de Jesus, foi direcionado ao Colégio RR. PP. Jesuítas. O Partido Liberal pertencia ao grupo de *outsiders*, formado por políticos locais, pequenos comerciantes, militares, professores, funcionários públicos, dentre outras profissões. Muitos membros desse partido eram maçônicos, que freqüentavam, também, a Sociedade Patriótica. Esse grupo defendeu a permanência dos jesuítas espanhóis na Província.

Uma epidemia de malária assolou a Ilha de Santa Catarina em 1853, ocasionando a morte de vários padres e alunos, que freqüentavam o Colégio RR. PP. Jesuítas. As aulas no colégio não foram restituídas até 1855, quando, o colégio oficialmente foi fechado. Políticos locais tentaram fundar um novo colégio jesuíta, em seu lugar, mas não conseguiram êxito. Pela impossibilidade de estabelecer acordo com a Companhia de Jesus, o presidente de província, João José Coutinho, funda o Colégio Lycêo em 1857.

Os *estabelecidos* assumem uma posição política contra o Colégio Lycêo, por possuir no quadro de professores, diversos alemães, ditos “luteranos”. Esse embate com o colégio era, também, uma demonstração de descontentamento com a crescente imigração de luteranos e com o fato de alemães, recém imigrados, ocuparem cargos públicos. O grupo *outsider*, por outro lado, assumiu a defesa desse colégio e de uma crescente imigração alemã. Nesse

momento, outro grupo *outsider*, formado por *Achtundvierziger* (os de 1848), entrou na disputa política, em defesa do Colégio Lycêo, de uma crescente imigração alemã e por direitos civis iguais, entre brasileiros católicos e estrangeiros acatólicos naturalizados. Os dois grupos *outsiders* se unem politicamente, contra os *estabelecidos*.

O domínio político dos *estabelecidos* sobre a Assembléia Legislativa Provincial, todavia, ocasionou o fechamento do Colégio Lycêo (1857-1864). Em seu lugar foi aberto o Colégio Santíssimo Salvador (1865-1869), mantido pela Companhia de Jesus. Essa substituição de colégios não foi aleatória, mas sim, motivada por disputas políticas, religiosas, pedagógicas, filosóficas e identitárias, entre agrupamentos de *estabelecidos* e *outsiders*. Essas disputas são analisadas no presente capítulo, com o intuito de esclarecer as ações, os mecanismos e discursos, realizados por ambos os agrupamentos que, por fim, ocasionou o fechamento do Colégio Lycêo e a sua substituição pelo Santíssimo Salvador.

Para uma melhor compreensão dos contextos, que serão apresentados, é interessante compreender o bipartidarismo presente na Província. Os partidos, conservador e liberal, foram fundados entre os anos de 1846-1847. O Partido Conservador pertencia aos *estabelecidos*, enquanto, o Partido Liberal aos *outsiders*. O Partido Conservador, de 1847 até 1860, dominou a situação política na Província. Houve, entretanto, uma reformulação partidária, na Província, no ano de 1860. Com as eleições para a Assembléia Geral, realizadas em 1860, dois deputados poderiam ser eleitos pela Província, ao invés de um, como nos anos anteriores. Um acordo foi feito para serem levados a pleito um conservador e um liberal. Esse acordo criou dissidências dos dois lados, alguns liberais e conservadores não aceitaram, pois desejavam que seus partidos lançassem candidatura de dois políticos próprios, ocasionando, com isso, uma reformulação no bipartidarismo da Província.

Os partidos, conservador e liberal, foram substituídos por novos partidos. Os liberais exaltados, juntamente, com alguns conservadores saquaremas, fundaram o Partido Progressista³³³. Os políticos liberais moderados e conservadores compuseram, em contrapartida, o novo Partido Liberal. Após a eleição, não havia mais o Partido Conservador. Nessa reestruturação, os grupos *estabelecidos* e *outsiders*, misturaram-se um pouco. Segundo

³³³ A Liga Progressista surgiu na Corte em 1860, como conseqüência de divergências internas no Partido Conservador. Conservadores “moderados” e “puros” não entraram em consenso quanto a aprovação da Lei de 22 de agosto de 1860, por ela por limites ao crédito. A Lei consagrava o monopólio, por parte de um pequeno grupo de comerciantes, de atividades vitais da economia. Os conservadores moderados se aliaram aos liberais para concorrer a eleição para formar a 11ª Legislatura da Assembléia Legislativa Geral. ABREU, Eide S. A. **O Evangelho do Comércio Universal: o desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872)**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2004, p.1.

Cabral, “o povo apelidou os liberais moderados de Silveiristas e de Partido da Botica; aos progressistas, composição de antigos liberais exaltados e conservadores saquaremas, de Matraca”³³⁴. O padre Paiva (conservador) e Joaquim Augusto do Livramento (conservador) se filiaram ao reestruturado Partido Liberal, enquanto, Marcelino Antonio Dutra (liberais exaltados), Tomás Pedro de Bittencourt Cotrin³³⁵ (liberais exaltados) e José Joaquim Lopes, possivelmente conservador saquarema, para o Partido Progressista.

Diversos agrupamentos políticos são percebidos nas leituras de jornal de época, sempre com forte apelo personalista. Os conservadores, conservadores saquaremas e liberais moderados, não se diferenciam muito ideologicamente, na Província de Santa Catarina, em sua maioria apresentavam idéias de cunho escravista e católico. Diferentemente do pequeno grupo de liberais exaltados, que defendiam ideais liberais, em alguns casos beirando ao republicanismo. Esse grupo, no primeiro momento, pertencia ao Partido Liberal, entretanto, com a reformulação política de 1860, passam a se filiar ao Partido Progressista.

Houve uma reviravolta na política da Corte, em 1862, com a ascensão do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, mudando o domínio conservador da política nacional, que durava desde o Gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres (1852). O Partido Progressista catarinense, nesse momento, dissolve-se; muitos conservadores saquaremas, como o líder do antigo Partido Conservador, Jesuino Lamego da Costa (Barão de Laguna), saem do partido, enquanto, os liberais exaltados e alguns poucos conservadores saquaremas, mantêm-se progressistas. O partido que dominava a situação política na Corte, era, geralmente, o partido escolhido pelos *estabelecidos* catarinenses. Nesse momento, os *estabelecidos* se aglutinaram no Partido Liberal, enquanto, os *outsiders* no Partido Progressista.

A ruptura política, ocorrida em 1862, enfraqueceu o Partido Progressista³³⁶, possibilitando que o Partido Liberal se mantivesse à frente na política catarinense, até 1868.

³³⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987, p. 153.

³³⁵ Tomás Pedro de Bittencourt Cotrin. Era natural do Rio de Janeiro, foi deputado provincial em 1860-1861, 1864-1865, 1872-1873 e 1876-1877 e vice-presidente em 1874. Foi, também, deputado da Assembléia Geral 1876-1877. PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias** (1834-1994), 2ª ed., Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 227. A leitura das fontes possibilita afirmar que ele foi capitão-tenente do único navio de guerra estabelecido na Província, o Maracanã (1863-1865). Sabe-se também que assinava artigos com o pseudônimo anti-jesuíta, no jornal **Despertador**, de 1863-1865. Também é possível informar que, possuía muitos parentes no município de São José, sendo alguns coronéis da Guarda Nacional, que exerciam mandos e desmandos em prol da candidatura dele para deputado provincial. Esse apoio de parentes possibilitou que, por várias eleições, ele fosse o candidato mais votado de São José.

³³⁶ Alguns políticos conservadores permaneceram no Partido Progressista, como José Joaquim Lopes, pai de José Joaquim Lopes Junior, redator responsável pelo jornal **Despertador**.

Fez com que um grupo de menor representatividade política, formado por pessoas que se auto-intitulavam de “liberais exaltados”, publicassem suas idéias no jornal **Despertador**, enquanto, os *estabelecidos* passaram a publicar no jornal **Mercantil**.

No texto que segue, é feito um exame de contextos diversos, que permearam a existência do Colégio Lycêo e sua substituição pelo Santíssimo Salvador. O foco principal está nos conflitos entre agrupamentos de *estabelecidos* e *outsiders*, que divergiram em torno da existência do Colégio Lycêo. É importante ter claro que a disputa pelo domínio da instrução secundarista, era, também, uma contenda sobre o modelo de elite que se queria formar. Para fornecer dados que auxiliem na compreensão dos debates e ações políticas relativas à disputa pelo poder de estabelecer o modelo de instrução secundarista, que a Província deveria financiar, são analisados possíveis contextos que permearam a trajetória de vida dos professores alemães, que ministraram aulas no Colégio Lycêo.

2.1 UM PANORAMA SOBRE A VINDA DOS *ACHTUNDVIERZIGER* (OS DE 1848) E A SITUAÇÃO DE CIDADANIA NÃO PLENA NO QUAL ESTAVAM ACOMETIDOS.

No seguir do texto são analisados alguns contextos, que permearam a vida de muitos alemães, que emigraram para o Brasil. Pretende-se fornecer um panorama sobre a trajetória de vida de milhares de pessoas, que se estabeleceram na Província de Santa Catarina. São analisados, inicialmente, alguns fatores de expulsão, que influenciaram a decisão dessas pessoas em emigrar, na busca de uma vida que respondesse mais adequadamente as necessidades diárias e os anseios mais latentes. São analisados, também, os fatores de atração, para responder a pergunta: por que os alemães escolheram o Brasil, não o Canadá, os E.U.A, Chile, ou a Austrália?

Esses imigrantes chegaram ao Brasil, com diversos anseios, em muitos casos, barrados por uma legislação que não estava preparada para lidar com uma grande população de estrangeiros alfabetizados, com credo luterano. Os alemães reconhecidos como *Achtundvierziger* (os de 1848), organizaram-se etnicamente em prol da defesa do Colégio Lycêo e dos direitos dos acatólicos. Esse grupo de *outsiders* se filiará a outro grupo *outsider* organizado politicamente, reconhecido como dos liberais exaltados. Esses dois grupos vão exprimir suas opiniões em dois periódicos, no jornal *Colonie Zeitung*, publicado na Colônia Dona Francisca, e no **Despertador**, em Desterro, entre os anos de 1863-1865, artigos em prol do Colégio Lycêo e do direito dos acatólicos.

Como será visto a frente, os acatólicos tinham dificuldade de certificar o nascimento de seus filhos, comprovar o casamento, ou confirmar a morte de um ente. A vinculação do Estado com a Igreja Católica, presente na Constituição de 1822, fez com que a Igreja fosse percebida como parte do Estado. Os luteranos eram discriminados em relações a direitos civis, que eram certificados pela Igreja Católica Brasileira, instituição, que respondia tanto a Igreja Católica Romana, quanto a Corte brasileira. Na Província de Santa Catarina, os luteranos eram discriminados pelo governo da Província, quanto ao direito de cursar a instrução secundarista subsidiada pelo governo e de poder assumir cargos na administração pública.

A existência de “luteranos” no Colégio Lycêo foi combatida pelos *estabelecidos* de Desterro. Ao ponto, do colégio ser fechado e substituído por um colégio da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada no intuito de combater o protestantismo. Os liberais exaltados publicaram diversos textos, com ideais que beiravam o republicanismo no **Despertador**. No grupo *outsider*, dos *Achtundvierziger*, havia muitas pessoas que eram fugitivas da perseguição dos principados alemães, por defenderem ideais republicanos, tais como: a liberdade de culto, de consciência e a necessidade de representação civil de todas as classes, no governo. Esses dois grupos publicaram diversos discursos nos jornais e executaram ações políticas em defesa do colégio Lycêo, do direito dos acatólicos, e a favor de uma imigração alemã crescente.

O exame da situação socioeconômica e política da Alemanha possibilita inferir alguns possíveis contextos, que auxiliam na compreensão das vivências e anseios, que permearam a vinda de milhares de imigrantes alemães, para a Província de Santa Catarina. Para compreender a situação política da Alemanha, é preciso ter em foco os movimentos, que propiciaram sua unificação como nação-estado. Os estados alemães passaram por governos autocráticos, dinásticos e, por fim, chegando a nações-estados. O Sacro Império Romano-Alemão era formado por diversos Estados de língua germânica, organização política essa, desfeita por Napoleão Bonaparte, com a conquista francesa de boa parte da Alemanha, em 1806. Os franceses exerceram a dominação até 1815, quando foram expulsos. Nesse ano é criada a Confederação de Estados Alemães, fundada no intuito de garantir a segurança interna e externa e a inviolabilidade e independência de cada país. Era, também, uma tentativa de restauração da situação política anterior a 1792.

Os estados alemães se unem sem um governo central, ou representação popular, com apenas um órgão federal: a Assembléia Geral. O princípio monárquico, inicialmente, ficou intocável. Estavam divididos em países governados por monarquias absolutistas e

constitucionais, de uma maneira ou outra, quase não havia representação de classe³³⁷. A nobreza latifundiária detinha o poder político, enquanto, os burgueses mantinham o domínio sobre a economia, fato que influenciou medidas governamentais, em detrimento da classe média, dos proletários e camponeses. Essas classes subordinadas tinham voz nas lacunas de poder, o forte sistema de controle governamental não assumia todos os espaços, a disseminação de idéias era realizada, principalmente, nas esferas da filosofia, literatura e música.

Medidas autoritárias realizadas pelo governo empobreciam, ainda mais, a grande massa da população. Ideais liberais, somados a vontade de industrializar a Alemanha, forçaram um processo de industrialização que, juntamente, com crises agrárias, desemprego, fome, intrigas religiosas e movimentos revolucionários, fomentaram a emigração milhares de alemães, como válvula de escape para os problemas sociais vigentes. As três levas de imigrantes que vieram para Santa Catarina, entre 1828 e 1851, são decorrentes desse processo.

A primeira leva era composta, em sua maioria, por camponeses empobrecidos, despossuídos pelo fim iminente do sistema senhoril, que perdeu força para a capitalização das relações sociais no campo, por isso, emigraram para Santa Catarina, fundando a Colônia de São Pedro de Alcântara (1828). As outras duas levas diferem dessa, por serem formadas por camponeses, artesões e intelectuais, fugitivos das perseguições realizadas pelos governos e pela Igreja Luterana oficial. Neste período, muitos dos Estados Alemães estavam com uma considerável industrialização, capaz de trazer algum benefício à população. Em suma, a terra já era tomada como propriedade privada, o desmantelamento do sistema senhoril estava bem avançado, a proletarianização dos camponeses estava bem acentuada, as cidades estavam super populosas, as corporações de ofício tinham pouco poder político e o vínculo entre Igreja e Estado era fortemente contestado.

Em muitos estados alemães, devido a período de ótimas colheitas (1740 a 1770), desenvolvimento da medicina, diminuição da mortalidade infantil, melhoria nos serviços de assistência social, imunidade natural a epidemias, melhoria dos métodos agrícolas, mudanças políticas nos Estados Alemães, emancipação camponesa (fim das limitações matrimoniais)

³³⁷ ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira. WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 12

dentre outros fatores, possibilitaram a um grande excedente populacional³³⁸. A superpopulação apareceu como problema social, principalmente nas crises agrárias de 1816/17 e de 1845/47 e, conseqüentemente, propiciou a emigração para o Brasil.

Reformas no setor agrário, como a promulgação da livre compra de terras e mercadorias, liberou a propriedade como bem negociável. A classe camponesa, entretanto, ficou com poucas terras, todas as terras comunais haviam sido divididas e cercadas, em 1821³³⁹. A classe camponesa, que possuía 52% do patrimônio público, ficou apenas com 14% nesse período³⁴⁰, certamente, com as terras menos produtivas. As terras concentraram-se na mão de poucos, possibilitando mais a frente um grande aumento na produção agrícola. Este dueto, excedente de mão-de-obra e grande produção agrícola formaram a base, para a industrialização que tomou força na Alemanha, em meados do século XIX.

O sistema de servidão foi, pouco a pouco, desarticulado na Alemanha. Na Prússia, em 1799, foi abolida a servidão nas propriedades dos soberanos. Com o Editto de Outubro, em 1807, foi abolida a servidão nas propriedades dos nobres³⁴¹. Com o Editto de Regularização de 1811, as pessoas ficaram livres para escolher o seu ofício, sendo esse editto implementado em toda Prússia, somente em 1845³⁴². As corporações perdem, com isso, seu poder político, pois não tem mais o direito de autorizar, ou não, a formação de novas oficinas³⁴³. A livre concorrência é estimulada e o sistema senhoril desarticulado.

Além da superpopulação, da perda das terras comunais, das crises agrárias, outro fator de expulsão foi à questão tributária. Os impostos variavam muito de uma região a outra, visto não haver sistema tributário único. Karl August von Hardenberg (1750-1822)³⁴⁴ propôs uma reforma nos tributos, com o objetivo de padronizá-los em toda Prússia e, por fim, aos privilégios da nobreza. Desejava, também, que fossem válidos e homogêneos entre as cidades, províncias e o Estado.

Os impostos sobre consumo, até 1811, eram cobrados somente pelas cidades Karl Hardenberg, em 1811, propôs ampliar o imposto sobre o consumo e a limitação do mesmo a

³³⁸ ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira. WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 12.

³³⁹ Ibid, p. 8

³⁴⁰ Ibid, p. 9

³⁴¹ ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira. WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 8

³⁴² Ibid, p. 10

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ Não conseguiu unificar e padronizar o sistema tributário prussiano.

alguns produtos, entretanto, a grande quantidade de protestos, fez com que essas mudanças tributárias vigorassem somente após 1819. Muitos impostos foram substituídos pelo imposto profissional, válido a todos, tanto no campo como na cidade, sendo proporcional a grandeza do empreendimento³⁴⁵. Foi introduzido impostos sobre o rendimento, em 1812, sobre construções, sendo esse último estipulado pelas províncias. Mas, os conflitos gerados entre os nobres, grandes proprietários e alta burguesia com o Estado foram tantos, que o governo acaba cedendo e transformando o imposto sobre rendimento em imposto de classe. Agora os cidadãos seriam classificados e pagariam de acordo com a sua posição social.

Com a introdução do imposto sobre o consumo e o de classe, as camadas mais sociais mais baixas acabaram sendo altamente prejudicadas. Muitos camponeses abandonavam suas terras por não poder pagar os impostos, principalmente durante os anos solapados pelas grandes crises agrárias³⁴⁶.

As transformações no sistema senhoril, a capitalização da terra, a proletarização da grande massa, a superpopulação, o aumento da desigualdade entre as classes, as medidas jurídicas autoritárias liberais, dentre outros fatores de expulsão foram agenciadores da emigração de milhares de alemães. A Alemanha agrária do início do século XIX, torna-se uma potência industrial em um pouco mais de sessenta anos. Eric Hobsbawm chama este processo de aburguesamento e capitalização das relações sociais de “dupla revolução”³⁴⁷.

A tentativa da restauração do Antigo Regime³⁴⁸ em diversos Estados europeus, somados a transformação do sistema feudal, para o capitalista, dentre outros fatores, possibilitaram a ocorrência de diversas revoluções. Dois períodos foram mais conturbados, 1830 e 1848.

Uma série de revoluções abalou toda a Europa em 1830. Muitos grupos revoltosos defendiam ideais liberais de liberdade, igualdade e fraternidade disseminados pela Revolução Francesa, por isto eram desejosos de constituir uma grande República, que abarcasse toda a humanidade. A aristocracia era quem dominava politicamente a maioria dos Estados alemães, todavia, a burguesia estava descontente, pois apesar de todo seu poder econômico, era apartada do poder político. Os camponeses estavam sendo desapropriados de suas terras e

³⁴⁵ ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira. WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 13

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções - 1789-1848**. 6ª ed., São Paulo: Paz na Terra, 1988, p. 153.

³⁴⁸ O Antigo Regime se caracterizava politicamente por uma estrutura de governo centrada nas mãos do Rei, que detém os poderes executivo, legislativo e judiciário.

expulsos do campo pela capitalização da terra. Os proletários não tinham a salvaguarda das leis trabalhistas, recebiam o mínimo possível para a sobrevivência. A maioria dos ideais da Revolução Francesa, entretanto, não passaram do campo das idéias, para o social, como pretendido por alguns. O desejo do bem comum mundial passa a ser entendido como a busca do bem da nação, na qual se pertence. Houve uma desintegração dos movimentos revolucionários europeus em segmentos nacionais.

A década de 1840 foi um período de grande depressão econômica em todo o continente Europeu, os preços dos gêneros alimentícios aumentaram consideravelmente, as máquinas substituíam as pessoas nas indústrias, multiplicando o desemprego, as massas urbanas de trabalhadores pobres, eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. As revoluções de 1848 ocorreram em boa parte da Europa, entretanto, elas foram apaziguadas pelas forças conservadoras que defendiam um Estado monárquico absolutista e uma Igreja com poderes de Estado

As revoluções de 1848 se diferenciam das de 1830, principalmente pelo sentimento nacionalista, sobretudo, na Hungria, Polônia, Alemanha e Itália. Para Hobsbawm o nacionalismo era defendido, principalmente, pelas Universidades e pelos seus acadêmicos e, conseqüentemente, o número dessas instituições representaria o quão nacionalista era o país. Segundo ele “o progresso das escolas e das universidades dava a dimensão do nacionalismo. Na mesma medida em que as escolas e especialmente as universidades se tornavam seus defensores mais conscientes”³⁴⁹.

Hobsbawm estipula que o aumento de publicações em língua vernácula nesses países, seja indício da ocorrência do nacionalismo, assim, como a mudança do uso do latim ou grego para a língua nacional, em ocasiões oficiais. Quanto à produção literária, Hobsbawm afirma: “depois de 1830, o número de livros em Alemão publicados na Alemanha (em comparação aos títulos em latim e francês) ultrapassou pela primeira vez os 90%, sendo que o número de livros escritos em francês caiu de 1820 para menos de 4%”³⁵⁰.

Hobsbawm compreende as Revoluções de 1848, como marco do nacionalismo moderno, período caracterizado pelas grandes emigrações européias. Milhares de alemães emigraram por falta de representação política de classe, por estarem passando fome, devido a superpopulação e, por temerem perseguições políticas e religiosas feitas pelo governo, e pela Igreja luterana oficial. Os regimes políticos alemães, não estavam conseguindo gerir as crises

³⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções - 1789-1848**. 6ª Ed. São Paulo: Paz na Terra, 1988, p.154.

³⁵⁰ *Ibid*, p. 155

econômicas e, por isso, viam a emigração como uma válvula de escape. Os governantes brasileiros ávidos por povoar o País, branquear a população, e fomentar uma alternativa a mão-de-obra escrava, estabeleceram laços diplomáticos, com os quais propiciaram a imigração de milhares de alemães para povoar, servir de exército mercenário, ou trabalhar na grande lavoura no Brasil.

Mas, por que a escolha da própria população de imigrar para o Brasil? Por que não para os E.U.A, Canadá, Chile, Austrália ou Argentina? Um documento de época, talvez, possa elucidar. Friedrich von Weech (1784-?) publica, em 1828, seu “guia”, ou manual, com o objetivo de orientar emigrantes alemães. Era endereçada a possíveis agricultores que quisessem plantar no Brasil. É difícil quantificar o impacto desta publicação sobre a população alemã, mas, será interessante compreender o discurso de um militar agrônomo alemão e o possível imaginário sobre o Brasil, que ele disseminou nos Estados Alemães, para, com isso, compreender quais eram os possíveis anseios que essas pessoas desejavam suprir, com a mudança para a província catarinense.

O cônsul geral do Império Russo, barão Von Langsdorff, em 1822, importa agricultores europeus para trabalhar na Fazenda Mandioca. Weech chega ao Rio de Janeiro em 1824, para trabalhar nessa fazenda, que por uma série de razões malogrou e, é abandonada pelo cônsul. Weech parte para Buenos Aires, em 1825, atrás de melhores condições, mas, já em 1826, estava de volta ao Rio de Janeiro, onde arrendou uma fazenda de um português. Começou a cultivar suas terras e produzir leite com dez vacas, com intuito de vender na Capital do Império. Retornou a Alemanha em 1828, seu empreendimento não logrou êxito, segundo ele, devido às péssimas estradas, as dificuldades no transporte do leite, aos problemas encontrados com indisciplina dos escravos e, mesmo, por estar em estado precário de saúde³⁵¹.

O trabalho na fazenda do barão, a viagem para Buenos Aires, e a experiência como proprietário de uma fazenda, que produzia além de leite e seus derivados, outros víveres, capacitou Weech com informações que foram sintetizadas em sua obra. A intenção do texto era ajudar os imigrantes europeus, em especial germânicos, que desejassem vir ao Brasil, as informações são direcionadas principalmente aos agricultores.

Weech publicou as obras *A situação do Brasil e o seu sistema colonial (1827)*, *Viagem ao Brasil aos Estados Unidos do Rio da Prata via Inglaterra e Portugal durante os anos de 1823 e 1827*. A primeira obra é um manual de como um agricultor alemão pode adquirir terras

³⁵¹ HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural e Joinville, 1998, p. 14 – 15.

e prosperar no Brasil, sobre a segunda, sabe-se que foi publicada em três volumes, sendo um relato de viagem produzido no intuito de “levar seus compatriotas a conhecer melhor algumas regiões da América do Sul cujos governantes começavam a incentivar a imigração européia”³⁵². O primeiro livro citado é interessante para a pesquisa, por possibilitar compreender alguns anseios que os alemães procuraram satisfazer imigrando para o Brasil.

Na introdução de seu manual faz uma crítica ao que chama de “obras clássicas”, feita por estudiosos e homens ricos sobre o Brasil, afirmando que elas induzem mais ao erro, do que informam aos que querem estabelecer moradia. Percebe-se como o mais apto para tal feito, por ter tido “uma permanência seguida de ocupação ligada ao cultivo de vários produtos”³⁵³, ou seja, esse manual era destinado a possíveis agricultores que desejassem emigrar. Promete, por fim, não trazer informações “além das que forem necessárias para que ele [o imigrante] ganhe a vida nos diversos tipos de trabalho da vida civil”³⁵⁴. Deixando claro o motivo para a escrita de sua obra: “escrevi este livro movido pelo desejo de ser útil aos meus conterrâneos dispostos a emigrar e de dar-lhes meios para seu desenvolvimento em terra estranha, e não para multiplicar a numerosa quantidade de descrições sobre o Brasil”³⁵⁵.

Inicia seu manual com o capítulo: *as vantagens do Brasil para o emigrante*. Para Weech, a superpopulação na Europa era inevitável e como solução, defende a emigração, para aliviar a fome que assolava os menos abastados. Já no início, deixa clara a abundância alimentar presente no Brasil: “todas as frutas com que a natureza presenteou a espécie humana podem ser aqui aclimatados”³⁵⁶. Mas, também, dá muita ênfase ao País, como sendo um lugar onde “todo habitante do Brasil desfruta plenamente de **liberdade de opinião** e de comportar-se segundo a **própria consciência**. Uma justiça caridosa e forte protege-o, desde que ele não se aventure a desrespeitar a lei”³⁵⁷.

Liberdade de opinião, justiça forte e caridosa, direito desejado por todo oprimido. Na revolução de 1848, os governos autocráticos censuraram meios políticos de contestação pública como imprensa, literatura e arte. Meios utilizados pela classe média, desprovida de poder político, para exacerbar suas contestações aos governantes alemães. Weech, percebe que todo aquele que for coagido, ou mesmo caçado por motivos políticos, tem uma boa opção emigrar para o Brasil. Em suma, quem for

³⁵² HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural e Joinville, 1998, p. 16

³⁵³ WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 22.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ Ibid.

³⁵⁶ Ibid, p. 25.

³⁵⁷ Ibid, p. 26. (Grifos meus)

[...] perseguido devido a **idéias políticas**, quem possuir muito pouco recurso para sustentar a si e à família, aquele a quem infelicidade, impostos elevados e credores rigorosos obrigam a abandonar o lar onde viveu, o pai, o avô pobre mas feliz, aquele que foi brindado com a força dos braços, este muda-se para o Brasil e lá respira o ar fresco do céu, livre como ele próprio [grifo meu].³⁵⁸

Ele direciona o discurso ao público ideal para seu projeto: camponeses, pessoas que desejam a liberdade de opinião, indivíduos que não queiram emigrar e violar a lei em outro Estado, artesãos que desejem fugir da opressão das corporações de ofício. A liberdade de opinião e de consciência era atrativo para os fugitivos políticos da Revolução de 1848, visto, provavelmente, não quererem ser perseguidos em suas novas pátrias.

Os camponeses deveriam ter a certeza, segundo Weech, que no Brasil “nenhum déspota virá exigir sua parte da colheita, ninguém devorará, nem a ele nem a sua bem-aventurança”³⁵⁹. Os artesãos não deveriam temer as corporações de ofício, essas associações que limitavam o acesso ao campo de trabalho, que taxam a produção e limitavam a liberdade de ir e vir dos trabalhadores. Weech, por isto, afirma que no Brasil, os artesãos poderiam mudar de domicílio quando convier, “não precisam temer nenhuma pressão de corporação ou de grêmio e nenhuma taxa pesada”³⁶⁰. Mas, talvez, o maior motivo da emigração alemã tenha sido a falta de oportunidade para as pessoas se sustentarem, Weech afirma sobre a possibilidade dos despossuídos de sustentarem sua família no Brasil: “onde se verificam tantas vantagens, pode-se bem arriscar a afirmação de que, mesmo pessoas de poucos meios que entre outras coisas desejassem trabalhar e viver em parcimônia, estariam em condições de sobreviver”³⁶¹.

Weech argumenta em vários momentos, que no Brasil, não há lugar para preguiçosos, porque é preciso trabalhar com mais afinco e, também, que não há lugar para os que queiram adquirir riqueza rapidamente, mas sim, que é preciso trabalhar duro, mais ainda do que na Europa. Para os letrados, ele percebe que “talvez só os médicos possam ser incentivados a vir para o Brasil”³⁶², para trabalhar principalmente no interior, em cidades e vilas pequenas. Já os comerciantes, que tenham bons relacionamentos na Europa e que queiram trabalhar no varejo, conseguindo se familiarizar com o país, tem chance de sucesso. “Para os artesãos não há, no

³⁵⁸ WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 27.

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Ibid, p. 26

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid, p.63

momento, nenhuma perspectiva favorável”³⁶³, a não ser que sejam fabricantes de instrumentos ou carpinteiros hábeis, “principalmente agora quando se começa a compreender a importância das máquinas que economizam o trabalho do homem”³⁶⁴. Para os militares a imigração não era a melhor saída, pois a promessa de altos postos no exército brasileiro feitas pelo “mercador de almas ou recrutador privilegiado”³⁶⁵ não é cumprida, o salário é péssimo, e a promoção não é feita nem por tempo de serviço ou mérito, é sim arbitrária. Os que desejassem, por fim, viver como colonos, deveriam saber que a vida é árdua e monótona, “uma constante luta de privações todo tipo.”³⁶⁶

O europeu, contudo, que chega ao Brasil com uma visão muitas vezes equivocada, precisa de grande força interior para, vivendo numa floresta virgem, não se tornar em pouco tempo misantropo ou hipocondríaco. Aquele que na Europa tiver vivido apenas no campo se adaptará melhor a esse tipo de vida³⁶⁷.

Weech vai ao encontro à política imigratória brasileira, quando acentua que o Brasil era um bom lugar de imigrar para aqueles que desejassem trabalhar duro em funções manuais, principalmente, ligadas a terra. Ele fornece alguns indícios que contribuem para uma compreensão dos anseios dos imigrantes que, em muitos casos, viraram frustrações, quando, negados por uma legislação sem subsídios para lidar com uma grande população branca de acatólicos, capaz de se organizar etnicamente e lutar pelos seus direitos.

Um dos imigrantes, mais importantes para a análise que esta sendo realizada é Fritz Müller. Ele foi um dos descontentes fugitivo das perseguições realizadas pelos governos alemães, aos revoltosos de 1848, foi, também, professor do Colégio Lycêo, além de ser, uma das pessoas que possibilitou a organização de imigrantes alemães reconhecidos como *Achtundvierziger* (os de 1848).

2.2 O NATURALISTA E PROFESSOR FRITZ MULLER.

Fritz Müller é reconhecido mundialmente pelos seus trabalhos sobre evolução biológica. Nessa dissertação sua importância está no fato de ele ser um dos professores

³⁶³ WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.66

³⁶⁴ Ibid

³⁶⁵ Ibid

³⁶⁶ Ibid, p.110

³⁶⁷ Ibid, p.110.

“luteranos” do colégio Lycêo. Ele emigrou da Alemanha para fugir da crise econômica e da perseguição dos governos dos Estados alemães, contra os revoltosos, que participaram da mal sucedida Revolução de 1848. Fritz Müller imigrou para a colônia Blumenau, dois anos depois foi enviado por Hermann Blumenau para Desterro, para trabalhar no Colégio Lycêo, juntamente com outros imigrados alemães, como Ricardo Becker, Karl Parucher, e Bukart. Nos anos seguintes, sofreu perseguições políticas realizada pelo grupo estabelecido, que dominava a política da Província de Santa Catarina. O texto a seguir versa sobre o naturalista e professor do Colégio Lycêo Fritz Müller, pretende-se fornecer informações capazes de possibilitar a compreensão da posição sociopolítica e religiosa de Fritz Müller.

Sabe-se que Johann Friedrich Theodor Müller nasceu em Erfurt, na Prússia, no ano de 1822. Foi aprendiz de boticário de seus treze anos até o fim do colegial, depois, foi para Naumburg, trabalhar numa botica, em 1840. Fritz Müller, desde 1841, passou a estudar matemática e história natural, no curso de filosofia, que realizou na Universidade de Berlin, formando-se no final de 1844³⁶⁸. Volta a sua cidade natal, no ano de 1845, como professor ginásial, ensinando álgebra e história natural. Friese cita que em 1845, Fritz Müller inicia o estudo de medicina em Greifswald, não se formando devido ao seu ateísmo. Ele não quis fazer o juramento, pois, nele constava o jurar a Deus, como parte do ritual, por isso, pediu para fazer o juramento judaico, pois, nesse não havia o jurar a Deus, para receber o diploma, recebendo uma resposta negativa³⁶⁹.

Fritz Müller, apesar de ser filho de pastor protestante, era ateu. Suas divergências quanto à religião, e a sua apologia a ciência se iniciou na Alemanha. Essa divergência foi colocada em xeque no Brasil, nos documentos oficiais e nos jornais, ele é descrito sempre como luterano, entretanto, provavelmente, foi uma opção não assumir publicamente seu ateísmo. Ser imigrante e luterano, em um país que o governo mantinha a religião oficial católica, era uma situação desagradável, principalmente, quanto aos direitos civis e, discriminação advinda da população aversa a acatólicos. Ser imigrante e ateu poderia ser bem pior, pois o ateísmo poderia ser entendido como caso de polícia, visto poder ser percebido como uma afronta ao Estado, que era, intimamente, ligado a Igreja.

³⁶⁸ O estudo de filosofia abrangia matemática e história natural.

³⁶⁹ FRIESE, Gerhard K. Fritz Müller em sua contemporaneidade. ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p.95. Haeckel teve uma percepção diferente sobre esse caso, afirma que Fritz Müller não quis fazer o juramento, que possibilitava assumir como professor ginásial na Prússia, o juramento mencionava a frase: “que assim Deus me ajude através de Jesus Cristo, etc.” Fritz Müller, aparentemente, teve seu desejo frustrado de estudar Medicina em Greifswald, devido a impossibilidade de assumir como funcionário público. HAECKEL, Ernst. Fritz Müller – Desterro: Necrológio de Ernst Haeckel. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau. Tomo XXI, 1980 nº 1, p.4. É possível que as duas situações tenham ocorrido.

O ateísmo dele pode ser representado por três documentos que demonstram seu espírito de irreligião. O primeiro é uma carta datada de 1855, na qual Herman Blumenau escreve para o tio dos irmãos Müller, falando dos seus sobrinhos (Hermann e Fritz), deixando claro o motivo que o levou a recomendar Fritz Müller, ao presidente de província João José Coutinho, para assumir o cargo de professor no Colégio Lycêo.

Seus sobrinhos trabalham com afinco e demonstram estar satisfeitos (...) porém, com a **orientação religiosa** [grifo do autor] dos dois, eu com certeza não posso estar satisfeito, especialmente com o doutor. A influência dele sobre o resto do pessoal é, de maneira alguma, agradável ³⁷⁰.

Herman Blumenau, no seguir da carta afirma ainda “a influência ao direcionamento religioso [...] de Müller é maléfica aos colonos, pois muitos são dependentes da religião [...] como sua única bengala e ponto de apoio”³⁷¹. Zilig retirou do livro publicado no ano de 1928, escrito pelo pastor Gustav Stutzer, intitulado *In Deutschland und Brasilien: Lebenserinnerungen von Gustav Stutzer*, outro depoimento do ateísmo de Fritz Müller, esse ocorrido em Blumenau, provavelmente, tempos depois de sua estada em Desterro. Gustav Stutzer sucumbe à curiosidade em conhecer o homem que trocava cartas com Darwin, sendo recebido com o seguinte diálogo:

O senhor não temeu vir a mim? [Fritz Müller]
 Por que temer? Respondi. Eu não temo diante de pessoa alguma. [Gustav Stutzer]
 Assim? O Sr. Teria feito melhor tivesse temido o Dr. Blumenau e ficado na Alemanha. Eu sei que o Sr. é um ortodoxo, e eu odeio ortodoxos! [Fritz Müller] ³⁷².

O último documento é um ensaio assinado por Fritz Müller, uma defesa da ciência sobre a religião, um desabafo na crença do fim da religiosidade, por uma verdade única advinda da ciência. Segue parte:

Bom senso e ciência será a solução para todas as dúvidas religiosas. Não procure nas sonhadoras e ocas frases religiosas o significado destas palavras, mas sim olhe para a natureza, observe-a, pois nela encontrará o elemento para o enriquecimento do último e o contínuo uso do primeiro ³⁷³

³⁷⁰ ZILIG, Cezar. Fritz Müller e a fé. ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p. 160.

³⁷¹ Ibid.

³⁷² Ibid, p. 161.

³⁷³ Ibid, p. 166.

Friese afirma que Fritz Müller teve leituras dos escritores: “Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach, Karl Marx, Roberto Eduard Prutz, David Friedrich Strauss e Max Stirner”³⁷⁴ na faculdade de medicina. Além disto, era filiado por carta à comunidade de livres pensadores formada e comandada por Gustav Adolf Wislicenus (1803-1875) em Halle, grupo que era contra a tutela espiritual feita pela oficial Igreja Protestante, e também de sua vinculação ao Estado Absolutista. Além de ser, membro de um clube democrático, que sofreu perseguições governamentais, assim como, as comunidades livres.³⁷⁵ Com a frustração, advinda, da mal sucedida Revolução de 1848 ou, talvez, por possíveis prisões aos revoltosos, Fritz Müller muda-se para Pomerânia Ocidental, para trabalhar em uma fazenda, de 1849 a 1852, como professor particular, emigra para o Brasil, em 1852, juntamente com uma leva de descontentes.

Fritz Müller é um exemplo dos alemães da terceira leva migratória, no qual havia muitos imigrantes reconhecidos como *Achtundvierziger*. Essas pessoas eram em sua maioria descontentes com os estados monárquicos, pelo seu autoritarismo, pela pouca representação civil, e pela vinculação entre Estado e Igreja Luterana oficial. No Brasil, os *Achtundvierziger* encontraram situação semelhante, o Estado era centralizador, autoritário e havia uma religião oficial: a católica, além de haver perseguições políticas aos imigrantes, que não professassem o catolicismo. No texto a seguir, é tratada a questão relacionada ao Colégio Lycêo.

2.3. OS CONFLITOS RELACIONADOS À SUBSTITUIÇÃO DO COLÉGIO LYCÊO (1857-1864) PELO SANTÍSSIMO SALVADOR (1865-1869).

Duas leis regulavam a fundação de colégios secundaristas na Província. Uma de 1848, redigida pelo padre, professor e deputado Paiva. A Lei nº 417 foi fruto do desejo do padre Paiva de por fim, ao colégio dos jesuítas espanhóis. Com a execução dela, ele almejava a substituição do Colégio RR. PP. Jesuítas, por uma instituição com as cores nacionais. A lei era claramente uma afronta aos jesuítas, por ser redigida com o intuito de substituir o Colégio RR. PP. Jesuítas, por um colégio com professores brasileiros. Essa Lei, entretanto, entrou em vigor somente em 1856, momento, que não havia mais jesuítas na Província.

³⁷⁴ FRIESE, Gerhard K. Fritz Müller em sua contemporaneidade. ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p.95.

³⁷⁵ Ibid.

Os jesuítas espanhóis sobreviventes da epidemia de malária (1853) foram embora da Província (maio de 1855). O legislativo catarinense, percebendo a impossibilidade de restabelecer o colégio jesuíta, autoriza o executivo a dispensar a quantia necessária para a compra da chácara pertencente à Companhia de Jesus (chácara Mato Grosso)³⁷⁶, caso fosse colocada a venda. Ela foi comprada, no outro ano, pelo governo para que nela fosse instalada uma enfermaria de campanha, devido ao grande número de epidemias. A intenção era, posteriormente, criar um estabelecimento de instrução primária e secundária no local³⁷⁷.

O presidente da província João José Coutinho, criou como parte da execução dessa Lei, as cadeiras de instrução secundarista: Francês, Inglês, Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, História e Geografia e Matemática Elementares³⁷⁸. Na Lei consta que deveriam essas disciplinas ser providas no primeiro ano e postas em concurso no segundo.

Outra Lei, que legislava sobre a instrução secundarista era a nº 419 (09.05.1856), essa determinava que o Presidente da Província possuía tempo determinado, para contratar os serviços de uma ordem religiosa para criar um novo colégio. Em complemento a esse ato legislativo, foi redigida a Lei nº 436, essa retirou a limitação de tempo da lei 419³⁷⁹. É provável que a Lei nº 419, possibilitou a fundação do Colégio RR. PP. Lazaristas (1857-1864)³⁸⁰ e o colégio das irmãs da caridade (1857-1864), que foram fundados no Hospital da Caridade, no mesmo período de existência do Colégio Lycêo. Essa Lei e seu complemento foram acionadas em 1864, com a substituição do Colégio Lycêo, pelo colégio dos jesuítas italianos, o Santíssimo Salvador (1865-1869)³⁸¹.

O Colégio Lycêo foi fundado em 1856, no mesmo ano, o padre Paiva requereu ao Presidente de Província a cadeira de Latim, que seria ministrada no colégio³⁸². Foi contratado o alemão Ricardo Becker, entretanto, em seu lugar. Ao invés, de contratar um brasileiro, foi contratado um estrangeiro naturalizado acatólico, fato que propiciou discussões sobre a legalidade desse ato. A Lei nº 417 possibilitou a fundação do Colégio Lycêo, nela consta à necessidade de que os professores fossem de “cores nacionais”. Com a negação do pedido, foram publicados vários artigos no jornal **Argos** (Partido Conservador).

³⁷⁶ Atual praça do bombeiro.

³⁷⁷ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundaria em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p.36.

³⁷⁸ LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p. 20.

³⁷⁹ SCHARDONG, op cit, p. 38-9.

³⁸⁰ RR. PP. Lazaristas significa Reverendíssimos Padres Lazaristas. Essa designação era usada nos documentos de época, por isso será mantida no texto.

³⁸¹ Ibid, p. 39.

³⁸² O padre Paiva matinha um curso particular de latim no período.

O Reverendo Vigário da Matriz desta Capital requereu, á poucos dias o provimento interino da cadeira de Latim; S.Ex. houve por bem indefferir a sua justa pretensão em observância (disse S.Ex.) da Lei novíssima! (Lei nº417). E então!... Que argumentos se produzirão que possam destruir estes factos?! Nenhuns por certo. Só por nimio capricho poderia um Presidente de Província proceder de tal maneira³⁸³.

O jornal **Cruzeiro do Sul** (Partido Liberal), ao fazer uma crítica ao editor do jornal **Argos**, José Joaquim Lopes, defende o ato do presidente da província João José Coutinho de fundar o Colégio Lycêo, com professores alemães. O escritor do artigo do **Cruzeiro do Sul** enumera possíveis críticas feitas ao presidente, pelos conservadores, decorrentes da não contratação do padre Paiva:

[..] esta transcrição do collega é mais uma flagrante contradição da desarmonia de idéias em que elle se debate. [...] disparando toda a sua artilharia de insultos e invectivas contra o Exmo. Presidente da Província, porque não houve missa, porque não se confessava, porque nomeara protestantes para duas cadeiras no Lycêo³⁸⁴.

O padre Paiva, descontente, transferiu-se para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde a pedido da Assembléa Legislativa, assume o cargo de diretor do Lycêo D. Affonso na cidade de Porto Alegre³⁸⁵. Ludwig cita o jornal **Argos** que afirma: “este distinto catharinense que não pode aqui obter uma cadeira de Latim, e a quem foi preferido um collono alemão, occupa hoje na província do Rio Grande uma das primeiras posições litterárias”³⁸⁶.

Com a fundação do Colégio Lycêo, duas aulas particulares, tornaram-se públicas com a contratação e efetivação de dois professores, pelo governo da Província. O professor estadunidense Guilherme Willigton (1856-1860)³⁸⁷, passou a ministrar aulas públicas de inglês (17 alunos), enquanto, Landry Saut (1856) assume a cadeira pública de francês (39 alunos) até meados do ano, quando pede demissão por não ter o salário pretendido³⁸⁸.

³⁸³ Publicado no Jornal **Argos** nº54, de 08 de julho de 1856 apud LUDWIG op cit, p.50.

³⁸⁴ Jornal **Cruzeiro do Sul** nº54, de 19 de setembro de 1858 apud LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p.50.

³⁸⁵ Ibid, p. 44

³⁸⁶ Jornal **Argos** nº 218, de 01 de dezembro de 1857 apud Ibid.

³⁸⁷ As três datas entre parênteses são referentes ao provável período, que cada professor ministrou aulas no Colégio Lycêo.

³⁸⁸ **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857.** Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 9. ” <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/944/000009.html>> acesso em 07 abr.2008

Outros professores foram contratados em 1857, o colégio tinha em seu quadro quatro professores. A cadeira de francês foi assumida pelo médico Hermógenes de Souza Mirando Souto, a de matemática (em 1857-1867) e de ciências naturais (em 1859-1860) pelo naturalista alemão Fritz Müller, o alemão e jurista Dr. Ricardo Becker (1857-1862) era o professor de latim, enquanto Guilherme Willigton mantinha seu cargo (1856-1860). Profissionais autônomos assumem as aulas do Colégio Lycêo, tornando-o a primeira instituição de instrução não vinculada à Igreja Católica na Província e, com professores alemães. Fato que não passou despercebido, mesmo antes de abrir oficialmente suas portas (1857), o Colégio Lycêo sofrerá críticas por possuir professores alemães.

Consta-nos que no dia 2 do mez de Fevereiro próximo vindouro será aberto o Liceo dos Alemães. O Sr, Dr. em medicina Hermógenes de Miranda Ferreiro Souto, lente da cadeira de francez está incumbido de recitar o discurso Análogo a esse acto, e quando por algum incidente que o prive de fazel-o (dizem, porém custa-me crer) será desempenhado por um estrangeiro no idioma alemão! É tempo de virem chegando os alemães das colônias para se matricularem³⁸⁹.

O médico europeu Robert Avé-Lallemant visitou Desterro por três vezes na década de 1850, em seu relato publicado em 1858, diz ter conhecido pouca gente em Desterro, mas que foi bem recebido pelo presidente da província João José Coutinho e que teve contato com “funcionários mui atenciosos”:

Alguns alemães intruidos, professores do Liceu de Desterro, formavam um grupo humano e agradável. O diretor é um senhor Becker; um dos professores é um senhor Burkart, e ambos juntos com um Dr. Müller, eram três naturezas alemãs puras e francas, homens bem instruídos, em cujo convívio me sentia bem.³⁹⁰

Foi aberto, em 1858, um concurso para o ingresso de professores no Colégio Lycêo, com a intencionalidade de efetivar os professores que ministravam aulas desde meados de 1857 e contratar outros. A Resolução de 1º de Julho de 1854 designava que o candidato a professor deveria ter mais vinte e um anos, ser brasileiro, portador de bons costumes, gozar de boa saúde e professar a religião do Estado³⁹¹. Além da efetivação dos professores “antigos”, o concurso, aparentemente, efetivou João José das Rosas Ribeiro d’Almeida na cadeira de francês, que dr. Hermógenes de M. F. Souto deixou vaga para trabalhar no Corpo de Saúde da

³⁸⁹ Jornal **Argos** nº 109, de 23 de janeiro de 1857 *apud* LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p. 52.

³⁹⁰ AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, p. 24.

³⁹¹ FLORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: Edeme. 1975, p. 45. Esta resolução vigorou até 1867.

Armada Nacional. Francisco Manoel Raposo d'Almeida, inicialmente, assume o cargo de professor de História e Geografia, contudo foi realocado para a cadeira de Filosofia. O padre Sebastião Antonio Martins (1858-1860, 1861-1862) assume a cadeira de Retórica e Poética, enquanto, o alemão Karl Julius Rodolpho Parucher (1858-1860) assume a cadeira de História e Geografia³⁹².

Fritz Müller e Ricardo Becker, certamente, oficializaram-se como funcionários da Província, com a naturalização e concurso realizado em 1858, tornando-se professores vitalícios. Diante das exigências de ser brasileiro e professar a religião do Estado é importante ressaltar que Fritz Müller é sabidamente ateu e que os outros professores alemães: Ricardo Becker, o senhor Burkart e Karl Julius Parucher são possíveis luteranos. Os professores “luteranos” ocupavam cargos públicos e ministravam aulas para a elite católica, ocasionando uma reação do Partido Conservador contra o colégio, encabeçada pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva³⁹³ e por Joaquim Augusto do Livramento.

O fato dos alemães não professarem a fé católica, foi a base das críticas ao colégio feita pelos *estabelecidos*. Entende-se na leitura das críticas realizadas nos jornais, que havia um discurso recorrente utilizado pelos *estabelecidos*, no qual havia a afirmação de que os acatólicos são incapazes de estabelecer um colégio duradouro, por não acreditarem nos pressupostos católicos. Como demonstra o texto publicado no jornal **Argos**, que segue abaixo

O Chamado Licêo.

Consta que lá no muzeo, digo licêo, já há o que quer que seja de desordem entre os lentes e os discípulos! Eu bem digo, quando a cabeça não governa o corpo perde o equilíbrio e prosta-se. Tal será o fim do nascente estabelecimento! Uma vez que elle foi estabellecido sem ser sobre as sólidas **bases da moral**, não pode persistir senão sobre por pouco tempo: é uma somma que a Província despende sem proveito real. O Almocreve [grifo meu]³⁹⁴.

A declaração de que faltam “sólidas bases da moral” para os luteranos é uma maneira de estigmatizá-los. Havia uma visão disseminada nos jornais de oposição ao colégio, de que a crescente imigração luterana, ocasionaria algo semelhante a uma dissolução social, uma anomalia, devido a introdução de uma “nova” religião concorrente ao catolicismo.

³⁹² LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p. 47.

³⁹³ O padre Paiva passa para o cargo eclesiástico de arcebispo em 1861, por isso, inicialmente será referenciado como padre e com o passar cronológico do texto, como arcebispo. Arcebispo é um representante do bispo, com jurisdição sobre determinado número de freguesias eclesiásticas

³⁹⁴ Jornal O **Argos** nº 109, de 23 de janeiro de 1857 apud Ibid, p 46. Almocreve é o “homem que aluga e conduz bestas de carga; arrieiro.” <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>> acesso em 19 jan.2008.

O médico alemão Avé-Lallemant relatou sobre a questão dos “luteranos” no Lycêo, que “exatamente durante os dias da minha estada em Desterro [1858] à imprensa local lhes amarguravam a vida”.³⁹⁵ O motivo apontado por ele para tamanhas críticas é que

[..] aqueles senhores são protestantes e julga-se que isto é perigoso para a juventude. Por Deus, que acabem com esta contenda! Primeiro, não nos querem deixar o Evangelho e depois não querem aceitar o nosso saber! Entretanto, podemos ficar tranqüilos, pois, francamente, não creio que os três jornais de Desterro, o “Argos”, o “S. Elmo” e o “Cruzeiro”, por mais importantes que o sejam, possam deter o progresso do nosso século³⁹⁶.

Os imigrantes ocasionaram uma situação *sui generis* na Província. Como lidar com homens livres, pobres, estrangeiros, luteranos, com capacidade de ocupar espaço na administração pública e estrutura social. Os cargos públicos eram muito disputados pela elite, a contratação de professores naturalizados brasileiros, pejorativamente chamados de luteranos, em detrimento aos descendentes portugueses *estabelecidos*, colocou em alerta a elite detentora de poder sociopolítico.

Fontes enfatiza um episódio de disputa entre a instrução católica e a luterana, transcrevendo parte de um artigo presente no jornal **Argos**. A questão era sobre quem foi o melhor professor de Lacerda Coutinho. Ele estudou no Colégio Lycêo, a partir de 16 anos (1857) participando de um “simulacro de exame”³⁹⁷. Recebeu, anteriormente, aulas com os padres jesuítas e aulas particulares de latim, com o padre Sebastião Antônio Martins. Segue abaixo a resposta dada por Lacerda Coutinho, ao jornal **Argos**, sobre a sua instrução de latim, em carta datada de cinco de dezembro do referido ano:

Conquanto, - diz ele [Lacerda Coutinho] ao redator do Argos muito devo da minha instrução aos mesmos reverendos padres, todavia muito também devo ao Sr. Ricardo Becker, digno diretor e professor de latim do mesmo Liceu, cuja aula tenho freqüentado o corrente ano, onde não só traduzi Horácio, isto é, grande parte de suas Odes e a Carta aos Pisões, como, pela primeira vez Tácito, ambos autores dos mais difíceis; assim como de sua ilustração e capacidade tenho recebido as melhores noções de metrificacão latina, que em nenhuma outra aula antes aprendera³⁹⁸

³⁹⁵ AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, p. 24.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ FONTES, Henrique. **Lacerda Coutinho**, Florianópolis: ed. Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1943, p. 22.

³⁹⁸ Ibid, p. 25-6.

A necessidade dos conservadores, nesse caso, vinculados ao jornal **Argos**, de afirmarem que o ensino católico de latim é melhor do que o “luterano” realizado no Colégio Lycêo, fez com que buscassem uma segunda voz para rebater a resposta de Lacerda Coutinho, porquanto, essa não agradou. Foi feito o pedido do testemunho do padre Sebastião Antônio Martins, esse ministrou aulas particulares de latim antes da fundação do Lycêo. Em carta datada de 6 de dezembro de 1857, afirma

Tenho o prazer de declarar a V. que este jovem se matriculou no mês de agosto de 1853, e que sabia suficientemente latim; freqüentou a minha aula perto de dois anos; enquanto ao grau de instrução com que saiu, direi ingenuamente que saiu traduzindo corretamente Cícero e Vergílio, vertendo bem, conforme as regras gramaticais, e mesmo com alguma elegância, do português para o latim, e também medindo alguns versos hexâmetros³⁹⁹.

O presidente da província João José Coutinho, em 1859, reforçou seu apoio ao Colégio Lycêo, quando encaminhou

[...] ao estabelecimento um novo regulamento e definiu o curso de 6 anos, nos quais por conselho dos professores alemães e com aprovação da Câmara dos Deputados, igualmente adicionou Ciências Naturais (Zoologia, Botânica e Química), bem como Desenho⁴⁰⁰.

O presidente da província em uma fala para a Assembléia Legislativa Provincial, sobre a mudança do regulamento no colégio, coloca em revisão a grade curricular, avaliando no sentido das disciplinas ministradas, fornecendo informações capazes de possibilitar uma leitura da relação mais próxima do tipo de homem, que se pretendia formar no Colégio Lycêo.

É sobre as ciências naturais que se baseiam os grande progressos da agricultura, da industria fabril, dos meios de comunicação, etc., de que justamente se ufana o século [...] Essas cadeiras [Ciências Naturais e Desenho], chamando atenção dos alunos a objetos concretos e reais, darão um conveniente contrapeso aos estudos abstratos da Matemática, Filosofia, e Línguas [...] A cadeira de Desenho unida às de

³⁹⁹ FONTES, Henrique. **Lacerda Coutinho**, Florianópolis: ed. Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1943, p. 27.

⁴⁰⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 86.

Ciências Naturais, e de Matemáticas Elementares, é de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessária para termos bons e esclarecidos artífices⁴⁰¹.

O Colégio Lycêo, a pedido de Fritz Müller⁴⁰², adquiriu instrumentos e materiais necessários para a abertura da aula de Ciências Naturais. Chegou haver um jardim botânico e um gabinete de Física e Química, entretantes, no auge do colégio (1859), houve a queda do Gabinete de Olinda, ocasionando a substituição de João José Coutinho pelo dr. Araújo Brusque (Partido Liberal), que assumiu o cargo em 1860. O presidente João José Coutinho é remanejado para diretor geral dos Correios no Rio de Janeiro. O novo presidente Araújo Brusque, em 1861, faz uma nova reestruturação no Colégio Lycêo. Sobre o novo presidente e sua reestruturação, afirma o cônsul suíço Johann Jakob Von Tschudi:

Todos os professores trabalhavam agora com grande dedicação e seu esforço se transferia aos jovens discentes. A meta que os professores alemães almejavam, para elevar a escola ao nível de uma boa escola alemã, seria provavelmente atingida dentro de poucos anos, se não fosse, subitamente a intervenção da maljeitosa mão de um novo presidente⁴⁰³.

A Lei nº475, de 18 de abril de 1860, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, possibilita o novo presidente da província o poder de reestruturar o Colégio Lycêo. Segundo o

⁴⁰¹ Falla à Assembléia Legislativa Provincial pelo Pres. da Prov. João José Coutinho, em 01 mar.1859 apud SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p.41.

⁴⁰² É interessante a informação encontrada no Museu Fritz Müller, em Blumenau. Em um quadro afixado em uma das paredes do Museu, encontra-se um recorte de uma carta escrita pelo evolucionista Fritz Müller a seu irmão Hermann Müller nesse período. No fragmento há o comentário feito por Fritz Müller, sobre um africano que estudou no Colégio Lycêo: “entre os meus discípulos deste ano, o melhor, de muitos, é um preto de puro sangue africano, compreende tudo facilmente e tem tal ânsia de aprender, qual aqui nunca encontrei [...] representa para mim mais um reforço da minha velha opinião contrária ao ponto de vista dominante que vê, no negro, um ramo por toda parte inferior e incapaz de desenvolvimento racional” (30.05.1860 – carta ao irmão Hermann Müller). A primeira página do jornal **Mercantil** (1863-1865) destinava-se a informar deliberações do governo da Província. Encontram-se duas deliberações, no ano de 1863, sobre o africano que assistia aulas no Lycêo. A primeira é a ordem emitida pelo juiz municipal da Capital, exigindo que o capitão do porto, e o diretor do colégio (Amphiloquio Nunes Pires), apresentassem os dois africanos “que se achão sob inspecção” (_____, Jornal **MERCANTIL**, 19.02.1863.n.214.p.1.2). Os africanos que se apresentassem ao governo afirmando terem sido traficados após a vigência da Lei de extinção do tráfico atlântico eram colocados sob “tutela”, no caso “inspecção”, de alguém com ordens do governo, até que se “decidisse” sobre a sua condição. Na outra deliberação, é possível saber o nome do africano: “Ao juiz municipal da capital – Comunica que em data de 9 se expedio ordem ao director do Lycêo para lhe mandar apresentar o africano livre, Antonio 2.º [africano] que se achava no serviço do dito estabelecimento”. _____, Jornal **MERCANTIL** 19.03.1863.n.222.p.1. Duas informações interessantes: primeiro um africano livre foi alocado no Colégio Lycêo para trabalhar para o governo da Província, segundo, provavelmente, os professores e o diretor cooptaram pela instrução do africano que deveria estar somente a trabalho no colégio.

⁴⁰³ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 86.

próprio presidente, a nova reestruturação nos regulamentos e nos regimento é justificada porque

Daqui nascem embaraços que enervão a acção do professor no desenvolvimento do ensino, a impossibilidade de dar conta o alumno do descargo das aulas, que frequenta a seu arbítrio, e a infallível decepção por que passa mais tarde o pai de família, reconhecendo ter sido perdido o tempo sem proveito da instrucção.

A inteira liberdade da frequência das aulas deve ser restricta às do ensino de línguas vivas, e as disciplinas de que compõe o lyceu distribuídas de outro modo bem podem constituir um curso de estudos em quatro annos⁴⁰⁴.

Segundo Ludwing, a Lei foi redigida no intuito de estipular: “1ª. Condições para admissão e matrícula dos alunos; 2ª. Restrição de liberdade de frequências das aulas, á excepção das de línguas vivas; 3a. Curso de estudo, seu tempo, e designação de matérias; 4ª. Divisão do estudo de Latim; 5a. Melhoramento e igualdade de vencimentos dos Professores, não excedendo de réis 1:200\$000 a cada um”⁴⁰⁵.

O colégio vinha melhorando com o passar dos anos, em 1859, chegou a ter um jardim botânico e um laboratório de química, administrados por Fritz Muller, para as aulas de ciências naturais. O presidente João José Coutinho destinou a quantia de 500\$000 réis para Fritz Müller “mandar vir da Europa utensis [sic] para um pequeno gabinete de Física e Química”⁴⁰⁶, para que assim pudesse ministrar aulas dessas disciplinas. Fritz Müller crítica, em carta a um amigo de Munique, alguns pontos que dificultavam as aulas no Colégio Lycêo, que foram em alguns casos percebidos, também, pelo presidente da província Araújo Brusque em sua reestruturação.

Para quem estava acostumado aos costumes escolares alemães, esta escola foi uma coisa meio esquisita. Isto porque, as classes que cada aluno tinha que passar, não existiam, como também não havia qualquer plano de ensino definido. Também os pais poderiam matricular os filhos nas disciplinas que mais lhe agradassem, como em nossas universidades alemãs. Um começava com Latim, outro com Francês e um terceiro com Matemática. Um podia começar com um[a] matéria, o outro com duas e um terceiro simultaneamente com todas as quatro matérias exigidas no inicio da escola. Alguns assistiam uma matéria no terceiro ano, outros no segundo ano e um

⁴⁰⁴ Regulamento e Programa do Liceu de 15 de fevereiro de 1861 apud LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p. 58.

⁴⁰⁵ Ibid, p. 59.

⁴⁰⁶ Carta-biografica escrita em 1892, por Fritz Muller, para um amigo de Munique, publicada em Blumenau em cadernos, nº25, Blumenau, maio/93 apud SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução publica secundaria em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p.42.

terceiro no primeiro ano. Desta forma era extremamente trabalhoso fazer um horário que desse oportunidade, a cada aluno, de poder assistir as disciplinas desejadas⁴⁰⁷.

Sabe-se que a reestruturação feita pelo presidente de província Araújo Brusque, criou alguns pré-requisitos para um aluno poder cursar determinadas matérias. Para cursar História e Geografia era necessário saber Francês. Francês e Latim eram pré-requisitos para Filosofia, Retórica e Ciências Naturais. Poderiam se matricular, entretantes, sem respeitar os pré-requisitos, qualquer aluno que tivesse uma declaração emitida por professores que afirmassem que ele era capaz de acompanhar a turma⁴⁰⁸.

Com a troca de presidente, o direcionamento político da Província se modifica. Com a saída de João José Coutinho, percebe-se diversas mudanças, como o retorno do padre Paiva (que estava no Rio Grande do Sul) a Santa Catarina. Várias outras movimentações influenciaram o futuro do colégio, pois as vozes católicas temerosas se erguem com mais força, estas “que desde o início criticaram seu [do presidente João José Coutinho] empreendimento favorito e agrediram especialmente, os professores estrangeiros”⁴⁰⁹.

Com a reestruturação do colégio, promovida por Araújo Brusque, vários professores foram despedidos e contratados. Sabe-se que Fritz Müller, Ricardo Becker continuaram no cargo, Guilherme Wellington foi exonerado por não ser naturalizado brasileiro. O presidente da província Araújo Brusque afirma que, “não julgando aproveitável o ensino de inglês como se dava, por não ser versado na língua vernácula o professor, que era estrangeiro, o dispensei do exercício que tinha”⁴¹⁰. Assumindo em seu lugar Amphilóquio Nunes Pires⁴¹¹, que foi empossado também com o cargo de diretor⁴¹². Foi dispensado, também, o professor alemão

⁴⁰⁷ Ibid, p. 44. Continuação da carta-biografica escrita em 1892, por Fritz Müller.

⁴⁰⁸ SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundaria em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p. 44.

⁴⁰⁹ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 86.

⁴¹⁰ **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10ª legislatura**. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860, p.49. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/947/index.html> acesso em 09 abr.2008.

⁴¹¹ Amphilóquio Nunes Pires nasceu no Rio Grande do Sul em 1819, faleceu provavelmente em Desterro (1889). Era filho do político Feliciano Nunes Pires. Foi funcionário da Corte. Em 1859, mudou-se para Desterro como Oficial Maior da Secretária do Governo e Procurador Fiscal da Fazenda Provincial. Foi professor e diretor do Colégio Lycêo, e professor do Colégio Atheneu. Foi Vice-Consul da Inglaterra, poeta e jornalista. REIS, Sara Regina P. dos (org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004, p.1727.

⁴¹² **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10ª legislatura**. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860, p.50. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/947/index.html> acesso em 09. abr.2008.

Karl Julius Parucher, da regência de Geografia e História, que assumiu, provavelmente, desde 1858. O professor e padre Sebastião Antônio Martins foi dispensado da cadeira de Retórica e Poética⁴¹³.

Araújo Brusque indica para as cadeiras de Geografia e História o dr. Joaquim dos Remédios Monteiro, a cadeira de Filosofia ficou com o maior opositor aos luteranos: o padre Paiva e a cadeira de Latim, foi assumida por Sebastião Antonio Martins⁴¹⁴. Sobre a reformulação, Tschudi afirma que Araújo Brusque “desorganizou, em seu empenho egoísta e vaidoso de querer reorganizar em toda parte”⁴¹⁵, e o fez por ter dado ouvido às críticas dos que, desde o início, eram contrários ao colégio. O novo presidente outorga em

[..] 15 de fevereiro de 1861 um novo regulamento, repleto de ridicularidades. As mudanças mais contestáveis eram: prolongamento das férias para 3 meses; aumento dos vencimentos de todos os professores para 1.200 mil réis, e diminuição do trabalho diário dos professores de 3 para 2 horas; a aplicação do Sr. Brusque também tem outra parte: de favorecer os funcionários públicos que consideravam seu trabalho como um retiro proveitoso⁴¹⁶.

Os novos regimentos se tornam economicamente insuportáveis para os padrões da Província, os professores restantes terão mais tempo de férias, trabalharão menos e receberão mais. Os alunos formados teriam o privilégio de por lei serem preferidos para qualquer cargo publico no governo da Provincial⁴¹⁷. O caso é que essa nova elaboração do colégio, provavelmente, criou novas máculas capazes de trazer prerrogativas para o fechamento futuro. O Colégio Lycêo, naquele momento, estava sendo bem aceito pelos alunos e pais, não haveria lógica em fechá-lo, sem grandes prerrogativas. Como demonstração da insatisfação dos professores, há o comentário do naturalista Fritz Muller, sobre a queda de João José Coutinho e reformulação do colégio: “com que boa vontade iria eu dependurar no cabide as

⁴¹³ Ato de 17 de fevereiro de 1860 – in Decretos e Atos de 1857 a 1866 apud SCHARDONG, *Op Cit*, p. 59.

⁴¹⁴ **Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura. Rio de Janeiro**, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861, p.24. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000024.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴¹⁵ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 86.

⁴¹⁶ Ibid.

⁴¹⁷ Artigo 41º do Regulamento do Colégio Lycêo de 15.02.1861 apud SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução publica secundaria em Desterro** - o Atheneu Provincial (1874-1883). 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, p.58.

minhas funções de mestre para pegar de novo no cabo do machado! Nas margens do Itajaí vivo entre alemães”⁴¹⁸.

Outra mudança ocasionada pelo presidente Araújo Brusque, foi a necessidade de pré-requisitos para ser aluno do Colégio Lycêo. Era preciso prestar “um exame de suficiência perante o diretor do Liceu e outros dois professores”, apresentar uma certidão de idade maior de doze anos, e pagar taxa de matrícula, ou seja, houve mudança de uma instituição de instrução pública, gratuita, para paga. Era necessário pagar uma taxa de matrícula para cada disciplina almejada, para a Diretoria Geral da Fazenda Provincial, ou seja, a instrução pública passa a ser usufruída apenas pelos que podem pagar. O governo poderia matricular cinco alunos desde que sejam reconhecidamente pobres (além de pobre, deve ter se destacado nas aulas de primeiras letras), ou filhos de professores, de oficiais militares, de empregados públicos que não tivessem meios suficientes de pagá-la.⁴¹⁹

Interessante notar que o Colégio Lycêo, em todo o período de sua existência teve concorrência do Colégio RR. PP. Lazaristas⁴²⁰. Os padres lazaristas vieram juntamente com as irmãs da caridade da França, alojando-se no Hospital da Caridade presente em Desterro. As irmãs desenvolveram um curso primário para moças. Já os dois padres lazaristas Jean Baptiste Laurent e Bernard Pader abrem aulas secundaristas para rapazes de línguas e filosofia.⁴²¹

Em 1856, o governo mantinha duas aulas públicas, de inglês com dezessete alunos e de francês com trinta e nove⁴²². Em 1857, o Colégio Lycêo foi fundado com quatro professores, era gratuito e mantido pelo governo, além de ter como base a educação laica. O número de alunos inicialmente matriculados era pequeno (dezoito matriculados).⁴²³ Neste mesmo ano é fundado o Colégio RR. PP Lazarista (1857-1864) recebendo subvenção do governo da Província, e mensalidade dos alunos. Iniciou suas aulas em 1857 com vinte e nove alunos,⁴²⁴ apenas dezenove ficaram até o final⁴²⁵. Apesar do colégio dos lazaristas estar em

⁴¹⁸ ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p. 28.

⁴¹⁹ LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso: UDESC, 2005, p. 53-4

⁴²⁰ Colégio RR. PP Lazarista é o termo encontrado em alguns artigos de jornais, significa Reverendíssimo Padres Lazaristas.

⁴²¹ CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3ª ed, Florianópolis: ed. Lunardelli, 1987, p. 157.

⁴²² As aulas de francês duraram até junho, quando o professor foi despedido. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.p.9 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/944/000009.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴²³ Dez alunos faziam inglês, nove latim, cinco francês e dois matemática.

⁴²⁴ Nove alunos matriculados no Francês, vinte e seis no Latim, dez em Geografia.

condições piores que o Lycêo, sem uma estrutura física adequada, com um reduzido quadro de professores, que provavelmente não falavam português, conseguiu ter um número razoável de alunos. Uma das possibilidades desse relativo sucesso é o fato do ensino religioso católico ser muito bem querido pela grande maioria dos desterrenses.

Vinte e quatro alunos, em 1858, matricularam-se no Colégio Lycêo, enquanto, o colégio Lazarista tinha dezessete⁴²⁶. Em 1859, ano da reforma feita por João José Coutinho, abalizada pelos professores alemães, o Colégio Lycêo tinha trinta e cinco alunos, enquanto, o colégio Lazarista dezessete alunos⁴²⁷. Comparando as duas instituições de instrução concorrentes, percebe-se que o colégio laico Lycêo teve um aumento considerável no número de alunos, em relação ao colégio ultramontano. Houve quarenta e cinco alunos matriculados, em 1860, no Colégio Lycêo⁴²⁸. No ano que a reforma de Araújo Brusque foi executada (1861), o número de matriculados no Colégio Lycêo caiu consideravelmente, foram trinta e dois alunos matriculados⁴²⁹.

Outra mudança de presidente da província ocorre no ano de 1862, sendo esse cargo assumido pelo padre Pires da Mota. No período de vinda de Pires da Mota, para assumir o cargo de presidente, o vice-presidente Pedro Leitão da Cunha, que pertencia ao partido dos *estabelecidos* (no período era o Partido Liberal), entra em contato no dia vinte e quatro de janeiro, com o reverendo Louis Ruiz, da Companhia de Jesus. Louis Ruiz propôs um contrato para abrir um colégio jesuíta, que substituiria o Lycêo, Pedro Leitão da Cunha aceitou prontamente o acordo. Como condições decorrentes do acordo estavam:

⁴²⁵ **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1858.** Santa Catharina, Typ. Catharinense de Germano Antonio Maria, 1858, p.6. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/945/index.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴²⁶ **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catarina Dr João José Coutinho dirigio a Assembleia Legislativa Provincial: no acto d'abertura de sua sessão ordinaria,** Typ. Catharinense de G.A.M. Avelim, 1859, p.5. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u906/000007.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴²⁷ **Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catarina Dr João José Coutinho dirigio a Assembleia Legislativa Provincial: no acto d'abertura de sua sessão ordinaria,** Typ. Catharinense de G.A.M. Avelim, 1859, p.5. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u906/000007.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴²⁸ **Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura.** Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Comp., 1861, p.24. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000024.html>> acesso em 09 abr.2008>. A partir de 1860, não é mais informado o número de alunos do colégio Lazarista nos relatórios de presidente de província.

⁴²⁹ As matérias eram: duas cadeiras de latim, inglês, francês, desenho, matemática, filosofia e historia. Havia quinze pessoas na primeira cadeira de Latim, na segunda onze, em inglês nove, vinte e cinco em francês, dezesseis desenho, dezoito matemática, seis em filosofia, e três historia. **Relatório do presidente da província de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 11.a legislatura.** Santa Catharina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862. P.17 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/949/000015.html>> acesso em 09 abr.2008. Não foi encontrado o número de alunos presentes no colégio Lazarista.

1.º Os Padres no 1º de Dezembro d'este ano tomarão posse da casa e chacara onde esteve o antigo Collegio para começarem as aulas no 1º de Fevereiro do anno seguinte, principiando a receber as respectivas subvenções.

2.º Os actuaes lentes de Mathematicas, Francez, e Inglez, ficarão, se quizerem, leccionando no Collegio por cinco annos.

3.º Os Padres, secundando o desejo da Presidencia, reunirão no mesmo Collegio a instrucção primaria, ou a dirigirão; porem neste segundo caso, com o respectivo ordenado pago pela provincia⁴³⁰.

O presidente de província, padre Pires da Mota, em seu relatório datado de 1863⁴³¹, sobre 1862, afirma que o estado do Colégio Lycêo era decadente, com apenas três professores⁴³², sendo assim “não pôde prestar os serviços a que se destina”⁴³³. Nesse relatório apresenta argumentos para justificar a não impugnação, do contrato feito pelo vice-presidente, argumenta que seu tempo de presidência era curto, que esse contrato já estava estabelecido e que a mudança de colégios, provavelmente, seria útil a Província, por isso resolveu não deliberar nada sobre a instrução secundarista⁴³⁴.

O contrato feito com o jesuíta Louis Ruiz não logrou êxito, os motivos são desconhecidos, entretanto, os *estabelecidos*, no ano de 1864, utilizam da mesma tática realizada no ano anterior. No período de espera, aproximadamente duas semanas, pelo novo presidente da província dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, os liberais⁴³⁵ recém empossados⁴³⁶, juntamente, com o vice-presidente da província Pedro Leitão da Cunha, entram em diálogo com a Companhia de Jesus, com o fim de fechar outro contrato para restabelecer um novo colégio jesuíta, fechado com o padre Jacques Razzini. Apesar do novo

⁴³⁰ **Relatorio apresentado á o exm. 1.o vice-presidente da provincia de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira pelo exm. presidente, Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 19 de dezembro de 1863.** Desterro, Typ. Commercial de J.A. do Livramento, 1863. P.4 -5 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000004.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴³¹ Neste ano o colégio Lycêo tinha trinta e nove alunos.

⁴³² Ricardo Becker faleceu em 1862, a 1ª cadeira de Latim não foi restabelecida. Arcipreste Paiva não teve nenhum aluno, e por isso foi dispensado do seu cargo. O padre Sebastião Antonio Martins certamente deixou a segunda cadeira de latim, ficando o Colégio Lycêo com três de professores: matemática Fritz Müller, o de inglês Amphiloquio Nunes Pires e de francês João José das Rosas Ribeiro de Almeida. **Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 11.a legislatura.** Santa Catharina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862, p.17. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/949/000015.html>> acesso em 09. abr.2008

⁴³³ **Relatorio do vice presidente da provincia de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 12.a Legislatura.** Santa Catharina, Typ. Catharinense de F.V. Avila & C.a, 1864, p.34 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/951/000033.html>> acesso em 09 abr.2008.

⁴³⁴ Ibid.

⁴³⁵ Dentre eles constavam o padre Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva e Joaquim Augusto do Livramento.

⁴³⁶ Eram a grande maioria na Assembléa Legislativa Provincial.

presidente da província ser do mesmo partido, como primeira medida revogou as leis formuladas, dizendo ter que consultar a Corte sobre o contrato realizado com o dito jesuíta e, também, sobre a possibilidade de fraudes na eleição para deputado da Assembléia Legislativa da Província (1864)⁴³⁷. O gabinete liberal, que presidia o governo imperial, aparentemente, aprovou a substituição dos colégios e considerou licita a eleição, com isso, o padre Jacques Razzini fundou o colégio do Santíssimo Salvador em 1865⁴³⁸.

Havia, entretanto, a questão: como lidar com os três professores restantes do colégio Lycêo: Fritz Müller (matemática), Amphiluquio Nunes Pires (inglês) e João José das Rosas Ribeiro de Almeida (francês), que exigiam ser reconhecidos como professores vitalícios. A leitura das fontes indica que para ser considerado professor vitalício era necessário ser brasileiro, ter feito o concurso, estar ministrando aulas por mais de quatro anos. Amphiluquio Nunes Pires ministrava aulas a três anos, os outros dois professores foram considerados professores vitalícios. Amphiluquio foi dispensado do cargo de professor, medida efetivada, provavelmente, para que ele não completasse quatro anos.

O presidente de província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves efetivou a Lei 540 de 1864, que permitiu o contrato com os jesuítas. Essa lei dizia, entretanto, que os dois professores restantes do Colégio Lycêo, mais o novo professor que deveria ser contratado em concurso, para a cadeira de inglês, juntamente, com a biblioteca do colégio, deveriam ser alocados em um novo edifício⁴³⁹.

⁴³⁷ As acusações de defraudes nas eleições de 1864, eram em sua maioria, relativas ao uso da força policial pelos partidários liberais para coagir os eleitores, antes e no momento das eleições. A questão é que as eleições ocorriam, geralmente, em momentos que os Gabinetes que mandavam na política da Corte eram destituídos do comando do País, pelo Imperador. Devido à mudança dos Gabinetes, eram realizadas eleições para deputado da Assembléia Legislativa Provincial. Além disto, havia também a mudança dos presidentes da província, que poderiam ser substituídos por outros mais ao gosto do novo Gabinete. Entre a mudança de presidentes, o vice-presidente assumia o governo da Província. O vice-presidente da Província era geralmente o chefe local do partido que dominava a situação política do país. Era prática comum o vice-presidente utilizar o poder policial para manipular as eleições. Os eleitores eram coagidos fisicamente, e poderiam ser presos, principalmente pelos delegados e sub-delegados, caso não votassem no candidato da situação, além disso, urnas eram roubadas e violadas.

⁴³⁸ Sobre este fato Ernst Haeckel comenta que "em 1865 os jesuítas os inimigos mais falsos e perigosos da verdade e da razão, tomaram posse do liceu de Desterro, no que foram ajudados pela reação política. A visão sagaz da hierarquia que lhe é peculiar fez com que o bando negro percebesse imediatamente que um homem inteligente e de caráter firme como Fritz Müller seria um inimigo poderoso, e por isso não descansou enquanto não o expulsou da posição estável que ocupava. Se as lições consagradas da história não costumassem ser pregadas diante de auditório surdos, hoje este exemplo ensinaria mais uma vez ao povo alemão que o poder dos jesuítas representa uma ameaça grande a todas as formas de vida espiritual livre." HAECKEL, Ernst. Fritz Müller – Desterro: Necrológio de Ernst Haeckel. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau. Tomo XXI, 1980 n°. 1, p. 5-6.

⁴³⁹ Outro dado interessante sobre a Lei n.540, é que ela além de fechar o Colégio Lycêo, ela "permite entretanto que continuem a funcionar as três cadeiras de que elle se compunha em edificio designado pela Presidencia no casa de serem frequentadas por oito ou mais alumnos, e no caso contrário autorisa á Presidencia á

Nos jornais **Despertador** e **Mercantil**, discursos pro e contra a mudança na instrução secundarista, eram publicadas constantemente. Os progressistas do jornal **Despertador** acusam o arcepreste Paiva e demais liberais, de ganhar as eleições com o uso da força dos delegados de polícia. Arcipreste Paiva é o segundo mais votado das eleições para a Assembléia Legislativa Provincial (1864-1865). No jornal **Despertador** há um artigo intitulado “26 de junho”⁴⁴⁰, o qual aponta um possível golpe dos partidários liberais. O documento indica que na Assembléia Legislativa Provincial, havia onze membros no dia em que o decreto que fechou Colégio Lycêo foi votado. O problema é que “vião-se, é verdade, 11 indivíduos sentados nas respectivas cadeiras, porém um não era membro da Assembléa”⁴⁴¹. A questão seria que o número de cadeiras assumidas pelos deputados na Assembléia Provincial totalizavam vinte e que o “Sr. Costa, pela votação que teve para membro da Assembléa Provincial, ficou no vigésimo-primeiro”⁴⁴², por isso, não foi eleito. Ele tomou o lugar em uma das cadeiras, com o aval do vice-presidente Pedro Leitão da Cunha (chefe do partido liberal), participando do ato legislativo no dia da votação da Lei nº 540, que fechou o Colégio Lycêo e permitiu a realização de um contrato com a Companhia de Jesus. Importante ressaltar que “não se achando d' este número, presentes a metade e mais um, não pode haver sessão, e sem esta não se pode legislar”⁴⁴³, ou seja, se o Sr. Costa não assumisse o cargo no referido dia não poderia ter ocorrido sessão, pode-se assim indicar uma possível tentativa de golpe no caso do fechamento do Colégio Lycêo.

Em um artigo do jornal **Despertador**⁴⁴⁴, há uma “transcrição” feita, segundo o redator, a pedido de um amigo. Nela, provavelmente, consta a opinião da maioria dos alemães da colônia Dona Francisca. O artigo é retirado da “Revista Commercial” publicada em Santos. O exemplar consultado não possui parte do início e do final do texto, entretanto entende-se que é uma tradução de um artigo presente no jornal alemão da colônia Dona Francisca, intitulado *Colonie Zeitung*. Nele é afirmado que a “instrução secundaria” (da província catarinense) encontra-se até o momento em “tão favorável andamento” que não há o porquê “atrahir sem necessidade os Jesuítas”. Afirma

removel-as da capital." **Relatorio do presidente da provincia de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865.** Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865, p.7. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/952/000007.html>> acesso em 10 abr.2008

⁴⁴⁰ BPESC. 26 DE JUNHO. **Jornal Despertador** 28 jun 1864, n. 152, p.2.

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Ibid, p. 3.

[..] por toda parte onde os Jesuítas adquirirão influencia e poder, por elles foi espalhado a semente que sempre produziu fructos perniciosos; e muito principalmente naquelles lugares, onde vivião homens de culto differente, sempre houvêrão as consequencias as mais funestas.⁴⁴⁵

Esse texto foi escrito para condenar “a medida do Sr. Presidente da Província” que fechou contrato com um colégio jesuíta, que segundo o jornal vai “contra ao interesse (da) colonização e ao desenvolvimento próspero da nossa Província, assim como o interesse do socego e paz da população”⁴⁴⁶.

O fechamento do Colégio Lycêo⁴⁴⁷ e o contrato com a Companhia de Jesus foi motivada pela existência de “luteranos” no quadro de funcionários públicos no governo da Província. A escolha por jesuítas, certamente, não foi aleatória, muitos católicos estavam temerosos com a imigração e a religião luterana crescente na Província. A Companhia de Jesus foi fundada para combater heresias e converter pagãos. O método pedagógico jesuíta *ratio studiorum* tem como fim evangelizar. Os colégios secundários formavam pessoas que, provavelmente, fariam parte da administração pública e da elite local. Assim, o debate sobre o modelo do colégio que deveria ser financiado pelo governo, era também sobre o modelo de elite sociocultural, e política que se queria formar.

O Colégio Lycêo era defendido pelo Partido Progressista, que respondeu às críticas e criou estratégias para evitar o fechamento do colégio e impossibilitar a abertura de um colégio religioso. Os *outsiders*, nos quais se evidenciam os liberais exaltados e os *Achtundvierziger* (os de 1848), publicaram diversos artigos nos jornais *Colonie Zeitung* e **Despertador**, no intuito de demonstrar que os jesuítas não lidam apenas com a instrução, mas sim, tentam influenciar nos meios políticos, econômicos e religiosos. O Partido Progressista, através do jornal **Despertador**, promove a idéia de secularização do Estado, de maneira camuflada, em suas linhas, pois falar abertamente contra a religião católica era contra a lei e contra a boa moral. Eram comedidos em falar de religião, mas utilizaram de diversos meios para difamar os lazaristas, as irmãs da caridade e os jesuítas. Procurava-se deixar nas entrelinhas que não

⁴⁴⁵ BPESC. 26 DE JUNHO. **Jornal Despertador** 28 jun 1864, n. 152, p. 4.

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Os professores do Lycêo passaram a ministrar aulas após o fechamento do Lycêo, em um prédio alugado pelo governo da Província. As aulas eram matemática, inglês, e francês, gramática latina e nacional, geografia e desenho, provavelmente foi ministrado também história, gratuitamente que filho do ex-professor de inglês do colégio, Eduardo Nunes Pires. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865**. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865, p. 8. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/952/index.html> acessado em 09.04.2008

há muita diferença entre as ordens religiosas, pois todas elas procurariam de uma maneira ou outra guiar o Estado e a sociedade.

A mudança de colégios abrange questões políticas, relações *estabelecidos versus outsiders*, motivações religiosas, diferença nas pedagogias, divergências filosóficas, interesses particulares, dentre outros fatores. No seguir do texto são analisados dois documentos que expressam bem o conflito entre modelos de instrução secundarista divergentes, com disciplinas e abordagens diferentes, de um lado a instrução laica do professores do Lycêo, do outro a religiosa dos jesuítas italianos. Um dos documentos é o regimento do Colégio Santíssimo Salvador, outro, é a crítica feita a esse regimento, pelos professores restantes do Colégio Lycêo.

2.4 - OS REGIMENTOS DO COLÉGIO SANTÍSSIMO SALVADOR E AS CRÍTICAS DO PROFESSORES DO COLÉGIO LYCÊO: AMPHILOQUIO NUNES PIRES, FRITZ MÜLLER E JOÃO JOSÉ DAS ROSAS RIBEIRO D'ALMEIDA.

Em um artigo intitulado "Collegio de S. Salvador"⁴⁴⁸, publicado no jornal **Mercantil**, consta o Regimento Geral do novo colégio que seria aberto em três de fevereiro de 1865, no lugar do Colégio Lycêo. Em um artigo do jornal **Despertador**⁴⁴⁹, há a crítica a esse Regimento Geral, feita pelos professores restantes do Colégio Lycêo. Com a substituição do Colégio Lycêo, pelo Santíssimo Salvador, o governo perde o direito de inspecionar o ensino secundário, não mais podendo escolher as matérias, os compêndios e os professores. Apenas os batizados na fé católica terão o direito de se instruir na educação secundária subsidiada pelo governo da Província. A instrução realizada no Colégio Lycêo possuía embasamento laico, feita por professores autônomos, com diversas concepções conflitantes. Com o Santíssimo Salvador, a instrução passou a ser religiosa, com embasamento ultramontano.

O regimento do Colégio Santíssimo Salvador foi publicado por duas vezes no jornal **Mercantil**. No regimento do novo colégio consta que para ser aluno é necessário estar dentro dos preceitos contidos no item dezesseis do regimento, o qual afirma que para o menino ser admitido como interno é necessário:

⁴⁴⁸ RAZZINI, Jacques. **Collegio de S. Salvador**. Jornal **O Mercantil** - 20 nov. 1864 n. 396, p. 2.

⁴⁴⁹ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas**. Jornal **O Despertador** - 25 nov. 1864 n. 195, p.3.

1. Que saiba ler e escrever
2. Que não tenha mais que 14 annos
3. Que apresente a certidão de baptismo, e mostre ter sido vaccinado
4. Que, sendo de fora, constitua na cidade um correspondente aceito pelo P. Reitor, que acuda ao alumno em tudo o que lhe for necessario.
5. Que traga na sua entrada roupa o sufficiente de corpo, e de cama, e todos os objetos de uso pessoal ⁴⁵⁰.

A restrição sobre a matrícula dos alunos segue a lógica do *ratio studiorum*. Os alfabetizados na Província são provavelmente os detentores de poder político e econômico, a idade menor de quatorze anos é o início da adolescência, tempo de dúvidas e estágio importante para a formação da personalidade. A terceira premissa para a admissão pede a certidão de batismo, excluindo os acatólicos da instrução secundarista oficial.

O Santíssimo Salvador, como prega a Companhia de Jesus, apresenta aulas em forma de internato, semi-internato e externato. O item vinte e quatro do Regimento dispõe sobre os alunos externos, esses são admitidos gratuitamente “e instruídos nas matérias necessárias para se matricularem nas academias do Império⁴⁵¹, contudo, há um porém, “elles deverão conformar-se com os regulamentos do collegio, e cumprir com os **deveres religiosos** e litterarios que lhe forem prescriptos” [grifo meu] ⁴⁵². Deveres religiosos criticados pelos professores do Colégio Lycêo, que indagam em que “direito se funda o Reverendo Jacques Razzini para pretender obrigar os alumnos externos e conformar-se e cumprir com os preceitos religiosos que lhe forem prescriptos?”⁴⁵³

Segundo os regimentos, o novo colégio tem como finalidade proporcionar “uma solida instrucção com o beneficio de uma **educação religiosa** e civil” [grifo meu] ⁴⁵⁴, cuidando-se com os meios mais adequados da saúde e desenvolvimento “physico dos alumnos”⁴⁵⁵. O programa do Santíssimo Salvador é embasado no método pedagógico jesuíta, possui a estrutura hierárquica e prega a reclusão formulada por Inácio de Loyola. A “solida instrucção” tem a função de produzir crentes na fé católica. A educação religiosa apresentada pela ordem jesuítica é de base conventual, e possui a intencionalidade de transmitir dogmas e preceitos ultramontanos, para formar futuros párocos ou fervorosos católicos. Com a disciplinarização do corpo, os jesuítas formam uma elite cuja conduta é disposta em seus preceitos.

⁴⁵⁰ RAZZINI, Jacques. *Collegio de S. Salvador*. Jornal *O Mercantil* - 20 nov. 1864 n. 396, p. 2

⁴⁵¹ Ibid.

⁴⁵² Ibid.

⁴⁵³ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas**. Jornal *O Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195, p.3.

⁴⁵⁴ RAZZINI, *op cit*, p.2.

⁴⁵⁵ Ibid.

O plano de ensino publicado por Jacques Razzini sofreu críticas dos professores dispensados do Colégio Lycêo: Amphilóquio Nunes Pires, Fritz Müller, e João José das Rosas Ribeiro de Almeida. Esses assinam um texto no **Despertador** de 25 de novembro de 1864, sobre o Regimento do futuro colégio. O motivo alegado para tal feito é que os anos de instrução da mocidade feitos por eles não os deixaram ficar em silêncio diante de "uma tal monstruosidade"⁴⁵⁶.

As críticas dos professores iniciam pelo item quatro do plano, no qual é explicitado por Jacques Razzini que haverá um "superior com o título de P. Reitor"⁴⁵⁷, um vice-reitor que "cuida mais imediata, e constantemente dos alunos"⁴⁵⁸, um padre prefeito que "vela sobre a regularidade do ensino, e o progresso literário dos estudantes"⁴⁵⁹. Jacques Razzini termina o item dizendo que há "Padres lentes para todos os ramos do ensino, e mais padres assistentes para os alunos internos"⁴⁶⁰.

Os professores do Colégio Lycêo replicam sobre os cargos, dizendo que falta a designação dos trabalhos do reitor, e que a função do vice-reitor é de "cuida mais imediata, e constantemente dos alunos [...] comparativo sem termo de comparação"⁴⁶¹. A principal crítica feita pelos professores sobre a pedagogia conventual dos jesuítas reside na exclusão social dos estudantes e na extrema vigília sobre as suas condutas. O item cinco exemplifica a educação jesuítica defendida por Jacques Razzini;

[...]uma paternal vigilância, o excitar uma louvável emulação, o mover o coração pelos princípios de consciência e de honra, e pelos mais queridos interesses da família e da sociedade, com tudo o que desperta os sentimentos mais nobres e elevados, são os meios que empregão-se de preferencia para promover nos alunos tanto a educação religiosa e civil, como o progresso litterario e scientifico.⁴⁶²

Os professores do Colégio Lycêo dizem que esse item "é uma verdadeira irrisão"⁴⁶³, pois a Companhia de Jesus prega que seus membros não têm pátria, nem família, então, como poderiam os padres conhecer "os penosos encargos, as doçuras e as amarguras da família"⁴⁶⁴. Já, quanto à pátria, a crítica é que os jesuítas respondam somente ao Vaticano, não possuem,

⁴⁵⁶ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas**. Jornal **O Despertador** - 25 nov. 1864 n. 195, p.3

⁴⁵⁷ Ibid.

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Ibid.

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² RAZZINI, Jacques. **Collegio de S. Salvador**. Jornal **O Mercantil** - 20 nov. 1864 n. 396, p.3.

⁴⁶³ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, *op cit*, p.3.

⁴⁶⁴ Ibid.

ou não deveriam ter uma nação, e por isso, possuem uma consciência com "malleabilidade sem limites, cujos princípios de honra são pautados por essa mesma consciência e pela sordidez de sua ambição, para satisfação da qual se os tem visto perverter os Estados, a sociedade, a família" ⁴⁶⁵.

A principal crítica quanto ao *ratio studiorum* que seria aplicado em Desterro, é sobre a reclusão do internato, feita mesmo em época de férias. O item quinze do plano de ensino estipula que “abre-se o anno lectivo em 3 de fevereiro, e acaba em 7 de Dezembro. Nesse dia começam as férias que os alumnos passam no collegio, e que tem-se o cuidado de lh’as tornar agradáveis com recreios e divertimentos especiais”⁴⁶⁶. Os professores do Colégio Lycêo dizem que

[...] repugna enfim á sociedade ver a sem-cerimônia com que o Reverendo Sr. P.e Razzini sem a necessidade authorisação, pretende estabelecer aqui um convento, em que os educandos estarão sujeitos não só a mais completa reclusão, mas também a mais revoltante seclusão! Onde, em que tempo, se vio praticar tão insólita invazão na liberdade individual á não ser só e unicamente nos estabelecimentos dirigidos por jesuítas? Que benefício podem resultar desta seclusão á educação de creanças? O fim não é certamente a sua educação, a sua instrucção; o fim é ir acostumando essas creanças á esquecer de seus pais, irmãos, parentes e amigos; á ageita-los assim a servir aos interesses e aos fins da companhia. ⁴⁶⁷

O único contato realizado pelos pais com os alunos está descrito no item seis regimento, quando descreve que a cada trimestre, os pais receberão "informações exactas sobre a saúde, o comportamento, a aplicação e resultado dos estudos de seus filhos por meio de um boletim assignado pelo P. Reitor do collegio"⁴⁶⁸. A reclusão chega a ponto de no item vinte ser proposto que “para evitar despezas desnecessárias todas as encommendas, e os bilhetes enviados pelos alumnos á seus correspondentes devem ser authorisados e assignados pelo P. Reitor”⁴⁶⁹. Privando assim, qualquer troca de informações dos alunos com os pais que não sejam bem quistas pelos jesuítas, pois todas deveriam passar pelo intermédio dos jesuítas, os professores denunciam:

Não ha aqui somente escândalo, ha também immoralidade e argucia jesuitica. A’o passe que se affecta o propósito de evitar despezas inúteis deixa-se uma tangente

⁴⁶⁵ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas**. Jornal *O Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195, p.3.

⁴⁶⁶ RAZZINI, Jacques. **Collegio de S. Salvador**. Jornal *O Mercantil* - 20 nov. 1864 n. 396., p.3.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Ibid.

para poder-se inspecionar todos e quaesquer bilhetes ou versem sobre encomendas, ou sejam meramente familiares⁴⁷⁰.

Sobre o estudo religioso há no regimento, os itens sete, oito e nove, que respectivamente, indicam que os alunos das classes elementares serão instruídos “todos os domingos, e dias santos nos dogmas, deveres mais essenciaes da Religião”⁴⁷¹ e que com o passar do aprendizado passaram para um curso de instrução religiosa mais amplo e detalhado, com os alunos estudando “as grandezas e as provas da religião”⁴⁷², para isso serão utilizados “meio de instrucções mais scientificas”⁴⁷³.

Além do curso chamado “1º Curso de Instrucção Religiosa”⁴⁷⁴ descrito no parágrafo anterior, há o “2º Curso Preparatório a´s Academias do Império, e Systema do Ensino”⁴⁷⁵, este iniciará com “PP. lentes de latim, francês e inglez”⁴⁷⁶, contudo, diz o plano de ensino jesuíta, que com o aumento da capacidade dos alunos de compreender outros estudos, esse será completado da maneira seguinte:

Primeiro elementos de grammatina latina, portugueza, grega, franceza e ingleza: anno. Regras da syntaxe, e syntaxe comparada das sobreditas lingoas: 1 anno Bellas letras, estylo classico, Eloquencia, 2 annos. Philosophia, Lógica, Metaphysica, Algebra, Geometria, Mathematica, Chimica, Astronomia. 1 anno Durante os cursos de instrucção secundaria, e de bellas letras dividem-se as lições de história sagrada e profana, de geographia e arithmetica de maneira que no fim do curso os alumnos tenham um sufficiente conhecimento d’estas matérias⁴⁷⁷.

Fica claro que há exagero no número e nas escolhas das matérias, no total chega-se a trinta e duas, sendo essa uma das premissas que os professores utilizaram para defender o argumento que os jesuítas possuem um “Programma defeituoso e até de execução impossível”⁴⁷⁸. Segundo os professores, Jacques Razzini não soube escolher e distribuir as matérias e que, no intuito de “atrahir alumnos ao seu collegio”⁴⁷⁹, acabou publicando um

⁴⁷⁰ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, *op cit*, p.4

⁴⁷¹ RAZZINI, Jacques. **Collegio de S. Salvador**. *Jornal O Mercantil* - 20 nov. 1864 n. 396, p. 4.

⁴⁷² Ibid.

⁴⁷³ Ibid.

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ Ibid.

⁴⁷⁶ Ibid.

⁴⁷⁷ Ibid.

⁴⁷⁸ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas**. *Jornal O Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195, p.3.

⁴⁷⁹ Ibid.

regimento, que serve como “provas irrefragáveis de ignorar tanto as matérias do curso como os princípios mais comensais de pedagogia”⁴⁸⁰.

Os professores do Colégio Lycêo tentam demonstrar conhecimento pedagógico e possuir autoridade em seus argumentos críticos, por isso põem em revista as disciplinas. Criticam a cadeira de Grego que se pretende apresentar no Santíssimo Salvador, por ter o curso somente três anos e, com isso, poder chegar a traduzir apenas obras mais fáceis como “a enfadonha Anabasis”⁴⁸¹ de Xenophon”⁴⁸². Quando é criticada a cadeira de Grego, prenunciam ser o tempo destinado ao ensino pequeno e creditam uma falta que haverá nessa matéria por não conseguir a utilizar para traduzir a

[...] riquíssima litteratura grega, as eloqüente fallas de Demosthenes, as bellezas poéticas de Homero, de Sophocles e Eurypides, de Aristophanes, as obras históricas de Thucydides e Plutarco, as discussões philosophicas de Platão e Aristoteles lhe hão de ficar inacessíveis⁴⁸³.

Nas críticas ao regimento, feita por Amphiluquio Nunes Pires, Fritz Müller e João José das Rosas Ribeiro d’Almeida, havia implicitamente uma tentativa de manter os empregos, devido o fechamento do Colégio Lycêo, de defender os direitos dos alemães em frequentar a instrução secundarista, de poder exercer cargos públicos, de não ter o credo de seus compatriotas combatidos por uma ordem religiosa ultramontana, sendo também, uma defesa da instrução laica, em contraposição a instrução religiosa.

Os professores utilizaram de dois meios para tentar manter seus empregos: o jornal e um processo administrativo. O último mantém Fritz Müller e João José das Rosas Ribeiro de Almeida no cargo de professor vitalício até 1867, quando são remanejados, já Amphiluquio Nunes Pires é demitido por não ter exercido o cargo por mais de quatro anos, período mínimo exigido para ser designado como professor vitalício.

As críticas finais feitas pelos professores do Colégio Lycêo ao regimento do Santíssimo Salvador, dizem respeito às matérias apresentadas. É disposto, implicitamente, o

⁴⁸⁰ Ibid.

⁴⁸¹ Anabasis é a obra mais famosa do escritor Xenophon. Ele narra em sua obra a sua viagem com o exército mercenário formado e contratado pelo grego “Cyrus o jovem”. Cyrus tinha o intuito de roubar o trono da Pérsia de seu irmão Artaxerxes II, entretanto, morreu em batalha, tornando a expedição um fracasso. Muitos soldados e generais morreram, restando apenas dez mil. Xenophon convenceu os soldados a partir do Mar Norte, para o Mar Negro. Depois de muitas lutas e percalços o exército restante chegou ao Mar Negro, momento que contrataram navios mercantes, que os levaram de volta a Grécia. <[http://en.wikipedia.org/wiki/Anabasis_\(Xenophon\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Anabasis_(Xenophon))> acesso em 16. jan.2008.

⁴⁸² ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas.** Jornal **O Despertador** - 25 nov. 1864 n. 195, p.4.

⁴⁸³ Ibid.

descontentamento pela exclusão dos luteranos do direito de freqüentar o ensino secundarista, mas, é principalmente, uma queixa contra a introdução de uma ordem religiosa combativa ao luteranismo em uma Província, com pelo menos seis mil alemães.

Se, pois, os PP. quierão ensinar outra lingua além das que fazem parte do curso preparatorio as Academias do Império, deviam antes ter escolhido o Allemão, fallado por mais de seis mil habitantes d'esta provincia e por numero mais avultado ainda na provincia limítrofe do Rio-Grande do Sul. Mas talvez os RR. recciavão o mal que ás almas de seus alumnos pudesse resultar do estudo do escriptos "impios" de um Schiller e Goethe, de um Rumboldt[sic], de um Straus e Feuerback[sic] &.⁴⁸⁴

Sobre a falta da matéria Zoologia e Botânica no plano de ensino jesuíta, matéria percebida pelo professores, como necessária, por ser base para o curso de geologia, indagam:

[..] falta tão essencial em um curso regular de instrução secundaria, como o é, nas circunstancias particulares d'esta provincia, a do Allemão, - será devida algum motivo pedagogico ou simplesmente a um esquecimento do P.e Reitor que por acaso não se lembrou de mais estas duas sciencias [Zoologia e Botânica e Alemão] para ajuntá-las á longa lista de trinta e duas materias reunidas no seu Programa?⁴⁸⁵

Esse regimento foi publicado no ano que o Colégio Lycêo foi fechado e o contrato para a abertura do Santíssimo Salvador firmado. Essa substituição foi decorrente de anos de embate entre grupos *estabelecidos* e *outsiders* pelo domínio sobre a instrução pública, subsidiada pelo governo da Província.

Os alemães naturalizados perderam a possibilidade de poder matricular seus filhos na instrução secundarista subsidiada pelo governo da província catarinense, com a substituição do Colégio Lycêo, pelo Santíssimo Salvador. Com a disputa iniciada com contratação de professores ditos luteranos, para o Colégio Lycêo, ficou evidente que havia uma repulsa de parte da elite católica, quanto a existência de luteranos em cargos do governo. No texto a seguir serão apresentadas outras situações que os estrangeiros, no caso, acatólicos brancos, mesmo quando se naturalizavam, não possuíam direitos iguais aos brasileiros. Por ser o Estado brasileiro vinculado a Igreja Católica. A explanação que segue demonstrará que havia uma situação de cidadania não plena, no qual fomentou uma organização étnica alemã na Província de Santa Catarina.

⁴⁸⁴ ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, **O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas.** Jornal *O Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195, p.4.

⁴⁸⁵ Ibid.

2.5 A SITUAÇÃO DE CIDADANIA NÃO PLENA DOS ACATÓLICOS ALEMÃES.

O governo forneceu grande estímulo à imigração, entretanto, esse estímulo não foi acompanhado apropriadamente por uma reformulação da legislação brasileira. Ter direitos civis era um privilégio no período do Brasil Império. A desigualdade na legislação entre brasileiros livres e estrangeiros naturalizados acatólicos criou uma situação cidadania não plena. Os imigrados protestantes não tinham direito a ter certidões de nascimento, casamento e óbito por serem de cunho da Igreja Católica. Em muitos casos eram proibidos de serem sepultados em cemitérios públicos benzidos, de tirarem passaporte brasileiro, de concorrerem a cargos públicos, ou de terem seus filhos na instrução pública. Com a fundação do Colégio Lycêo, com professores “luteranos” ocupando cargos da administração pública, levou a uma forte oposição política dos *estabelecidos*, ocasionando o fechamento do colégio. A mudança de um colégio laico, para um colégio jesuíta, excluiu todo aquele que não professava a fé católica, impossibilitando assim que luteranos freqüentassem a instrução secundarista. Além de ser uma demonstração do descontentamento dos estabelecidos, quanto a luteranos ocuparem espaço na administração pública.

Um dos pontos em questão em relação à cidadania não plena dos estrangeiros naturalizados acatólicos, era relacionado ao registro de nascimento, por ser emitido pela Igreja Católica. A Igreja era o órgão do governo que reconhecia a paternidade/maternidade, tanto para fins civis como religiosos. Os acatólicos quando batizavam seus filhos em seu culto, não tinham seus direitos legais regularizados, sendo considerados bastardos pela lei brasileira. Pela Lei de vinte e dois de setembro de 1828, o pai deveria ir a um cartório e registrar a criança como “filho natural”, para regularizar a situação⁴⁸⁶. Caso os pais não fizessem isso, diferentemente dos pais que batizaram no catolicismo, haveria dificuldades jurídicas de provar a paternidade/maternidade. A certidão de nascimento era importante também para quem desejasse viajar para o exterior, para tirar passaporte brasileiro era obrigado apresentá-lo⁴⁸⁷, limitando assim o ir e vir dos acatólicos.

Já quanto ao casamento, o Decreto Legislativo de três de novembro de 1827 definiu o casamento no Brasil como instituição religiosa regulada pelo Concílio de Trento e,

⁴⁸⁶ VIEIRA, Davi Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, D.F.: Ed. Univ. de Brasília, 1980, p.226-227.

⁴⁸⁷ *Ibid*, p.218.

conseqüentemente, pelas Constituições do Arcebispado da Bahia⁴⁸⁸. O casamento protestante, sendo assim, era intitulado legalmente como concubinato⁴⁸⁹, tendo validade legal somente quando era feito um registro em cartório que simulava os direitos e deveres presentes no casamento. Não havia casamento civil, o que dificultava a união e a separação de bens entre marido e esposa, principalmente, quando o contrato não era firmado em cartório. A partir da Lei 1.144, de onze de setembro de 1861 (regulamentada pelo Decreto 3.069, de dezessete de abril de 1863), entretanto, foi estendido às religiões toleradas (cristãs) o direito de celebrar casamento com efeitos legais, desde que realizados por ministros registrados pelo Governo⁴⁹⁰. Os casamentos e batizados feitos antes da execução da Lei, obtiveram um prazo para serem regularizados⁴⁹¹, todavia, o casamento civil só vai ser regularizado na República.

Quando se trata dos casamentos mistos, esses continuariam a ser da alçada da Igreja Católica. Em muitos casos a Igreja obrigava que os pais assinassem um contrato dizendo que iriam criar seus filhos no credo católico, fato que ocasionou conflitos⁴⁹². Uma situação inversa também ocorria, alguns pastores exigiam dos católicos que quisesse se casar com protestantes, a abjuração por escrito ao Catolicismo Romano⁴⁹³.

Outro problema era quanto aos cemitérios. Os cemitérios públicos começaram a ser criados a partir de 1828, entretanto, foram utilizados apenas em 1850⁴⁹⁴. Para evitar epidemias foi proibido o enterro dentro ou no terreno das Igrejas.⁴⁹⁵ Os cemitérios públicos eram bentos, e por isso, alguns padres sustentavam que era inadmissível que um protestante fosse enterrado neles. Onde, não havia cemitério protestante, ou um anexo não benzido junto ao cemitério publico, o sepultamento de um protestante era um grande transtorno.

A morte, sendo assim, poderia causar um duplo embaraço: no caso do morto não ter documentos em cartório, em que seus filhos e seu casamento sejam legalizados perante a lei ou, quando, o morto não foi precavido e deixou um testamento firmado em cartório, inventariando seus bens, com os respectivos beneficiários, seus bens poderiam passar para o Estado. Ou, quando, havia a rejeição pelo pároco local do sepultamento do morto protestante

⁴⁸⁸ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888)**: Aspectos Culturais da Aceitação do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 113.

⁴⁸⁹ VIEIRA, *op cit*, p. 252.

⁴⁹⁰ VIEIRA, Davi **Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, D.F.: Ed. Univ. de Brasília, 1980, p.226.

⁴⁹¹ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888)**: Aspectos Culturais da Aceitação do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973, p.114.

⁴⁹² GUEIROS, *Op Cit*, p.168.

⁴⁹³ RIBEIRO, *Op Cit*, p. 115

⁴⁹⁴ *Ibid*, p. 108.

⁴⁹⁵ *Ibid*.

em cemitério público benzido. Isso mudou em 1863, com Decreto 3.069, que regulamentou a Lei 1.144, quando foi determinado o registro de óbitos de acatólicos pelo escrivão do juiz de paz, em livro apropriado. Nessa Lei, também, foi promulgado que em todos os cemitérios públicos, deveria haver lugar separado para sepultamento protestante⁴⁹⁶.

Uma discussão recorrente era a questão de inabilidade religiosa dos protestantes, muitos defendiam que pelo fato da religião católica ser a religião do Estado, apenas católicos poderiam ser efetivados em cargos públicos. Essa discussão percorreu toda a existência do Colégio Lycêo. Luteranos estavam ministrando aulas para a elite da Província. Eles assumiram o cargo por Petição emitida pelo presidente da província João José Coutinho, oficializando, posteriormente, seu cargo com concurso público realizado em 1858.

A questão se um protestante poderia ou não assumir um cargo público foi “resolvida” em nível nacional em 1865-6, quando Francisco do Rego Barros (Visconde de Boa-Vista), presidente do Rio Grande do Sul, consultou o Conselho de Estado “sobre se a câmara municipal de São Jerônimo podia recusar-se a administrar o juramento do ofício ao juiz substituto João Carlos Moré simplesmente por ser ele protestante”⁴⁹⁷. A partir dessa consulta, o ministro da justiça José Thomaz Nabuco Araújo (Aviso nº 207, de vinte e nove de maio de 1866), ponderou que a Câmara era obrigada a administrar juramento. Quanto ao poder político, a Constituição dizia que os acatólicos poderiam ser eleitores, mas não poderiam ser deputados, entretanto, poderiam ser vereadores ou senadores. Todos integrantes do poder político, todavia, deveriam jurar manter a religião católica⁴⁹⁸. Em muitos casos, isso era entendido como a obrigação de combater qualquer religião concorrente ao catolicismo. Com isso, ficou decidido que há inabilidade baseada em religião para assumir cargo público não era válida no território brasileiro.

Em relação à instrução secundarista, no caso a realizada na província catarinense, a situação de cidadania não plena foi fomentada pelo combate ao Colégio Lycêo, por ter professores luteranos em seu quadro, e por não ter aulas de instrução religiosa católica. A substituição do Colégio Lycêo, pelo Santíssimo Salvador, excluiu a possibilidade dos pais luteranos colocarem seus filhos na instrução pública secundarista mantida pela Província. E, demonstrou que havia católicos avessos a luteranos em cargos públicos.

⁴⁹⁶ Ibid, p. 109.

⁴⁹⁷ VIEIRA, Davi Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, D.F.: ed. Univ. de Brasília, 1980, p. 217.

⁴⁹⁸ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888)**: Aspectos Culturais da Aceitação do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973, p.122.

Um grupo *outsider*, formado por alemães, organizou-se em defesa da cidadania plena dos imigrantes acatólicos. Esse grupo utilizou dos jornais *Colonie Zeitung* e **Despertador** para publicar suas opiniões. No seguir do texto é analisado esse grupo.

2.6 ACHTUNDVIERZIGER (OS DE 1848).

Havia poucos empregos assalariados na Ilha de Santa Catarina e continente próximo. Dentre os existentes, os cargos públicos eram os mais disputados. Além de o governo pagar consideravelmente bem, eram espaços de status e poder. A disputa partidária nas eleições, era também, uma contenda pelo domínio dos cargos públicos. A lei dizia que apenas brasileiros poderiam assumir cargos públicos, estrangeiros somente na falta desses. A não ser que o presidente da província fizesse uma Petição, pedindo a Assembléia Legislativa que autorizasse a contratação de estrangeiros, por falta de brasileiros habilitados. Quatro alemães foram chamados por petição por João José Coutinho para assumir as cadeiras do Colégio Lycêo (Fritz Müller, Ricardo Becker, Carlos Paruncher e Burkart)⁴⁹⁹. O fato dos “luteranos” assumirem cargos públicos, fomentou o descontentamento dos *estabelecidos*, membros do Partido Conservador⁵⁰⁰, que fizeram uma ampla campanha contra a presença de “luteranos”, como professores do Colégio Lycêo.

O jornal *Colonie Zeitung* pertencia a um grupo de maçônicos alemães. Diversos artigos publicados em suas páginas foram traduzidos e transcritos no jornal **Despertador** (pertencia ao Partido Progressista). Muitos membros do partido Progressista eram da Sociedade Patriótica, provável instituição que servia de representação jurídica da maçonaria catarinense. É plausível propor, pelas leituras de fontes, que os dois grupos *outsiders*: o formado por políticos catarinenses, em sua maioria liberal exaltada, e o formado por *Achtundvierziger* (os de 1848) uniram forças contras os *estabelecidos*, por intermédio da maçonaria. Como evidência está o fato dos dois grupos defenderem a mesma causa, de haver diversas traduções e transcrições do jornal *Colonie Zeitung* no jornal **Despertador** e de os dois grupos, praticarem tiro ao alvo juntos, visto a Sociedade Patriótica praticar com a

⁴⁹⁹ Sabe-se que Fritz Müller se naturalizou com o nome de Frederico Müller. Karl Julius Parucher se naturalizou como Carlos Julius Parucher. Ricardo Becker, provavelmente, seja o nome de naturalização desse professor. Quanto a Burkart nada se sabe.

⁵⁰⁰ O Partido Conservador mudará de nome para Liberal em 1860, enquanto, o Partido Liberal passa a ser conhecido por Progressista, após essa data.

Sociedade de Tiro Alemã, presente em Desterro⁵⁰¹. É plausível propor que os maçons da Sociedade Patriótica de Desterro entraram em contato com maçons da colônia Dona Francisca, donos do jornal *Colonie Zeitung* e membros da Sociedade de Tiros alemã, em defesa do Colégio Lycêo, e de uma crescente imigração alemã. No grupo *outsider* identificado como formado por alemães constava os maçons da colônia Dona Francisca e os professores alemães, ditos luteranos, do Colégio Lycêo: Fritz Müller, Karl Julius Parucher, Bukart e Ricardo Becker.

A Loja “Amizade Alemã” e o jornal *Colonie-Zeitung*, presentes na colônia Dona Francisca, tinham participantes em comum. Nomes como Ottokar Doerffel (1818-1906), Karl Julius Parucher (?-1902), Carl Wilhelm Boehm (1826-1889), Johan Heinrich Auler (1829-1869) são vinculados tanto a maçonaria quanto ao jornal⁵⁰². Textos do *Colonie-Zeitung* são traduzidos e publicados no jornal **Despertador**, inferindo um provável vínculo entre a Loja “Amizade Alemã” e a Loja “Concórdia” presente em Desterro. Carl Julius Parucher (imigrado em 1854) foi professor do Colégio Lycêo de 1857 a 1861, quando foi demitido por Araújo Brusque. Em 1863, assumiu o cargo de auxiliar de tipografia do *Colonie Zeitung* (1863-1867)⁵⁰³. Provavelmente esse maçônico, com a ajuda de outro *Achtundvierziger*, Fritz Müller, agenciaram a tradução e a transcrição de diversos artigos do *Colonie-Zeitung* no jornal **Despertador**.

Karl Julius Parucher imigrou em 1854, para a colônia Dona Francisca. Ele participou da fundação de diversas associações em Joinville, inclusive da loja maçônica. Publicou diversos artigos no jornal *Colonie-Zeitung* a partir de 1863, quando assumiu o cargo de auxiliar de tipografia (1863-1867). Assume a direção do jornal em 1871. Era poeta e professor. Tem envolvimento, provavelmente, nas transcrições feitas no jornal **Despertador**, de artigos do *Colonie Zeitung* e, provavelmente, mantinha relações sociais com membros da Loja Concórdia, de Desterro. Ottokar Doerffel (1818-1906) era dono do jornal *Colonie-Zeitung*, de sua fundação até 1871. Ficou a frente da loja maçônica “Amizade Alemã” por vários anos (fundada em 1855). Ele era burgomestre na Alemanha, mas com a mal sucedida

⁵⁰¹ _____, Jornal **O Despertador** 17.03.1863.nº18,p1. É relato que a Sociedade Patriótica de Tiro, juntamente com Sociedade de Tiro alemã, realizou exercícios de tiros na Ilha de Santa Catarina. São citados os nomes do Dr. Valle, tenente Pinto, Ernesto Paranhos, Julio Trompousky.

⁵⁰² Ver: HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho**: fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

⁵⁰³ HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural e Joinville, 1998, p.63.

Revolução de 1848, foi perseguido e condenado a morte pelo governo monarquista, por isso fugiu para o Brasil.⁵⁰⁴

A leitura das fontes possibilita inferir que houve um acordo subentendido entre a maçonaria desterrense e a alemã, principalmente de Dona Francisca, em pró da defesa da laicização do Estado, da secularização da instrução pública, do direito a liberdade de culto dos acatólicos, a favor de uma imigração crescente, e contra a presença de ordens religiosas ultramontanas na Província. No seguir do texto serão analisadas as críticas feitas por estes dois grupos *outsiders* em relação à filiação entre Estado e Igreja, presente no Estado Imperial brasileiro.

2.7 AS CRÍTICAS FEITAS PELOS *ACHTUNDVIERZIGER* E PELOS LIBERAIS EXALTADOS.

O combate, e a substituição do Colégio Lycêo, pelo colégio da Companhia de Jesus, colocou em alerta muitos alemães, que utilizaram de publicações no jornal *Colonie Zeitung* e **Despertador** para tornarem públicas suas críticas sobre a permanência dos jesuítas na Província. Diversos *Achtundvierziger*, juntamente com “liberais exaltados”, proferiam discursos e realizaram ações políticas em favor da imigração alemã para a Província de Santa Catarina. A substituição do Colégio Lycêo pelo Santíssimo Salvador, foi comentada em um artigo do jornal **Despertador**. Nele há uma “transcrição”⁵⁰⁵ feita, segundo o redator, a pedido de um amigo. Nela, provavelmente, consta a opinião da maioria dos *Achtundvierziger* da colônia Dona Francisca, sobre o fechamento do Colégio Lycêo. É entendido que esse artigo é retirado da **Revista Commercial** publicada em Santos. O exemplar consultado não possui parte do início e do final do texto, entretanto, entende-se que é uma tradução de um artigo presente no jornal alemão da colônia Dona Francisca, intitulado: *Colonie Zeitung*. Nele é afirmado que a “instrução secundaria” encontra-se até o momento em “tão favorável andamento” que não há o porquê “atrahir sem necessidade os Jesuítas”. Afirma

[..] por toda parte onde os Jesuítas adquirirão influencia e poder, por elles foi espalhado a semente que sempre produziu fructos perniciosos; e muito principalmente naquelles lugares, onde vivião homens de culto differente, sempre houvêrão as consequencias as mais funestas⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ Ibid, p. 44.

⁵⁰⁵ BPESC. *COLONIE ZEITUNG*, Jornal **Despertador**, 28.04.1863.

⁵⁰⁶ Ibid.

Esse artigo foi escrito para condenar “a medida do Sr. Presidente da Província”⁵⁰⁷ que fechou contrato com um colégio jesuíta, que segundo o jornal, vai “contra ao interesse (da) colonização e ao desenvolvimento próspero da nossa Província, assim como o interesse do socego e paz da população”⁵⁰⁸.

Em outro artigo, encontra-se a transcrição de uma tradução de um texto publicado no *Colonie-Zeitung* nº 23, de quatro de junho, assinada por O Thuringo⁵⁰⁹. O artigo é sobre a “introducção dos Jesuitas”⁵¹⁰, chamada de “questão flagrante que tem mais ocupado a imprensa catarinense nesse ultimo tempo”⁵¹¹. O tema do artigo é sobre as sérias conseqüências da introdução de jesuítas para a colonização.

A introducção dos Jesuitas é a questão flagrante que tem mais occupado a imprensa catarinense neste ultimo tempo; e não poderá deixar de ter as mais serias consequencias para a colonização. – Achão-se espalhados pela provincia uns poucos espiritos escuros cuja 'santa raiva' já tem perturbado repetidamente vezes a paz religiosa. Estes amigos das trevas acharão um centro no collegio dos jesuitas, e quando dahi sahiren, segundo e a intenção dos Santos Padres, **missões apostolicas** entre as ovelhas das colonias ameaçadas pela visinhança perigosa dos hereges, quando os **alumnos** deste collegio tirados da parte mais instruida da mocidade, e entre elles os futuros sacerdotes da provincia, ahi se forem enchendo de dogmas anti-diluvianos e de um odio intolerante dos hereges, terá soado infallivelmente a ultima hora de paz religiosa – Dizem que o nosso povo é tolerante, e que por isso as instigações jesuiticas não produzirão effeito algum. Não se enganem. Esta tolerância [sic], pela maior parte, não é filha da instrucção e da intelligencia, e sim simplesmente da indifferença, só faltão mãos habeis, e á estas maos fornecerá a supertição, cujo domínio entre nós ainda tão vasto, uma alavanca infallivel e materia inexgotavel para nutrir o fogo do fanatismo, uma vez aceso. É um absurdo inqualificavel chamar ao paiz colonos protestantes e confiar ao mesmo tempo a direcção da instrucção secundaria á uma sociedade que foi gerada pela intolerância e instituida com o fim expresso de combater o protestantismo. [grifos meus]⁵¹²

A mudança de uma instrução laica para conventual, significava que a elite catarinense seria instruída em um colégio com fim expresso de formar padres regulares com concepções ultramontanas e pessoas preparadas para passar nas provas de admissão para os cursos mantidos pela Corte. O governo da Província se beneficiaria com o fim do pagamento de pensões para formar padres em seminários mantidos pelo governo. Os padres formados pelo colégio provavelmente seriam utilizados para suprir a falta de vigários nas freguesias. A Companhia de Jesus tem o fim expresso de evangelizar, combater heresias e converter os

⁵⁰⁷ Ibid.

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ Provavelmente, trata-se de Fritz Müller.

⁵¹⁰ BPESC. O THURINGO, Jornal *O Despertador*, 17.06.1864, nº149, p.2

⁵¹¹ BPESC. O THURINGO, Jornal *O Despertador*, 17.06.1864, nº149.

⁵¹² Ibid, p.2.

pagãos, por isso é possível que a presença dos jesuítas como vigário, em comunidades com moradores protestantes, causaria embaraço a ambos. Outra questão, seria as missões populares, essas eram eventos religiosos realizados com o fim de moralizar a população, converter pagãos e combater heresias. Combate que poderia propiciar desavenças com a população luterana, advinda da imigração alemã.

Em uma publicação do jornal **Despertador** (setembro de 1864)⁵¹³, costa um discurso anti-jesuíta, que utiliza do caso de São Leopoldo para exemplificar as conseqüências da permanência de jesuítas, em uma comunidade protestante. Na publicação há uma análise do artigo publicado no jornal do **Commercio**, provavelmente do Rio de Janeiro. A publicação do jornal do **Commercio** versa sobre o comentário feito pelo senador Jobim sobre “um requerimento pedindo informações das autoridades civis e ecclesiasticas sobre causas e naturezas das questões de religião que se derão entre colonos de S. Leopoldo”⁵¹⁴. O senador faz uma síntese das informações passadas pelo diocesano, presidente e chefe de policia. A administração dos sacramentos e a direção dos cultos na colônia de São Leopoldo, aparentemente, foi confiada a jesuítas. Todas as freguesias tinham vigários e coadjutores⁵¹⁵ jesuítas. Os padres brasileiros foram substituídos por jesuítas. No texto é afirmado que

Os padres jesuítas fomentão a desarmonia nestas famílias, pregão do púlpito que a alliança, o commercio entre catholicos e protestantes é reprovada e pecaminosa, aterrão os espíritos dracos de mulheres ignorantes, procurão converter os menores contra a vontade dos pais⁵¹⁶.

Muitas das críticas aos jesuítas eram devido à defesa militante da doutrina ultramontana, feita pelos jesuítas. Defesa essa, segundo o autor, feita de maneira singular. O autor afirma que os jesuítas eram rigorosos quanto à realização dos sacramentos, mas “dispensão sem formula todos os impedimentos, mediante multas pecuniárias; casão sem proclamas, de noite e fora da igreja, a preço de ouro: pedem do púlpito os objectos e que carecem para sua subsistência”⁵¹⁷. Os jesuítas combatiam o luteranismo quando recusavam ou embaraçavam “os Sacramentos desde que se trata de pessoa que está ligada a protestante”⁵¹⁸. Como exemplo o senador Jobin cita o caso da

⁵¹³ BPESC. _____. Jornal **O Despertador**, 23.09.1864.nº 177, p. 2.

⁵¹⁴ BPESC. _____. Jornal **O Despertador**, 23.09.1864.nº 177, p.2-3.

⁵¹⁵ Eram padres que assumiam cargo de auxiliar do vigário, ajudavam a administrar a paróquia, realizando os sacramentos, as missas, e assumindo, com a falta do vigário, a direção dos cultos.

⁵¹⁶ Ibid, p. 2.

⁵¹⁷ Ibid.

⁵¹⁸ Ibid.

[..] viúva de protestante, queixando-se de que o padre Kluber não a queria ouvir em confissão, por não serem catholicos todos os seus filhos! Não ostentam esses padres luxo algum, nem disposição, sendo por isso opinião geral que remetem para a Europa aos seus superiores as quantias que arrecadão⁵¹⁹.

Os jesuítas ocupavam as paróquias e realizavam missões populares na colônia de São Leopoldo. Na Província de Santa Catarina havia o receio que essas missões populares fossem realizadas com o intuito de combater o protestantismo. Em um artigo assinado por três cruzeiros, é exposto o receio que depois que os jesuítas fundarem um “collegio de instrução secundaria na Provincia, estenderá depois de estabelecido, diversas missões pelo centro da Provincia so o titulo de = Missão apostólica= sendo os pontos principaes as colônias Blumenau e D. Francisca”⁵²⁰. A percepção que esse autor tem da presença da Companhia de Jesus na Província é que ela procurara “exclusivamente combater idéas religiosas dos colonos protestantes”⁵²¹.

A permanência de uma comunidade jesuítica em Desterro, formada por jesuítas italianos e comandada por Jacques Razzini, estava sendo contestada por grupos *outsiders* formados por alemães, reconhecidos como *Achtundvierziger*, e por políticos locais que se auto-intitulavam de “*liberais exaltados*”. Os maçônicos da colônia Dona Francisca, juntamente com alguns alemães, como Fritz Müller, contestavam nos jornais o fechamento do Colégio Lycêo e a vinda de jesuítas italianos para Desterro. O grupo *liberais exaltados* defendia alguns ideais liberais. Duas pessoas desse grupo se destacam pelo número de publicações no jornal **Despertador** (1863-1865). O primeiro é Marcelino Antonio Dutra (1809-1869), ele publica com pseudônimos como M.A.D, Gil Fabiano e Confúcio. Outro é Tomás Pedro de Bittencourt Cotrim (1826-1879), que utilizava principalmente do pseudônimo anti-jesuíta.

Marcelino Antonio Dutra teve dois prováveis posicionamentos quanto à presença de ordens religiosas ultramontanas na Província. No primeiro momento, é provável que ele tenha sido a favor da presença dos jesuítas espanhóis. Ele pertencia no período ao Partido Liberal. Em sua poesia “Assembléa da Aves” descreve o apoio dos jesuítas ao Partido Liberal nas eleições de 1847. Mantendo o apoio a instrução realizada por ordens religiosas, em 1854, ele não votou contra o projeto que tinha como objetivo atrair frades para a Província⁵²².

⁵¹⁹ Ibid.

⁵²⁰ BPESC. _____, Jornal **Despertador** 22.04.1864.nº 133.p.1.

⁵²¹ Ibid.

⁵²² BPESC. _____, Jornal **Despertador**. 05.07.1864.nº 154.p.2 suplemento. O artigo 1º do projeto foi impugnado por J.J. Lopes.

Afirma, entretanto, em 1860, que sua posição mudou, quanto a questão de incentivar a vinda de uma ordem religiosa para fundar um colégio, visto ter sido contra outro projeto, que tinha o objetivo de introduzir frades ⁵²³. Já em 1864, ameaça em um texto, afirmando que “se tornarem a dizer que não me tenho sempre opposto á introdução de corporações fradescas e jesuíticas na província, chamo-os á responsabilidade”⁵²⁴. Marcelino Antonio Dutra, certamente, publicou com o uso de diversos pseudônimos que não foram identificados nessa pesquisa, entretanto, sabe-se que era um dos “liberais exaltados” que defendiam o Colégio Lycêo, que era contra a introdução de jesuítas e a favor de uma crescente imigração alemã.

Tomás Cotrim era capitão do único barco de guerra (Maracanã) estabelecido na província catarinense. Ele possuía familiares influentes na vila de São José. Era a pessoa que fazia as críticas mais ferrenhas à introdução de jesuítas na Província. A maioria das críticas eram de cunho nacionalista e anti-clerical. Criticava a introdução da Companhia de Jesus, mas também a presença de lazaristas e irmãs da caridade no Hospital da Caridade. Como quando admoestou o texto transcrito do jornal **Progresso**, no jornal **Mercantil**, escrito por Moraes Sarmiento. Na leitura do texto fica claro que a contenda atingia outras ordens ultramontanas presentes em Desterro, como os lazaristas e as irmãs da caridade. Ele afirma que "a redação do Mercantil devia saber calar bem, porque os lazaristas e a gente da caridade desta Província são os procuradores solícitos dos jesuítas; e esta identificação entre nós esta mais que provada!" ⁵²⁵ As irmãs da caridade e os padres lazaristas locados no Hospital da Caridade, aparentemente, estavam fazendo campanha para a aprovação da vinda dos jesuítas italianos.

Em um interessante relatório sobre a salubridade de Desterro, publicado no jornal **Despertador**, pelo médico higienista Almeida Ribeiro, consta umas das críticas, com alguma relevância, feitas em relação à presença das irmãs da caridade e os lazaristas no hospital. No Hospital da Caridade, aparentemente, faltava espaço para abrigar todos os doentes que pediam auxílio. É dito por Almeida Ribeiro que essa falta é devido a “um collegio mantido pelas irmãs da caridade. Um collegio de meninas, onde há internato e externato, junto contiguo a um Hospital!!!”⁵²⁶ Os padres lazaristas, que ministravam aulas de instrução secundarista a meninos, em um casa alugada com dinheiro público, ao lado do no hospital, não ficaram impunes as críticas:

⁵²³ Ibid.

⁵²⁴BPESC. _____, Jornal **Despertador**. 05.07.1864.nº 154.p.2 suplemento. No mesmo texto é dito por Marcelino, em 1860, foi contra um abaixo assinado que pedia para o governo trazer jesuítas.

⁵²⁵ BPESC. _____, Jornal **Despertador**. 06.05.1864.137.p.2.

⁵²⁶ BPESC. _____, Jornal **Despertador** 22.11.1864.nº.194.p.3.

Vagão pelas ruas alguns morpheticos no mais deplorável estado, morrendo em detalhe, se me é permitido assim exprimir-me. Implorão esses míseros a caridade publica para prolongar a vida, causando profunda dó e manifesta repugnância a quem se lhes aproxima; isto quando há um Hospital da Caridade. Este não pode recebe-los por falta de espaço, onde possa te-los separados dos mais doentes; é justo. Mas, segundo se diz, e passa por certo, um ex-provedor legou aos lázaros uma excellente casa foi entregue aos lazaristas perto do hospital, para estabellecerem collegio⁵²⁷.

A maior resistência a presença de irmãs da caridade e padres lazaristas no Hospital da Caridade, advinha dos membros da irmandade Nossa Senhora dos Passos⁵²⁸. Por prática comum, os irmãos dos passos presidiam e administravam o Hospital da Caridade de Desterro, desde o século XVIII. Com a vinda das irmãs da caridade e dos padres lazaristas (1857), os irmãos da caridade, foram substituídos pelos ultramontanos(as). Em 1864, ano da lei que fechou o Lycêo, e contratou a Companhia de Jesus, as irmãs da caridade e os lazaristas param de ministrar aulas e de assistir doentes no Hospital. O motivo apontado pelos padres e freiras foi a necessidade de mais espaço para novos padres. A partir desse momento, assumiu como provedor o coronel Francisco Luiz da Gama Roza, um dos nomes mais representativos da Irmandade de Nossa Senhora dos Passos.

Após as irmãs da caridade e os padres lazaristas irem embora de Desterro e a Irmandade Nossa Senhora dos Passos readquirir o comando do Hospital, Gama Roza, que era o juiz da Irmandade, mandou publicar diversos artigos relativos ao Hospital da Caridade, no jornal **Despertador**. O objetivo era demonstrar que a Irmandade de Nossa Senhora dos Passos era mais apta a administrar o hospital do que padres e freiras. Uma das principais críticas aos ultramontanos no comando do hospital era a falta de clareza quanto ao dinheiro público. Por isso, quando a irmandade assumiu a administração do hospital, passou a publicar no jornal **Despertador** os rendimentos e gastos dessa instituição, para demonstrar clareza na administração pública. Foram publicados, também, textos no intuito de demonstrar que o atendimento feito pelos irmãos era mais digno e, quando a pessoa não pudesse pagar, gratuito.

[..] os enfermos pobres que quizerem ser tratados na Santa Casa da Misericórdia, se dirigirão a toda a hora do dia, ou da noite, ao respectivo hospital, onde immediatamente serão recebidos por qualquer dos Srs. irmãos de meza que ahi se achar, e na ausencia destes pelos enfermeiros; os que não poderem andar, mandarão aviso ao hospital para se lhes mandar a devida condução⁵²⁹.

⁵²⁷ BPESC. _____, Jornal **Despertador** 22.11.1864.nº.194,p.3.

⁵²⁸ Esta irmandade era freqüentada principalmente por médicos.

⁵²⁹ BPESC. _____. Jornal **Despertador**. 10.06.1864.nº 147, p.1 suplemento

As ordens religiosas ultramontanas se estabeleceram na província, propiciando a organização política de grupos *outsiders* na defesa da laicização do Estado Imperial. Muitos *outsiders* não aceitavam mais ter a cômputo dos padres paga pela Corte, ter as Igrejas construídas com dinheiro público, ter uma instrução pública religiosa, uma saúde pública comandada por clérigos, ou uma religião oficial. Em Desterro, eram publicados dois jornais que defendiam modelos diferentes de Estado. Um era o jornal **Despertador**. Esse grupo defendia a separação entre Igreja e Estado, nos discursos proferidos no jornal. Em contraposição, havia o jornal **Mercantil**. Em suas páginas há diversos artigos publicados no intuito de defender a religiosidade católica como meio de vida e como cerne do Estado. Muitos dos artigos publicados nos jornais utilizam de argumentos assimilados de jornais e revistas publicadas na Corte, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

Um exemplo da defesa do **Despertador** a favor da secularização do Estado está presente no periódico datado de 07 de outubro de 1864⁵³⁰, no qual consta o artigo intitulado: “A Igreja e o Estado”, texto este oriundo de uma transcrição da **Gazeta Allemã de Porto Alegre** feita pela **Revista Commercial**. Duas informações são eminentes nesse artigo: a busca pela desvinculação da Igreja com o Estado e a utilização de material de proveniência germânica. Na transcrição consta uma suposta opinião formulada pelo bispo da Província do Rio Grande do Sul ao presidente da mesma. Sua utilização tem o intuito de demonstrar que, mesmo um bispo, não concorda que padres sejam considerados funcionários da Coroa:

[...] segundo a sua opinião os vigários não devem ser considerados como empregados do Estado, e dele são independentes, visto que a sua cômputo, paga pelo Estado, não é ordenado, mas sim o simples pagamento de uma dívida que o estado contrairá com a Igreja, quando abolio a dizima que se pagava ao clero!⁵³¹

Além da descrita desvinculação dos padres com o funcionalismo público, os “liberais exaltados” e os *achtundvierziger* defendiam a liberdade de culto religioso, certamente com a intenção de promover e defender a imigração acatólica. Como exemplo há um texto publicado no **Despertador**⁵³², intitulado “N.8. Srs Redactores”, assinado por G.S.S. É enfocada a questão da liberdade religiosa, idéia essa provavelmente defendida por muitos luteranos imigrados, que tinham receio que a intolerância religiosa os prejudicasse em seus “direitos” de terem uma religião distinta da oficial e, por quererem ter seus filhos instruídos no seu

⁵³⁰ BPESC. A Igreja e o Estado. Jornal **Despertador**, 07.10.1864, p. 3.

⁵³¹ Ibid.

⁵³² BPESC. G.S.S. N.8. Srs Redactores. Jornal **Despertador**. 30 ago 1864.

credo. Nesse texto é citado o artigo 5 da Constituição de Dom Pedro I para defender a liberdade ao culto, o qual afirma

A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico, ou particular em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo ⁵³³.

Na continuação do artigo “N.8. Srs Redactores” consta uma crítica a uma transcrição do **Mercantil** (nº 356 de 3 de Julho de 1864), no qual está presente à fala feita pelo deputado Junqueira (eleito na Bahia) na Assembléia Geral. O discurso do referido deputado tem o intuito de defender um pedido feito por um padre lazarista por um terreno para erguer uma igreja na cidade do Rio de Janeiro. G. S. S. ⁵³⁴ utiliza dessa fala para demonstrar que mesmo os que defendem as ordens religiosas católicas como Junqueira, procuram desvencilhá-las da Companhia de Jesus, dizendo Junqueira que “os jesuítas surgiram quando outras ordens se tornaram inúteis a Igreja, pois umas ordens ficaram impassíveis de combate e abraçando outros o Lutheranismo”⁵³⁵. G. S. S. utiliza a fala de Junqueira para combater os lazaristas, a Companhia de Jesus e o seu colégio Santíssimo Salvador, que iria ser fundado em Desterro em 1865, diz ele que a Companhia de Jesus é uma ordem temida e odiosa ao protestantismo

[..] uma ordem que diz aos Governos ou nós ou vós, SINT UT SUNT, AUT NON SINT; uma ordem que diz a mesma transcrição supra diz ser temível e odiosa e absolutamente contrária ao protestantismo [...] para defender os Lazaristas se esforçou em demonstrar que estes não eram Jesuítas⁵³⁶.

O grupo *outsider* formado por políticos locais, de maioria liberal exaltada se uniu ao grupo *outsiders* dos *Achtundvierziger*, em defesa do Colégio Lycêo, dos direitos dos acatólicos, de uma imigração alemã crescente e da laicização do Estado brasileiro. Os *estabelecidos*, em contrapartida, agiram em favor do fortalecimento dos vínculos entre Estado e Igreja, em prol de uma maior civilidade com base em morais católicos, da substituição do Colégio Lycêo pelo Santíssimo Salvador e no combate ao culto luterano. Uma das pessoas pertencentes ao grupo dos *estabelecidos*, mais atuante era o padre Paiva.

⁵³³ BPESC. G.S.S. N.8. Srs Redactores. **Jornal Despertador**. 30 ago 1864.

⁵³⁴ Não foi possível identificar o nome da pessoa que utiliza este pseudônimo, apenas se sabe que era estrangeiro, provavelmente português e que era uma pessoa de idade avançada.

⁵³⁵ BPESC. G.S.S. N.8. Srs Redactores. **Jornal Despertador**. 30 ago 1864.

⁵³⁶ *Ibid.*

2.8 O COMBATE AO LUTERANISMO REALIZADO PELO ARCIPRESTE PAIVA.

Joaquim Gomes d' Oliveira e Paiva (1821-1869) é uma das pessoas chave dos eventos narrados nessa dissertação. Pela sua importância, é feito no seguir do texto uma análise das suas concepções políticas e religiosas. É demonstrado que o combate realizado por ele contra o luteranismo não ficou somente no combate ao Colégio Lycêo. Ele agiu em outras frentes, utilizando os poderes que o cargo de arcebispo e de deputado provincial lhe permitiam. Ele era natural de Desterro, provavelmente, pertencia a uma família de poucas posses. Iniciou seus estudos com o professor Mariano Antônio Corêa Borges, posteriormente, cursou o Seminário de São José (RJ), entre 1838-1842, sua pensão foi paga pelo governo da Província. O governo da Província pagava pensões para diversos catarinenses estudarem em cursos mantidos pela Corte, tais como: medicina, engenharia militar, direito, escrituração mercantil, e de formação eclesiástica. O objetivo era suprir o quadro administrativo, religioso e político da Província. Havia a falta na Província de trabalhadores especializados, pessoas com cursos de formação, um dos cargos com maior falta era o de padre. Os padres podiam assumir funções profanas e sacras na administração pública. Os vigários eram responsáveis pela certificação dos nascimentos, casamentos, e dos óbitos, exercendo uma função religiosa e, ao mesmo tempo administrativa. Muitos padres eram professores, políticos e escravistas.

Paiva se formou como padre secular. Ele assumiu o cargo de vigário da freguesia de São José (SC), entre 1844-1849. Foi vereador desse município entre 1849-1853. Assumiu, em 1851, como vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, ficando no até 1869⁵³⁷. Foi professor particular, além de dono do colégio Bellas Letras (1849-1852). Foi professor do Lycêo "Dom Afonso", de Porto Alegre (RS), entre 1857-1858. Foi também deputado da assembleia legislativa provincial catarinense nos mandatos de 1844-1845, 1846-1847, 1848-1849, 1850-1851, 1856-1857, 1860-1861, 1864-1865, 1866-1867, 1868-1869. Assumiu o cargo de arcebispo entre 1864-1869. Apesar de ser padre, possuía um filho⁵³⁸. O padre Paiva foi um dos políticos mais atuantes na província catarinense. Suas ações políticas, religiosas e educacionais possibilitarem que tivesse grande influência no governo da Província. Sabe-se

⁵³⁷ PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis; Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 520.

⁵³⁸ Ibid.

que ele era monarquista, na “Oração de acção de graças: no primeiro aniversario da visita de SS. MM. II á villa de S. José, hoje cidade do mesmo titulo” (1846)⁵³⁹. Ele afirma

[...] que a monarchia constitucional é o primeiro systema de governo e o mais apto para faser prosperar uma nação que a religião Christã é a fonte da moral, o escudo das leis e o sólido fundamento da sociedade humana⁵⁴⁰.

O padre Paiva, em 1862, publicou um livro intitulado "Ensaio Oratórios na Tribuna Evangelica, Collecção de Sermões, Panegyricos, Orações de Acção de Graça e Funebres", pela “Typografia catharinense.” No livro há um momento que o padre Paiva explica como fez para construir suas orações. Diz ele que

estabellencia o plano de oração, escrevendo seis, oito ou mais proposições geraes, que devião formar o exordio ou exposição do assumpto, para opportunamente ser desenvolvidas na narração ou corpo do discurso. Em seguida procurava inspirarme, lendo os bellos sermões de Massillon⁵⁴¹, de Bourdaloue⁵⁴², de Flechei, do immortal Bossuet⁵⁴³, e mais recente as conferencias de Lacordaire⁵⁴⁴, e as orações do nosso Padre Mestre Mont´Alverne^{545, 546}.

O padre Paiva afirma que após escrever o plano de oração e ler sermões, escrevia seu próprio sermão⁵⁴⁷. Ele era reconhecido como grande orador eclesiástico, tanto em Santa

⁵³⁹ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. **Ensaio oratórios na tribuna evangélica: Collecção de Sermões, Panegyricos, Orações de Acção de Graças e Funebres**, Desterro. Typografia Catharinense, 1862, p.212.

⁵⁴⁰ Ibid.

⁵⁴¹ É interessante notar que Massillon, talvez se trate de Jean Baptiste Massillon (1663- 1743). Ele foi um bispo reconhecido pela sua fama de orador. Publicou o livro Pequena Quaresma, foi “representante clássico do moralismo, seus sermões foram muito apreciados por Voltaire e outros iluministas, como modelos de estilo e pela ausência de religiosidade dogmática.” <<http://www.espirito.org.br/PORTAL/artigos/mundo-espirita/expoentes-05.html>> acesso em 11.02.2008.

⁵⁴² É possível que se trate de Louis Bourdaloue (1632-1704), jesuíta francês que foi professor de retórica, filosofia e teologia em diversos colégios da Companhia de Jesus. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Bourdaloue> acesso em 11 fev.2008

⁵⁴³ Jacques-Bénigne Bossuet escreveu “Política Segundo a Sagrada Escritura, na qual defende a origem divina do poder real. Deus delegava o poder político aos monarcas, conferindo-lhes autoridade ilimitada e incontestável. Essa era a teoria do direito divino dos reis. O caso mais exemplar de governante que se serviu das idéias de Bossuet foi o soberano francês Luís XIV, chamado "Rei Sol".” <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bossuet>> acesso em 11 fev.2008.

⁵⁴⁴ Jean-Baptiste-Henri Dominique Lacordaire (1802-1861), foi um religioso dominicano, que também foi jornalista, educador, deputado e acadêmico. Ele restaurou a Ordem dos dominicanos na França. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Dominique_Lacordaire> acesso em 11.02.2008

⁵⁴⁵ Francisco de Monte Alverne nasceu no Rio de Janeiro em 1783, morreu em 1858, em Niterói. Instruiu-se nas Ordens Sacras em 1808, no Convento São Francisco de Assis ministrou aulas de filosofia no Colégio São Paulo (1810-1816). Foi Pregador Imperial de 1816 a 1836. Era famoso pelos seus sermões, possuía uma "educação muito próxima dos moldes jesuítas e uma proposta filosófica modernizadora, o ecletismo." DURAN, Maria Renata da Cruz. "Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo." Revista Intellectus / Ano 03 Vol. II – 2004, p.12. <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano3n2/Texto%20de%20Maria%20Renata%20da%20Cruz%20Duran.pdf>> acesso em 11 fev.2008

⁵⁴⁶ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. **Ensaio oratórios na tribuna evangélica: Collecção de Sermões, Panegyricos, Orações de Acção de Graças e Funebres**, Desterro. Typografia Catharinense, 1862, p. 4.

⁵⁴⁷ Ibid p. 4-5.

Catarina ,quanto, no Rio Grande do Sul. É interessante notar que o padre Paiva possuía leituras religiosas em sua maioria conservadoras, monarquistas, ultramontanas, advindas de pregadores jesuítas, franciscanos, dominicanos.

O padre Paiva é uma pessoa que ao mesmo tempo assumiu posições enquadradas no que é chamado de catolicismo tradicional, como ter filho, ser político, ter formação como padre secular e ser bom orador. Como também possuía concepções ultramontanas. No sermão intitulado “Da Immaculada Conceição da Virgem”, reafirma o dogma da divina concepção de Maria. O papa Pio IX declarou, com o uso de uma bula papal, que Maria teve seu filho Jesus, sem perder a virgindade, antes, durante ou mesmo, após o parto ⁵⁴⁸. Nessa oração, o padre Paiva defende um dogma ultramontano, assim como em diversas outras. Nessa mesma oração, ele crítica os Nestorianos por negarem Maria como mãe de Deus, os Helvedianos por contestaram a virgindade de Maria e os protestantes, especialmente

Calvino, Brencio e outros ministros de satanaz, para que entre os seus erros não deixassem apparecer algum, que deslustrasse a gloria da Mãe do Redemptor, possuidos do espirito da blasfêmia, ousaram attribui-lhe o peccado actual ao menos venialmente⁵⁴⁹.

O combate ao luteranismo foi uma das bandeiras levantas, por Paiva. Sabe-se que além de combater o luteranismo, buscou moralizar as irmandades, os padres regulares e a população em geral, seguindo os pressupostos do movimento de romanização da Igreja Católica Brasileira. Houve um grande rebuliço, em 1863, em Desterro, devido à venda de bíblias protestantes. Arcipreste Paiva emitiu publicamente uma carta pastoral, no jornal **Mercantil** (1863), que demonstrou que estava em pleno combate ao luteranismo.

Chegando ao nosso conhecimento que se acaba de introduzir nesta capital um grande número de exemplares da Biblia, viciados dos erros que a Nossa Santa Madre Igreja tem codemnado, fulminando com as penas espirituaes tanto os introductores destes Livros, como aquelles que os comprarem, lerem ou conservares em seu poder, pelo dever do cargo que occupamos nesta província, onde felizmente até hoje não tem podido os hereges inocular no seio da população seus detestáveis erros, nem embaciar de seu habito pernicioso a doutrina que nos legaram nossos Paes em toda a sua pureza, apressamo-nos a recommendar aos reverendos Parochos toda a vigilância e solícitude na guarda das ovelhas, que lhes estão confiadas, advertindo-as do perigo, a que se expõem os incaltos leitores desses livros, explicando-lhes á estação da Missa Conventual os erros, que lhes contem, e fazendo-lhes conhecer as differenças que apresentam estes Livros Canônicos, que a Igreja reconheceu, e recommenda como deposito de verdade evangellica: e a todos os fieis em geral pedimos e exhortamos por Jesus Christo

⁵⁴⁸ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. **Ensaio oratório na tribuna evangélica: Collecção de Sermões, Panegyricos, Orações de Ação de Graças e Funebres**, Desterro. Typografia Catharinense, 1862, p. 5.

⁵⁴⁹ Ibid, p. 13.

Nosso Divino Redemptor, que se premúnão por meio da freqüência dos sacramentos, e exercícios de piedade contra laços, que o inimigo commum tem armado para aparta-los da verdadeira Igreja, fora da qual não póde haver salvação⁵⁵⁰.

Arcipreste Paiva fomentou, em 1864, outra grande discussão em torno de um ato religioso realizado por ele. Ele converteu um luterano. Um artigo do jornal **Mercantil** comemora este fato:

Conversão - Segunda feira passada, dia da Assumpção, celebrou-se na igreja do Menino Deos o baptismo de um allemão, que abjutou os erros do Lutheranismo. Esse allemão representa ter idade maior de 60 annos, e foi baptisado com o nome de Pedro Maria. O digno coadjuntor padre Pedro Jayme leo em lingua allemã o auto de fé. Todos que assistirão a essa solemnidade mostravão-se satisfeitos, por verem entrar para o gremio da Igreja uma ovelha desgarrada⁵⁵¹.

Não foi possível averiguar quem é o padre Pedro Jaime, talvez, seja um dos jesuítas italianos que fundaram o colégio Santíssimo Salvador em 1865. Sabe-se, entretanto, que o autor da conversão foi o arcipreste Paiva. As ações e os discursos políticos dele influenciou boa parte das resoluções políticas e religiosas realizadas pelo governo da província e pela Igreja em Santa Catarina, desde que se formou como padre em 1843, até o ano de sua morte 1869. Ele inicialmente foi contra os jesuítas espanhóis, juntamente com outros *estabelecidos*, utilizou de meios políticos para combater a existência do colégio RR. PP. Jesuítas. A motivação para esse combate foi o apoio político fornecido por esses jesuítas ao partido opositor Liberal. Com a fundação do Colégio Lycêo, o padre Paiva e demais *estabelecidos* foram contra essa instituição por ter professores ditos luteranos. Apesar de ter exercido oposição aos jesuítas espanhóis, o padre Paiva e demais *estabelecidos*, agiram e proferiram discursos em prol da substituição do Colégio Lycêo, por outro mantido por outro grupo de jesuítas, nesse caso, italianos. Com a fundação do Colégio Lycêo, padre Paiva e demais *estabelecidos* assumem oposição declarada à imigração luterana para a Província.

⁵⁵⁰ BPESC. Expediente do Arciprestado. **Jornal Mercantil** 03 abr.1863 n°260, p.2. BPESC. Expediente do Arciprestado. **Jornal Mercantil** 13. ago.1863.n263.p1-2.

⁵⁵¹ BPESC. _____. **Jornal Mercantil**. 18 ago.1864.n° 369.p.2.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nessa dissertação foram examinadas contendas relacionadas a disputas entre agrupamentos *estabelecidos* e *outsiders* por poder, em esferas de influência, tais como: política, religiosa, pedagógica, econômica e filosófica. No primeiro capítulo, procurou-se caracterizar os grupos *estabelecidos* e *outsiders*, demonstrando que o primeiro grupo era formado por grandes comerciantes, escravocratas que eram filiados a irmandades religiosas, pertencentes a famílias estabelecidas na Ilha de Santa Catarina, desde o século XVIII. O grupo dos *outsiders*, por outro lado, era constituído por funcionários públicos, militares e pequenos comerciantes, na maioria, advindos de outros países, províncias, cidades catarinenses, de outras localidades da Ilha, ou mesmo, de Desterro, todavia, apesar de em alguns casos serem da mesma proveniência dos *estabelecidos*, não era percebidos como iguais por eles. Esse grupo *outsider* possuía muitos membros filiados à Sociedade Patriótica e a maçonaria desterrense.

Os *estabelecidos*, de 1847 até 1855, foram contra a permanência dos jesuítas espanhóis na Província, devido ao apoio que esses padres deram ao Partido Liberal, pertencente aos *outsiders*, na eleição de 1847. Esse grupo fez, por conseguinte, oposição ao colégio RR. PP. Jesuítas, administrado por esses clérigos. O primeiro grupo *outsider*, formado por políticos brasileiros, defendeu a permanência desses jesuítas na Província e a instrução realizada em seu colégio.

Os *estabelecidos*, a partir de 1857, iniciaram uma oposição política contra o Colégio Lycêo, por ter essa instituição alguns professores ditos luteranos. Essa oposição ocorreu, inicialmente, pela negação do presidente de província João José Coutinho, do pedido feito pelo padre Paiva, para assumir a cadeira de Latim, no novo estabelecimento. A partir desse momento, os *estabelecidos* entraram em alerta, diante de um novo grupo concorrente, em relação ao domínio sobre os cargos e contratos públicos, oferecidos pelo governo da Província. Este novo agrupamento *outsiders* era formado basicamente por *Achtundvierziger* (os de 1848), alemães politizados, em sua maioria, fugitivos da perseguição dos governos monárquicos alemães, devido à participação na mal sucedida Revolução de 1848.

No segundo capítulo, a ênfase ficou nas disputas relativas ao Colégio Lycêo, realizadas pelo grupo dos *estabelecidos*, contra os dois grupos *outsiders*. Esses últimos,

provavelmente, iniciaram diálogo por intermédio das lojas maçônicas: “Amizade Alemã”, fundada na colônia Dona Francisca e “Concórdia”, presente em Desterro. Esses dois grupos se uniram em defesa do Colégio Lycêo, de uma imigração alemã crescente e da laicização do Estado.

Os *estabelecidos*, apesar de terem sido contra os jesuítas espanhóis, fizeram uma ampla campanha pela substituição do Colégio Lycêo, por outro colégio da Companhia de Jesus. A defesa dessa substituição, certamente, não foi aleatória, pois apesar dos *estabelecidos* terem sido declaradamente contra a instrução realizada no RR. PP. Jesuítas, eles desejaram, após a fundação do Colégio Lycêo, que a Companhia de Jesus voltasse a atuar na Província, realizando missões populares e ministrando aulas em um novo colégio. Os *estabelecidos* possuíam conhecimento sobre a Companhia de Jesus, sabiam que uma das atribuições dessa instituição religiosa católica, é combater heresias, no caso da Província, o luteranismo, por isso, o interesse.

O primeiro grupo de jesuítas, formado por espanhóis, que esteve na Província, realizou missões populares, ministrou aulas para a elite socioeconômica e política catarinense, no Colégio RR. PP. Jesuítas, além de ter assumido um cargo de destaque, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, quando o padre Miguel Cabeza assumiu como capelão da igreja dessa irmandade religiosa leiga. Esses primeiros jesuítas agiram no intuito de propiciar a romanização dos costumes da população, dos clérigos e da elite socioeconômica e política da Província. Não se sabe qual o grau de mudança, ocasionada na configuração política e religiosa, que as ações e os discursos desses jesuítas promoveram na Província. Um dos políticos que, possivelmente, mudou de conduta religiosa, ao menos no discurso, foi o padre Paiva. Ele apesar de ser formado em um seminário mantido pela Coroa, como padre secular, de ter realizado oposição aos jesuítas espanhóis, defendeu a substituição do Colégio Lycêo, por um colégio de jesuítas italianos. Foi possível verificar que ele possuía leituras ultramontanas e que foi escolhido para ser arcebispo da província catarinense, em um momento que, quase todos os cargos de poder, escolhidos pela Igreja Católica, eram remetidos a clérigos com concepções ultramontanas, como parte das ações realizadas pelos bispos reformadores.

A consideração sobre a disputa pelo domínio da instrução secundarista, é que havia uma mistura do que era público e o que era privado na administração pública da província catarinense, no período da pesquisa. Os *estabelecidos* e os *outsiders* brasileiros, em geral, eram politicamente engajados, em retirar o maior benefício possível do domínio sobre a

máquina administrativa pública. A disputa pelo modelo de instrução secundarista, que a Província deveria subsidiar, era acima de tudo, uma contenda por cargos públicos, pelo domínio político e por um modelo de elite, que se queria formar. Os partidos políticos, que possuíam membros *estabelecidos* e *outsiders*, eram personalistas, com exceção, encontra-se o pequeno grupo formado por liberais exaltados, grupo político que realizou o intermédio com os *Achtundvierziger* (os de 1848) e que possuía ideais que beiravam ao republicanismo.

Foi possível perceber que um dos mecanismos utilizados pelos grupos, na disputa pelo domínio sobre o governo da Província, foi o da estigmatização do grupo concorrente. Em um dado momento, os *estabelecidos*, pejorativamente, intitularam os *outsiders* como pertencentes ao partido dos judeus, um forte estigma para a época, para tanto se associaram a um agrupamento formado por “homens pretos”, como maneira de tornar mais efetiva a disseminação desse estigma, através do boato. “Homens pretos” que, provavelmente, estavam envolvidos nas contendas ocorridas na Irmandade do Rosário e São Benedito, *estabelecidos* na comunidade africana e descendente, ao mesmo tempo, que eram *outsiders* em relação a elite branca. Os *estabelecidos* venceram com ampla margem as eleições de 1847. No período do Colégio Lycêo, os *estabelecidos* utilizaram do mesmo mecanismo de estigmatização, todavia, dessa vez intitularam os dois grupos *outsiders* como hereges, por defenderem o Colégio Lycêo, com seus professores “luteranos”. O quanto esse estigma social, percebido como parte de um mecanismo de diferenciação, foi agente no fechamento do Colégio Lycêo e quanto influenciou nas eleições seguintes fez parte das perguntas que se pretendeu responder nessa dissertação.

Na leitura das fontes e bibliografias realizadas para essa pesquisa, foi possível perceber que é possível estudar a dinâmica das disputas políticas realizadas pela elite, com o estudo das irmandades religiosas presente na Província. Cada irmandade tinha um papel, de certa maneira, definido na sociedade catarinense, sendo que as irmandades eram espaços de poder e status, locais onde se realizavam alianças políticas e comércio, resolviam-se desavenças e se estabeleciam relações de solidariedade.

A maçonaria e a Sociedade Patriótica são outras instituições interessantes, por serem locais, também, de discussão política e por diferentemente, das irmandades, aceitarem pessoas de cultos diversos ao católico, assim possuindo membros judeus, luteranos, etc. Seria interessante um estudo que analisasse a fundo os vínculos entre a maçonaria desterreense, com as lojas encontradas nas colônias Blumenau e Dona Francisca, e a influência dessas lojas nos mandos e desmandos do governo da Província. A maçonaria poderia ser estudada,

principalmente, com leituras do jornal **Despertador** e *Colonie Zeitung*, nos anos posteriores a 1863.

Alguns documentos mereceriam um estudo detalhado, como as cartas pastorais emitidas pelo padre Paiva, a partir de 1863, até 1869. Nelas é possível perceber o esforço da Igreja, representada por ele, em romanizar e moralizar as irmandades religiosas, os padres e a população em geral.

Outro estudo de relevância poderia ser feito, com a análise pormenorizada das famílias com grandes fortunas encontradas em Desterro, como a Livramento, Costa e Luz. Esse estudo poderia ser realizado com a leitura de fontes encontradas nas irmandades religiosas e nos cartórios de Desterro. Certamente, essas famílias possuíam redes de comércio que extrapolavam as fronteiras da Província, provavelmente, faziam grandes negócios com o Rio de Janeiro, Pernambuco, Montevideu e Buenos Aires. Aparentemente, essas famílias ganhavam muito dinheiro e prestígio com o comércio de cabotagem, que realizavam com essas localidades, principalmente, comercializando farinha e escravos.

A crescente presença de publicações referente a imigrantes alemães nos jornais encontrados na Província poderia ser foco de estudo, por possibilitar compreender como essa população branca, pobre, letrada, em certa medida, politizada e empreendedora, conviveu com o sistema escravista e com a política de mandonismo encontrada na Província. Como essa população com costumes e demandas diferentes das encontradas na população catarinense, adaptou-se e modificou a sociedade catarinense.

REFERÊNCIAS

ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira. WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980,

AZEVEDO, Ferdinand (SJ). **Jesuítas Espanhóis no Desterro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3ª Fase, n.º 4, 1982/83.

AZZI, Riolando. **O Altar Unido ao Trono: um projeto conservador**. São Paulo: ed. Paulinas, 1992.

CABRAL, Oswaldo R. **Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província**, Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.

ABREU, Eide S. A. **O Evangelho do Comércio Universal**: o desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872). Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3ª ed, Florianópolis: ed. Lunardelli, 1987.

COELHO, Joaquim D'Almeida. **Memoria Historica da Provincia de Santa Catarina**. 2ª ed., Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1877.

DIAS, Thiago Cancelier. **Collegio Lycêo (1857-1864)**: a disputa pelo poder de instruir. 2006. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

DUTRA, Marcelino Antonio. **Assemblea da Aves**: poemeto em quatro cantos dedicado aos verdadeiros amigos do Exmº Sr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil, 1847.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2000.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Florianópolis: Edeme, 1975.

FONTES, Henrique. **Lacerda Coutinho**, Florianópolis: editado nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1943.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: o ratio studiorum. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRIESE, Gerhard K. Fritz Müller em sua contemporaneidade. ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller**: reflexões biográficas. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000

GARCIA, Carla Laner. **Emanações Perniciosas Moralidade Corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)**. Florianópolis: Dissertação (UFSC), 2006.

GONÇALVES, Margareth Almeida. **O inefável e o corpo na subjetividade religiosa feminina (Rio de Janeiro, século XVIII)**. In: X Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias, 2002.

HAECKEL, Ernst. **Fritz Müller – Desterro**: Necrológio de Ernst Haeckel. Blumenau em Cadernos, Blumenau. Tomo XXI, 1980 n.º 1,

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 4ª Ed. Petrópolis; Vozes, 2005.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho**: fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: ed. da UFSC; Joinville: Fundação Cultural e Joinville, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções - 1789-1848**. 6ª Ed. São Paulo: Paz na Terra, 1988.

HUBERT, René. **História da Pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. 3ª ed, São Paulo: ed. Nacional, 1976,

LUDWIG, Alessandra. **Instrução para a mocidade**: tentativa de estruturação do ensino secundário na Província de Santa Catarina. (Trabalho de Conclusão de Curso - UDESC). 2005.

LUTERO, Martinho. **Aos conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs**. Obras selecionadas. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação - Economia. Vol. 5. Comissão Interluterana de Literatura São Leopoldo, 1995.

MAIA, Pedro.(org.) **Ratio Studiorum**: Método pedagógico dos jesuítas. São Paulo: ed. Loyola, 1986.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos em Santa Catarina**: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: Fragoso, João Luis Ribeiro et al. *Novas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa; Brasília: ed. EDUFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006.

MORTARI, Claudia. **Os Homens Pretos do Desterro**. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860), Dissertação. PUCRS, 2000.

MORTARI, Claudia. **Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2007.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

ORLANDI, Eni. **O Discurso Pedagógico**: A Circularidade. Apresentado na mesa redonda Linguagem e Educação: no XX Seminário do GEL, 1978. Posteriormente publicado na Série Estudos, n.º 6, Uberaba, 1978.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. **Ensaio oratórios na tribuna evangélica**: Collecção de Sermões, Panegyricos, Orações de Ação de Graças e Funebres, Desterro. Typografia Catharinense, 1862.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo catarinense**: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994). 2ª edição. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

REIS, Sara Regina P. dos (org). **História da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888): Aspectos Culturais da Aceitação do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1973.

ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000,

SCHARDONG, Rosmeri; AURAS, Marli; EVANGELISTA, Olinda. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Ciências da Educação. **A instrução pública secundária em Desterro - o Atheneu Provincial (1874-1883)**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4ª Ed. Petrópolis; Vozes, 2005.

SIMÃO, MARISTELA DOS SANTOS. **Lá vem o dia a dia, lá vem a virge Maria agora e na hora de nossa morte: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)**. 2006. 98 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

VIEIRA, Davi Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: ed. Univ. de Brasília, 1980.

WEECH, Friedrich von. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. [tradução Débora Bendocchi Alves]; São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: ed. Ática, 1987.

ZILIG, Cezar. Fritz Müller e a fé. ROQUETE-PINTO, E. et al. **Fritz Müller: reflexões biográficas**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

HOMEPAGES CONSULTADAS

<<http://www.ens.org.br/site/index.php?secao=14>> acesso em 27.jul.2008

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Partenog%C3%A9nese>> acesso em 27.jul.2008

SIMÃO, Maristela. **História da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/ Florianópolis.**
www.udesc.br/multiculturalismo/irmandades/historiadairmandade.htm acesso em 09/10/2007.

<<http://www.ens.org.br/site/index.php?secao=14>> acesso em 27 jul.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Erasmus_de_Roterda%C3%A3o> acesso em 16 jan.2008

<<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/Montaigne.htm>> acesso em 16 jan.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_Rabelais> acessado em 16 jan.2007

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm> acesso em 26 jan.2008.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Manuel_de_Rosas> acesso em 12. jan.2008

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio>> acesso em 12 abr.2008

<<http://www.cantoni.pro.br/historia/eleitores.html>> acesso em 26. out.2007

<<http://www.luteranos.com.br/categories/Quem-Somos/Nossa-Hist%C3%A9ria/Martim-Lutero/>> acesso em 16 jan.2008.

<<http://www.cobra.pages.nom.br/fm-melanchthon.html>> acesso em 17 jan.2008

<http://www.monergismo.com/textos/historia/primeira-ts-reforma_biggs.pdf> acesso em 17 jan.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_de_Trento> acesso em 17 jan.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/In%C3%A1cio_de_Loyola> acesso em 17 jan.2008

<<http://www.unicap.br/acatolica/compahiajesus.htm>> acesso em 18 jan.2008.

<<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>> acesso em 19 jan.2008.

<[http://en.wikipedia.org/wiki/Anabasis_\(Xenophon\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Anabasis_(Xenophon))> acesso em 16 jan.2008

<<http://www.espirito.org.br/PORTAL/artigos/mundo-espirita/expoentes-05.html>> acesso em 11 fev.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Bourdaloue> acesso em 11 fev.2008

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bossuet>> acesso em 11 fev.2008

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Dominique_Lacordaire> acesso em 11 fev.2008

<<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano3n2/Texto%20de%20Maria%20Renata%20da%20Cruz%20Duran.pdf>> acesso em 11 fev.2008

FONTES CONSULTADAS

Museu Fritz Müller – Blumenau

Museu Fritz Müller, Blumenau. **Carta escrita por Fritz Müller, endereçada ao irmão Hermann Müller.** Datada de 30.05.1860.

Relatórios do governo da Província acessados no endereço:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>

Falla que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua

sessão ordinária, em o 1.o de março de 1845. Desterro, Tipografia. Provincial, 1845. (932 AN) <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/932/index.html> acessado em 19> jan.2008

Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/944/000009.html>> acesso em 09 abr. 2008

Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1858. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Germano Antonio Maria, 1858. P.6. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/945/index.html>> acesso em 09 abr.2008

Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catarina Dr João José Coutinho dirigio a Assembleia Legislativa Provincial: no acto d'abertura de sua sessão ordinaria", Typ. Catharinense de G.A.M. Avelim,1859. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u906/000007.html>> acesso em 09 abr.2008

Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/947/index.html>> acesso em 09 abr.2008

Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000024.html>> acesso em 09 abr.2008.

Relatório do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 10.a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro e Comp.a, 1861. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000024.html>> acesso em 09 abr.2008

Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 11.a legislatura. Santa Catharina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/949/000015.html>> acesso em 09 abr.2008

Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, o conselheiro Vicente Pires da Mota, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 11.a legislatura. Santa Catharina, Typ. Desterrense de J.J. Lopes, 1862. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/949/000015.html>> acesso em 09 abr.2008.

Relatório apresentado á o exm. 1.o Vice-presidente da Provincia de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira pelo exm. presidente, Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 19 de dezembro de 1863. Desterro, Typ. Commercial de J.A. do Livramento, 1863. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000004.html>> acesso em 09 abr.2008.

Relatório do Vice-presidente da Provincia de Santa Catharina, o commendador Francisco José d'Oliveira, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 12.a Legislatura. Santa Catharina, Typ. Catharinense de F.V. Avila & C.a, 1864. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/951/000033.html>> acesso em 09 abr.2008.

Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/952/000007.html>> acesso em 10 abr.2008

Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 12.a legislatura em o 1.o de março de 1865. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/952/index.html>> acesso em 09 abr.2008

Documentos encontrados no Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 28 de Fevereiro de 1841. (Pg. 79 verso)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 15 de Abril de 1841. Pág.(81)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Março de 1845. Pág.(105v./106)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** como abaixo se declara. 24 de julho de 1859. Pág.(181/182)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Março de 1845. Pág.(105v./106)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 12 de Março de 1843. Pág.(94v/96).

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Setembro de 1843. Pág.(98).

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 22 de Setembro de 1844. Pág.(101 v./102)

Livro de Atas, 1816-1861. **Procissões -Termo de Mesa Extraordinária** - 19 de Março de 1845. Pág.(107/108)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 02 de Março de 1845. Pág.(105v./106)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa de Posse** - 30 de Novembro de 1848. Pág. (134 v./135)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 05 de Outubro de 1850. (Pág. 143/144)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de mesa de Posse** - 30 de Novembro de 1850. Pág. 145

Livro de Atas, 1816-1861. Desterro - **Termo de Mesa para se deliberar sobre uma carta dirigida a Mesa pelo Reverendo Senhor Padre Mariano Rueda, da Companhia de Jesus, e sobre outros abjetos abaixo declarados.** Pág.(166/167).

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 25 de Dezembro de 1841. Pg. 88 e 89

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Posse** - 09 de Janeiro de 1842. (Pág. 90/91)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa** - 10 de Agosto de 1842. Pág.91(verso)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Eleição** - 12 de Março de 1843. Pág.(94v/96)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de eleição** - 05 de Outubro de 1844. (Pg. 102-103)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa de eleição** - 19 de Janeiro de 1846. (Pg. 110-111)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 17 de Outubro de 1846. Pg. 114

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 30 de Setembro de 1848. (Pg. 124)

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 30 de Setembro de 1854. P. 160/161

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 06 de Outubro de 1855. P. 164/165

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 04 de Outubro de 1851. Pg. 193/194

Livro de Atas, 1816-1861. **Termo de Mesa para eleição** - 19 de Outubro de 1861. Pg. 193/194

Acervo do Cartório Kotzias de Florianópolis. Volume 1 (1829-1867) + Índice dos volumes. 2º Ofício do Desterro (1829-1888) – Livro 4 – 1829-1833 ¶ FLS. 126v-127

Livro 4 – 1829-1833 - ¶ fls. 17v-18 07/07/1829

Livro 4 -1829-1833 ¶ FLS. 75v-76

Livro 4 -1829-1833 ¶ Fls. 185v-186

Livro 11 – 1847-1849 -¶ Fls. 36v e 37 05/12/1847.

Livro 11 – 1847-1849. ¶ FLS. 7 e 7v e 8 08/03/1847.

Livro 11 – 1847-1849 ¶ Fls. 16 e 16v (08/05/1847)

Livro 12 – 1849-1851. ¶• Fls. 29v, 30 e 30v.

Livro 12 – 1849-1851. ¶@ Fls. 89v 90 06/06/1851

Livro 12 – 1849-1851. ¶ Fls. 49v e 50.

Livro 12 – 1849-1851 ¶ Fls. 57v e 58.

Livro 22– 1859 ¶ @ Fls. 38

Livro 23 – 1859 ¶ Fls. 31v e 32

Livro 23 – 1859 ¶ Fls. 49v e 50

Livro 25 - 1862-1863. ¶ Fls 58v e 59.

¶@ Fls. 29 e 29v 23/11/1865 (17/01/1866)

Livro 3 de Notas de Escravos – 1865-1867. ¶ Fls. 96, 96v, 97.

Livro 3 de Notas de Escravos – 1865-1867. ¶ Fls. 36v, 37, 37v.

Livro 30 – 1866-1867 ¶ Fls. 106-107.

Livro 30 – 1866-1867 ¶ Fls. 114v-115v.

Livro 31 – 1868-1869 ¶ Fls. 98-99.

Livro 48 –1880 ¶ Fls. 05v-06v

Jornais consultados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

26 DE JUNHO. Jornal **Despertador** 28 jun 1864. n. 152.

_____, Jornal **Mercantil**, 19.02.1863.n.214.

RAZZINI,Jacques. Collegio de S. Salvador. Jornal **Mercantil** - 20 nov. 1864 n. 396

ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, O programma do ensino do collegio S. Salvador, que vão estabelecer nesta capital os RR. PP. Jesuítas. Jornal **Despertador** - 25 nov. 1864 n. 195

_____. Jornal **Despertador** 17.03.1863.n18.

O THURINGO, Jornal **Despertador**, 17.06.1864, n°149.

_____. Jornal **Despertador**, 23.09.1864.n° 177.

_____, Jornal **Despertador**. 06.05.1864.137.

_____, Jornal **Despertador** 22.11.1864.n.194.p3

_____. Jornal **Despertador**. 10.06.1864.n° 147. P.1 suplemento

A Igreja e o Estado. Jornal **Despertador**, 07.10.1864. P. 3.

G.S.S. N.8. Srs Redactores. Jornal **Despertador**. 30 ago 1864

COLONIE ZEITUNG, Jornal **Despertador**, 28.04.1863.

_____. Jornal **Despertador**, 23.09.1864.n° 177.

_____, Jornal **Despertador** 22.04.1864.n° 133.

ANEXO I
COLLEGIO DE S. SALVADOR
NA CIDADE DO DESTERRO,
CAPITAL DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

I
Regimento geral.

1. A abertura d'este collegio terá lugar em 3 de fevereiro de 1865.
2. Seu fim é assegurar á mocidade as vantagens de uma solida instrucção com o beneficio de uma educação religiosa e civil.
3. Cuida-se também com o devido desvelo, e com os meios mais adequados, na saúde, e no desenvolvimento physico dos alumnos.
4. Reside no estabelecimento um superior com o titulo de P.Reitor. Um padre com o titulo de Vice-Reitor cuida mais imediata, e constantemente dos alumnos. Um padre prefeito dos estudos vela sobre a regularidade do ensino, e o progresso literario dos estudantes. Há Padres lentes para todos os ramos do ensino, e mais padres assistentes para os alunos internos, coforme o numero destes, e as circunstancias o exigirem.
5. O exercer uma suave e paternal vigilância, o excitar uma louvável emulação, o mover o coração pelos princípios de consciência e de honra, e pelos mais queridos interesses da família e da sociedade, com tudo o que desperta os sentimentos mais nobres e elevados, são os meios que empregão-se de preferencia para promover nos alunos tanto a educação religiosa e civil, como o progresso litterario e scientifico"
6. Cada trimestre os pais receberam informações exactas sobre a saude, o comportamento, a aplicação e resultado dos estudos de seus filhos por meio de um boletim assignado pelo P. Reitor do collegio

II
Ramos do ensino

1º CURSO DE INSTURCÇÃO RELIGIOSA

7. Os alumnos das classes elementares são instruidos todos os domingos, e dias santos nos dogmas, deveres mais essenciaes da Religião.
8. Depois hão de seguir um curso de instrucção religiosa mais amplo e detalhado.

9. As grandezas e as provas da religião serão leccionadas aos alumnos mais adiantados por meio de instrucções mais scientificas.

2º CURSO PREPARATORIO A´S ACADEMIAS DO IMPERIO, E SYSTEMA DO ENSINO

10. Na abertura do collegio funcionarão somente os PP. lentes de latim, frances e inglez. Ao passo que os alumnos forem capazes de emprehender o estudo, e sem falta depois dos trez primeiros annos, o systema do ensino será completado de maneira seguinte.

Primeiro elementos de grammatina latina, portugueza, grega, franceza e ingleza: 1 anno.

Regras da syntaxe, e syntaxe comparada das sobreditas lingoas: 1 anno

Bellas letras, estylo classico, Eloquencia, 2 annos.

Philosophia, Lógica, Metaphysica, Algebra, Geometria, Mathematica, Chimica, Astronomia. 1 anno

Durante os cursos de instrucção secundaria, e de bellas letras dividem-se as lições de historia sagrada e profana, de geographia e arithmetica de maneira que no fim do curso os alumnos tenham um sufficiente conhecimento d´estas materias.

NÃO EXISTE ITEM 11

12. Se além d´este curso d´estudos, comum á todos os alumnos, os pais desejarem que seos filhos se applicquem á cursos especiaes de Trigonometria, Geologia, Minerologia, Direito civil, Escripuração commercial" o P. Reitor procurar´para este fim professores particulares.

13. O mesmo P. Reitor também terá cuidado de proporcionar aos alumnos habéis professores de esgrima, gymanastica, architectura, desenho, musica vocal e instrumental, se assim os pais desejarem."

14. Duas vezes em cada anno ha exames privados para todos sobre materias aprendidas no semente, e o anno lectivo encerra-se com um exame publico, e com a distribuição de prêmios

15. Abre-se o anno lectivo em 3 de fevereiro, e acaba em 7 de Dezembro. Neste dia começam as ferias que os alumnos passam no collegio, e que tem-se o cuidado de lh´as tornar agradaveis com recreios e divertimentos especiaes."

III

Condições

16. Para o menino ser admitido como interno no collegio é necessario

1. Que saiba ler e escrever
2. Que não tenha mais que 14 annos
3. Que apresente a certidão de baptismo, e mostre ter sido vaccinado
4. Que, sendo de fora, constitua na cidade um correspondente aceito pelo P. Reitor, que acuda ao alumno em tudo o que lhe for necessario.

5. Que traga na sua entrada roupa o suficiente de corpo, e de cama, e todos os objetos de uso pessoal.

IV.

Pensão mais gastos.

17. A pensão para os alumnos de fora de provincia é de 384\$000 rs, por anno: para os filhos da Provincia de S. catharina , de 288\$000 rs

18. O pagamento adiantado, e dividido em duas prestações, pagas no principio de fevereiro, e de Julho: nem descontar-se-ha nada, se o alumno por qualquer motivo tiver de sair do collegio e ausentar-se provisoriamente. Porém se os pais retirarem definitivamente antes de acabar a metade do semestre começando, restituir-se-lhe-ha o trimestre não principiado"

19. Pela uniformidade da mobilia, isto é, marqueza, colção, copo de metal, talhares, etc. a administração do collegio fornecerá a todos, e os pais pagarão por isoo 50 rs. na entrada.

20. As despesas por doenças, uniforme, lavagem de roupa, livros, papel, e mais objectos, e pequenas despesas á vontade do alumno ficão á cargo e por conta dos pais e ao cuidado dos respectivos correspondentes. Porém, para evitar despesas desnecessarias todas as encomendas, e os bilhetes enviados pelos alumnos á seus correspondentes devem ser authorisados e assignados pelo P. Reitor

21. Para os meninos, cuja familia é de fora, e não tem ainda correspondentes na cidade, a administração do collegio encarrega-se d'esses misteres, mediante o deposito de 200\$ rs na entrada: quantia q hade-se repor, quando se concluir, e de cujo emprego o P. Economo do collegio dará conta corrente aos Pais em cada semestre.

22. O uniforme será feito por conta dos pais pelo alfaiatesdo collegio, e com fazenda designada.

V.

Advertencia.

23. Os pais que quiserem enviar seus filhos para o collegio terão a bondade de escrever d'antemão ao P. Reitor, mandando-lhe o nome d'elles por inteiro, e na resposta receberão as mais informações, que pedirem, e o numero com que hade-se marcar a roupa, e todos os objectos pertencentes aos alumno, o qual numero elle conservará até sua sahida definitiva do collegio.

VI.

Alumnos externos.

24. Os alumnos externos são admittidos nas aulas do collegio, sem pagar pensão alguma, e instruidos nas materias necessarias para se matricularem nas academias do Imperio.

Elles deverão conformar-se com o regulamentos do collegio, e cumprir com os deveres religiosos e litteratios que lhe forem prescriptos

P.e Jacques Razzini.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)